

# Relatório e Parecer Prévio

Sobre as Contas de Governo do  
Município do Rio de Janeiro

Prefeito: Dr. Luiz Paulo Fernandez Conde

# Exercício de 1999

Relator: Conselheiro Fernando Bueno Guimarães



## Índice Analítico

<b>1. Considerações Preliminares .....</b>	<b>4</b>
<b>2. Do Relatório .....</b>	<b>12</b>
<b>3. Da Administração Direta.....</b>	<b>14</b>
3.1. Do Orçamento .....	14
3.1.1. Da Lei Orçamentária.....	14
3.1.2. Dos Créditos Adicionais Abertos.....	14
3.1.3. Das Despesas Fixadas .....	15
3.2. Da Gestão Financeira.....	15
3.2.1. Da Receita.....	15
3.2.1.1. Da Receita Prevista x Receita Arrecadada .....	15
3.2.1.2. Dos Recursos Arrecadados .....	16
3.2.1.3. Das Receitas Próprias .....	16
3.2.1.4. Dos Recursos Arrecadados .....	17
3.2.2. Da Despesa.....	17
3.2.2.1. Da Despesa por Funções de Governo, separando Orçamento Fiscal e Seguridade.....	18
3.2.2.2. Despesa Realizada por Categorias Econômicas e Elementos.....	19
3.2.2.3. Da Despesa Realizada por Órgão de Governo, separando as Transferências a Órgãos Vinculados .....	20
3.2.3. Dos Restos a Pagar.....	21
3.2.4. Do Resultado Orçamentário e Financeiro .....	22
3.2.5. Da Gestão Patrimonial.....	22
<b>4. Da Administração Indireta.....</b>	<b>23</b>
4.1. Das Autarquias e Fundações .....	23
4.1.1. Da Receita Total.....	23
4.1.1.1. Da Receita Por Órgão .....	23
4.1.2. Da Despesa Total.....	23
4.1.2.1. Da Despesa por Órgão.....	24
4.1.3. Do Resultado Orçamentário e Financeiro .....	24
4.1.3.1. Das Disponibilidades .....	24
4.1.4. Da Gestão Patrimonial.....	25
4.1.4.1. Do Balanço Patrimonial .....	25
4.1.4.2. Do Resultado Econômico .....	25
<b>5. Da Consolidação das Contas da Administração Direta e Indireta .....</b>	<b>26</b>
5.1. Da Execução Orçamentária e Gestão Financeira .....	26
5.2. Da Gestão Patrimonial.....	26
5.2.1. Resultado Financeiro.....	26
5.2.2. Resultado Econômico.....	27
<b>6. Da Análise dos Balanços Gerais do Município .....</b>	<b>27</b>
6.1. Considerações Iniciais .....	27
6.2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras .....	28
6.2.1. Classificação de Ativos e Passivos Financeiros.....	28
6.2.2. Aplicações Financeiras e Fundo de Liquidez da Dívida Pública.....	28
6.2.3. Cheques em Trânsito.....	28
6.2.4. Almoxarifados.....	28
6.2.5. Dívida Ativa .....	28
6.2.6. Investimentos .....	28
6.2.7. Bens Móveis .....	28
6.2.8. Bens Imóveis.....	29
6.2.9. Dívida Fundada Interna e Externa .....	29



6.2.10. Provisão para Precatórios.....	29
6.2.11. Ajuste de Exercícios Anteriores .....	29
6.2.12. Realização da Despesa e da Receita .....	29
6.2.13. Balanço Consolidado.....	29
6.3. Do Balanço Orçamentário.....	29
6.3.1. Da Receita e da Despesa .....	30
6.3.1.1. Destaques da Receita e da Despesa.....	31
6.4. Do Balanço Financeiro.....	31
6.4.1. Receitas e Despesas Orçamentárias.....	34
6.4.2. Demonstração da Despesa Realizada Segundo as Funções, Discriminada por Projetos e Atividades.....	34
6.4.3. Destaques da Despesa.....	46
6.4.3.1. Despesa de Pessoal.....	46
6.4.3.2. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público.....	46
6.4.3.3. Das Disponibilidades .....	47
6.5. Do Balanço Patrimonial .....	47
6.5.1. Balanço Patrimonial da Administração Direta .....	48
6.5.2. Balanço Patrimonial da Administração Indireta.....	48
6.5.3. Balanço Patrimonial Consolidado Geral.....	49
6.5.4. Das Variações Patrimoniais.....	49
6.5.5. Destaques do Balanço Patrimonial .....	53
6.5.5.1 Dívida Fundada Interna .....	53
6.5.5.2. Dívida Fundada Externa.....	54
6.5.5.3. Dívida Flutuante .....	55
6.5.5.4. Das Disponibilidades .....	56
6.5.5.5. Ativo Realizável.....	57
6.5.5.6. Almoarifados.....	58
6.5.5.7. Dos Créditos do Município.....	59
6.5.5.8. Dos Investimentos.....	59
6.5.5.9. Bens Móveis e Intangíveis.....	60
6.5.5.10. Bens Imóveis.....	61
6.5.5.11. Provisões e Passivo Exigível a Longo Prazo .....	62
6.5.5.12. Projetos e Atividades.....	63
6.5.5.13. Fundo de Liquidez da Dívida Pública.....	63
6.5.5.14. Demonstração dos Fundos Especiais.....	64
<b>7. Das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....</b>	<b>64</b>
7.1. Da Demonstração do Orçamento e suas Alterações Comparado com a Realização da Despesa .....	65
7.2. Da Demonstração da Despesa Realizada Comparada com a Autorizada .....	65
7.3. Da Demonstração da Receita Prevista com a Arrecadada.....	65
7.4. Da Demonstração da Composição da Receita Arrecadada.....	66
7.5. Do Resultado Final das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista .....	66
<b>8. Dos Pronunciamentos do Corpo Instrutivo, da Secretaria Geral e da Procuradoria Especial.....</b>	<b>67</b>
<b>9. Considerações Finais .....</b>	<b>68</b>
9.1. Recomendações feitas no relatório sobre as Contas do Exercício de 1998. ....	68
9.2. Pontos em destaque .....	68
9.3. Evolução das Contas no Período de 1995 a 1999 .....	69
<b>10. Voto.....</b>	<b>78</b>
<b>11. Projeto de Parecer Prévio.....</b>	<b>79</b>



## 1. Considerações Preliminares

Desejo, no momento em que são apresentadas as Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, exercício 1999, abordar três questões que, pela sua importância e atualidade, mesmo na verdade ultrapassando os objetivos específicos deste Relatório, podem ser aqui enfocadas, inclusive para suscitar futuras e melhores reflexões.

### I - Participação Popular no Controle das Contas Públicas

É forçoso tratar esse assunto sob a clara inspiração do pensamento da filósofa Hannah Arendt, expresso em seu livro *As Origens do Totalitarismo*: “A liberdade é liberdade para a participação política ... ou não é coisa alguma.”

Notável o espaço que hoje a questão da participação popular vem conquistando nos debates políticos, seja no que se refere à elaboração do próprio orçamento público, seja em ações relacionadas à gestão e à fiscalização das contas públicas.

Sinal, parece-me, de boas e novas perspectivas para o exercício de uma verdadeira democracia; tal questão, no entanto, está longe de atingir um consenso quanto à sua efetiva prática.

Inicialmente seria necessário determinar quem é esse sujeito social que participaria da partilha do poder. Tal sujeito não deve ser o indivíduo enquanto ente isolado, encerrado em si mesmo, o que seria não reconhecer a eficácia social dos chamados corpos intermediários – situados entre o indivíduo e o Estado, terreno onde são desempenhados distintos papéis na vida social e que não se esgotam na família ou na inserção no mercado.

Ademais, se o sujeito social do processo de participação não é o indivíduo isolado, também não se reduz apenas a pertencer a uma determinada classe. A identidade social de uma pessoa – ligada a um sentimento de pertencer a essa ou aquela articulação social – não se restringe somente à noção de classe. Os indivíduos se relacionam, também, enquanto membros de comunidades com variadas identidades próprias: nação, religião, preferência esportiva, região da cidade em que vivem etc.

Para ser democrática, portanto, a participação deve garantir direitos iguais a todos. Não existe critério possível para a exclusão *a priori* deste ou daquele segmento. Por isso, o sujeito, por excelência, da participação popular é o indivíduo enquanto cidadão. A ele, pois, é endereçada a partilha do poder político.

Vale aqui lembrar a nova Lei Orgânica que, em seu art. 1º, dispõe:

“O Município do Rio de Janeiro é a expressão e o instrumento da soberania do povo carioca e de sua forma de manifestação, a cidadania.”



E é esta cidadania – o instrumento central que devemos entender por democracia participativa –, que surge como um meio de fortalecimento da sociedade civil.

A característica da participação cidadã, assim entendida, é que ela passa por um esforço de redefinição de fronteiras entre o público e o privado, tendo por finalidade uma redistribuição do poder, em que são parte necessária e imprescindível os sujeitos sociais tradicionalmente excluídos do seu alcance.

Diante deste novo horizonte, o Professor Celso Daniel, da Fundação Getúlio Vargas, em artigo publicado na *Revista Polis*, intitulado “Gestão Local e Participação da Sociedade”, considera que a democracia participativa, enquanto valor central e estratégico, apresenta algumas conseqüências que pressupõem sucessivas negativas.

Nega-se, em primeiro lugar, o alicerce do liberalismo clássico, que tem na liberdade econômica seu valor central; ao invés do individualismo “egoísta” do homem econômico, aparece o indivíduo como cidadão, aberto à articulação social com outros indivíduos em busca de direitos; assume-se a eficácia social e política da ação coletiva.

É negada, em segundo lugar, a idéia de que a democracia possui apenas o papel político de meio para outros fins: aceitar a supressão – pretensamente temporária – de liberdades democráticas básicas, equivale a abrir mão da idéia de que o poder político pode ser limitado, criando, assim, condições para a fusão entre partido, estado e sociedade, uma das marcas do totalitarismo moderno.

Nega-se, por fim, legitimidade à amplificação sem limites do Poder Administrativo, fonte de crescimento das burocracias que pretendem, mais e mais, controlar o detalhe da vida social ao se apresentarem como detentoras do monopólio do saber e do conhecimento, perpetrando uma verdadeira invasão na esfera dos direitos individuais por parte do Estado.

Assim, a participação cidadã em relação ao Estado deve ser entendida como um instrumento de socialização da política que, enquanto tal, supõe gerar mecanismos mais eficientes de articulação entre o Estado e os sujeitos sociais.

E nada mais urgente, nesse sentido, do que a valorização e o fortalecimento dessa participação dentro dos canais institucionais e constitucionais existentes, acima de quaisquer novas propostas que possam surgir.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tenho certeza, vem buscando uma integração cada vez maior e conseqüente com movimentos e manifestações populares que procuram obter informações, realizar cobranças e/ou sugestões, até mesmo a respeito da elaboração e aprovação do Orçamento Municipal, atribuição do Poder Legislativo, que também detém a da fiscalização de sua execução, exercida com o auxílio do Tribunal de Contas.



Que fique bem nítida a afirmação de que a participação popular deve ocorrer dentro dos canais institucionais e constitucionais, contribuindo e demandando seu constante aperfeiçoamento; não devendo, em princípio, ocorrer paralelamente ou em oposição a tais canais, o que representaria inegavelmente um comprometimento da estrutura democrática.

Dita interação, aliás, está amplamente prevista na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

A propósito da participação popular junto ao Tribunal de Contas, por exemplo, é de se salientar o seu art. 96, § 2º: - "Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas."

A fim de adequar-se às exigências legais e garantir a transparência da execução dos gastos públicos, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro vem promovendo sua modernização através da implantação de novos procedimentos, dentre os quais destaco:

- a informatização da tramitação processual, tornando possível a consulta de processos em curso nesta Corte;
- as diversas inspeções realizadas e que foram provocadas por denúncias, seja pela Câmara dos Vereadores, seja por Associações, Sindicatos ou pelo próprio cidadão interessado;
- a utilização de novas técnicas de auditoria, privilegiando a análise da execução dos contratos e a realização de auditorias operacionais;
- os diversos cursos de aperfeiçoamento ministrados ao corpo técnico.
- o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da estrutura do Município do Rio de Janeiro, efetuado pela Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento – CAD.

Assim, garante-se a possibilidade de acompanhamento permanente das atividades executadas pelo Poder Público, tornando-se disponível o controle dos investimentos e da aplicação dos recursos do Município.



## II - A Lei da Responsabilidade Fiscal e os Tribunais de Contas.

Esta é a primeira apreciação de prestação de contas do Chefe do Executivo Municipal depois de promulgada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, publicada no *Diário Oficial da União* de 5 de maio de 2000, e que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Apesar de não ter, evidentemente, reflexos nas contas ora em exame, parece-me de bom alvitre, mesmo *en passant*, fazer algumas considerações sobre o referido texto legal, especialmente no tocante aos Tribunais de Contas.

Cabe salientar, desde logo, dois pontos nos quais há unanimidade de opiniões dos estudiosos ao comentarem o Projeto de Lei nº 18/89 do Poder Executivo Federal, do qual originou-se a Lei Complementar em questão, como é o caso do trabalho elaborado pelo nobre Conselheiro Jair Lins Netto e publicado por este Tribunal recentemente, a saber: 1º) o texto legal é de extrema complexidade; 2º) haverá acentuada influência da Lei Complementar em comento na atuação das Cortes de Contas do país.

Assim sendo, deve soar ainda mais elevado o clamor daqueles que vêem na instituição "Tribunais de Contas" uma necessidade para a boa e correta disciplina da aplicação dos recursos colocados à disposição dos administradores pelos contribuintes.

Portanto, se havia dúvidas, aí está mais uma razão para a luta em prol de Cortes de Contas cada vez mais fortes, perenes e independentes.

Dizem, com toda a razão, ser o regime democrático, apesar de todas as falhas, o melhor de todos os regimes conhecidos.

Posso, parafrazeando o dito acima, afirmar, sem medo de erro, ser o sistema de Controle Externo em vigor no Brasil e na grande parte dos Estados Democráticos, o melhor até hoje criado para coibir, até com sua simples presença, os abusos e desmandos, quando em jogo o patrimônio de todos.

Voltando ao tema, verifico trazer a Lei Complementar nº 101/2000, em seu bojo, normas envolvendo o sistema de controle externo, a demonstrar a confiança depositada pelos Poderes Executivo e Legislativo da União no referido sistema.

Dito diploma legal é de observância obrigatória por todos os Tribunais e Conselhos de Contas do país, conforme preceitua expressamente o seu artigo 2º, § 1º, inciso I, tendo por fundamento constitucional o artigo 163, inciso I da Carta Maior.



Não cabe neste espaço discutir aspectos da constitucionalidade do mencionado texto de lei, o qual teve alguns pontos de duvidosa constitucionalidade ressaltados por juristas de porte, cabendo lembrar o precioso trabalho apresentado pelo ilustre Conselheiro Flavio Régis Xavier de Moura e Castro, em agosto do ano passado, no Encontro dos Tribunais de Contas do País, realizado em São Paulo, sobre o Projeto então em tramitação.

O texto em exame fala em seu artigo 48 em “transparência da gestão fiscal”, a qual tem como instrumento até “os meios eletrônicos de acesso público, como a INTERNET”.

Cabe, pois, a sugestão que agora encaminho à Presidência desta Casa e a meus ilustres pares, no sentido da preparação de um trabalho compactado dos cinco últimos relatórios sobre as contas dos Senhores Prefeitos, para impressão em volumes de fácil leitura, bem como sua inclusão no *site* deste Tribunal.

Estar-se-ia atendendo ao escopo não só do disposto no referido artigo 48, como também ao princípio da publicidade consagrado no artigo 37 da Constituição Federal, sendo certo que o artigo 49 da Lei Complementar em comento fixa em um ano o período no qual as Contas do Chefe do Executivo ficarão à disposição do público, para consulta e apreciação.

Já foi apontado que a Lei em questão preocupa-se com a despesa pública, descuidando-se da receita, quando o certo seria pensar em ambos. Na realidade, cria ela um sistema de freios para os gastos sem disponibilidade dos recursos correspondentes, atenta, especialmente, ao endividamento em final de mandato dos administradores públicos.

Na verdade, como já afirmava o nobre Conselheiro Luiz Alberto Bahia, que sempre norteou com seu brilhantismo o pensamento desta Corte, o Município do Rio de Janeiro espera de seus administradores a responsabilidade de apresentar não somente uma Lei Orçamentária que privilegie a execução de despesas em setores de grande relevância social (educação, saúde, habitação e urbanismo), mas também uma ação pública que crie condições de um desenvolvimento econômico, possibilitando o crescimento das receitas municipais, uma forma de serem atendidas as enormes demandas de uma cidade de características únicas.

Tendo em vista esta premissa, a receita merece apreciação crítica em confronto com a lei de meios e com as regras da sua execução fazendária, ou seja, a apreciação das contas pelo ângulo da receita pressupõe um juízo sobre a política de investimentos na geração de renda.

Pela Lei Complementar nº 101/2000, os Tribunais de Contas terão a seu cargo, auxiliando o Poder Legislativo, a verificação do atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que significa o acompanhamento do desempenho da Administração no tocante ao cumprimento dessas metas. No caso do Município do Rio de Janeiro, há a necessidade de alertar os órgãos competentes para um aperfeiçoamento técnico do Projeto da





Lei de Diretrizes Orçamentárias, como foi recomendado no Relatório desta Corte nas contas de gestão do exercício de 1998, apreciadas no ano passado.

Em seu relatório sobre as Contas prestadas, no ano anterior, pelo Exmo. Sr. Prefeito, o nobre Conselheiro Thiers Montebello fez a seguinte recomendação: "O momento é oportuno para que os Poderes Executivo e Legislativo, no processo de elaboração da próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias, façam melhor adequação deste importante diploma às suas finalidades com os preceitos constitucionais."

O reparo feito diz respeito a um certo descuido com que é tratada a lei em questão a demonstrar, quem sabe, não se ter, ainda, atingido um exato entendimento das reais finalidades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Falta um melhor detalhamento das prioridades eleitas e a quantificação dos objetivos, em termos físicos e não meros "temas a serem tratados com ênfase".

A Lei Complementar nº 101/2000 define, em seu art. 48, serem os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias "instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação ...", assegurada a participação popular na elaboração dos diplomas legais correspondentes.

Verifica-se, portanto, com maiores cores, ser perfeitamente atual a análise feita pelo nobre Conselheiro Thiers Montebello naquela ocasião, devendo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias expor com absoluta clareza, e com as necessárias minúcias e quantificação, até para debate, quais as metas a serem atingidas no ano próximo e daí sair o orçamento anual com os detalhamentos exigidos.

Ainda no desempenho de suas funções, os Tribunais de Contas fiscalizarão, em auxílio ao Poder Legislativo, o cumprimento às normas fixadoras dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar, as providências adotadas para a volta dos dispêndios com pessoal aos patamares legais, caso sejam eles ultrapassados; mesma atitude adotará no tocante aos tetos de endividamento; a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, o que significa verificar, entre outras coisas e, principalmente, o destino dado aos ganhos com as privatizações e, por fim, o cumprimento do limite dos gastos totais dos legislativos municipais.

De forma direta, às Cortes de Contas, nos termos da Lei Complementar em causa, caberá alertar os entes sob sua jurisdição da possibilidade de não serem alcançadas as Metas Fiscais estabelecidas no Anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o equilíbrio entre receita e despesa; incumbirá alertar, igualmente, que o montante da despesa com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite legal; assim como no tocante ao valor das dívidas consolidadas e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia quando ultrapassarem o percentual de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites.



Também os gastos com inativos e pensionistas serão acompanhados para fins do cumprimento dos limites definidos em lei, competindo, ainda, aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada poder e órgão.

É preciso, portanto, que os Tribunais de Contas estejam aparelhados para o bom desempenho das atribuições a eles outorgadas pelo novo texto legal, que tem por meta principal o equilíbrio das contas públicas. É imprescindível a existência de Tribunais de Contas ainda mais fortes, ágeis e rigorosos, imunes a pressões de toda ordem feitas por arautos de interesses diversos. Nunca é demais proclamar.

Repita-se até à exaustão que o sistema de controle externo em vigor é o mais adequado ao regime de freios e contrapesos entre os poderes. Mais patente fica aos olhos de todos que a ação de prevenção de desvios e a atuação no acompanhamento de desempenho da Administração Pública tem evitado o descontrole das contas públicas.

Esta tarefa ganha agora mais força como se o legislador brasileiro estivesse a reconhecer o papel salutar e absolutamente necessário das Cortes de Contas.

### **III - A Nova Previdência e o Servidor Público**

Como reflexo da busca do equilíbrio das contas públicas, a Emenda Constitucional nº 20/98 trouxe profundas alterações para o regime previdenciário do servidor público efetivo, o qual passou a ter caráter contributivo, inclusive para fins de aposentadoria, ao contrário do sistema anterior, no qual a contribuição era destinada apenas a outros benefícios, especialmente pensões e assistência hospitalar.

Verifica-se de pronto que estarão, celetistas do serviço público e titulares unicamente de cargos de provimento em comissão, vinculados ao regime previdenciário comum (INSS) quando for editada a legislação regulamentadora exigida.

No âmbito municipal, como em todos entes públicos, os benefícios previdenciários serão custeados por fundos mantidos pela contribuição dos segurados e do Poder Público, estando em pauta a questão relativa ao desconto dos aposentados em favor dos referidos fundos, com manifestações do Supremo Tribunal Federal no sentido da sua inconstitucionalidade.

Com efeito, a Emenda Constitucional nº 20/98, apresenta significativas mudanças no tocante às aposentadorias e pensões, sendo relevantes, entre outras, a vedação à contagem do chamado tempo fictício; a mudança do critério de contagem de tempo de serviço para tempo de contribuição; a vedação de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, ressalvados os casos previstos na própria Emenda Constitucional nº 20/98.



Com referência ao fundo previdenciário do Município do Rio de Janeiro, cumpre lembrar a necessidade de esta Corte de Contas adotar normas de controle contábil e patrimonial sobre o mesmo, fato que gera novos encargos para o Tribunal e exige especial preparo de seu corpo técnico.

Estes os breves comentários cabíveis neste relatório a respeito das alterações introduzidas pelo legislador constituinte secundário, e que certamente serão objeto de estudos mais aprofundados por parte de todos os interessados.

.....



## 2. Do Relatório

A Prestação de Contas de Gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro, exercício 1999, ora em exame, foi encaminhada a esta Corte de Contas pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito através do Ofício GBP nº 67, de 22 de março de 2000, e recebida tempestivamente, neste Tribunal em 28 de março de 2000, de conformidade com o inciso XII do Art.107 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, estando acompanhada dos seguintes documentos:

- Ofício GBP nº 68 encaminhando as Contas ao Excelentíssimo Sr.Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro;
- Relatório contendo a análise técnico-contábil dos fatos da gestão, focalizando os aspectos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial;
- Quadros Complementares previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 207, de 19 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 3.221, de 18 de setembro de 1981 e consolidado pelo Decreto nº 15.350, de 06 de dezembro de 1996.

O Município do Rio de Janeiro, em conformidade com a Lei Orgânica, constitui-se da Administração Direta, Indireta e Fundacional. Na Administração Direta estão os Órgãos sem personalidade jurídica própria dos Poderes Legislativo e Executivo. Fazem parte da Administração Direta no Poder Legislativo: a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município. No Poder Executivo, a Administração Direta é composta pelas Secretarias Municipais, os Fundos Especiais, o Gabinete do Prefeito, a Controladoria Geral e a Procuradoria Geral, sendo a contabilidade de toda a Administração Direta regida pela Lei Federal nº 4.320/64.

A Administração Indireta Municipal é composta pelas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Entretanto, as Autarquias e Fundações têm sua contabilidade regida pela Lei nº 4.320/64 e as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista cumprem as determinações da Lei Federal nº 6.404/76.

No Exercício de 1999, a estrutura Municipal estava constituída da Câmara Municipal (CMRJ), Tribunal de Contas (TCMRJ), Gabinete do Prefeito (GBP), Controladoria Geral (CGM), Procuradoria Geral (PGM), 21 (vinte e uma) Secretarias, 09 (nove) Fundos Especiais, 05 (cinco) Autarquias, 09 (nove) Fundações, 08 (oito) Empresas Públicas e 04 (quatro) Sociedades de Economia Mista, conforme relação abaixo:

<b>Secretarias</b>	
• Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos	SEAE
• Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	SEDECT
• Secretaria Especial de Integração e Acompanhamento Governamental	SEIAG
• Secretaria Especial de Monumentos Públicos	SEMP
• Secretaria Especial de Projetos Especiais	SEPE
• Secretaria Especial de Transportes	SETP
• Secretaria Especial de Turismo	SETUR
• Secretaria Municipal de Administração	SMA
• Secretaria Municipal de Cultura	SMC
• Secretaria Municipal de Educação	SME
• Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	SMEL
• Secretaria Municipal de Fazenda	SMF
• Secretaria Municipal de Governo	SMG
• Secretaria Municipal de Habitação	SMH



<b>Secretarias (Continuação)</b>	
• Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	SMDS
• Secretaria Municipal de Meio Ambiente	SMAC
• Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	SMO
• Secretaria Municipal de Saúde	SMS
• Secretaria Municipal de Trabalho	SMTB
• Secretaria Municipal de Trânsito	SMTR
• Secretaria Municipal de Urbanismo	SMTU
<b>Fundos Especiais</b>	
• Fundo de Conservação Ambiental	FCA
• Fundo de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Município do Rio de Janeiro	FUNDET
• Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério	FUNDEF
• Fundo Municipal de Assistência Social	FMAS
• Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano	FMDU
• Fundo Municipal de Habitação	FMH
• Fundo Municipal de Saúde	FMS
• Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente	FMDCA
• Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município	FOE/PGM
<b>Autarquias</b>	
• Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	FUNDO RIO
• Instituto de Previdência do Município do Rio de Janeiro	PREVI-RIO
• Instituto Municipal de Arte e Cultura	RIOARTE
• Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos	IPP
• Superintendência Municipal de Transportes Urbanos	SMTU
<b>Fundações</b>	
• Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro	RIO-ÁGUAS
• Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro	GEO-RIO
• Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro	RIOZOO
• Fundação Municipal Lar Escola Francisco de Paula	FUNLAR
• Fundação Parques e Jardins	FPJ
• Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro	-
• Fundação Rio	-
• Fundação Rio Esportes	FRE
• Instituto de Estudos de Administração Pública da Cidade do Rio de Janeiro - Fundação João Goulart	FJG
<b>Empresas Públicas</b>	
• Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas	RIOCOP
• Companhia Municipal de Energia e Iluminação	RIOLUZ
• Distribuidora de Filmes S/A	RIOFILME
• Empresa Municipal de Artes Gráficas	IMPrensa DA CIDADE
• Empresa Municipal de Informática S/A	IPLANRIO
• Empresa Municipal de Mídias	MULTIRIO
• Empresa Municipal de Urbanização	RIOURBE
• Empresa Municipal de Vigilância	GUARDA MUNICIPAL
<b>Sociedades de Economia Mista</b>	
• Centro Internacional Riotur S/A	RIOCENTRO
• Companhia de Engenharia de Tráfego	CET-RIO
• Companhia Municipal de Limpeza Urbana	COMLURB
• Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro	RIOTUR



### 3. Da Administração Direta

#### 3.1. Do Orçamento

##### 3.1.1. Da Lei Orçamentária

O Orçamento do Município para o Exercício de 1999 foi aprovado pela Lei nº 2.737, de 29 de dezembro de 1998.

O Decreto nº 17.278, de 30 de dezembro de 1998, decorrente da Lei Orçamentária, aprovou os Quadros de Detalhamento da Despesa no valor de R\$ 4.391.893.405,00, corrigidos para reais de dezembro de 1998, na forma dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º dessa mesma Lei.

A despesa fixada ao final do exercício somou o valor de R\$ 4.748.662.559,60, sendo que a Receita foi prevista em R\$ 4.391.893.405,00, verificando-se um déficit orçamentário de previsão da ordem de R\$ 356.769.154,60, conforme demonstrativo abaixo:

Receita Prevista.....	R\$	4.391.893.405,00
Despesa Fixada.....	R\$	4.748.662.559,60
<b>Déficit Orçamentário de Previsão.....</b>	<b>R\$</b>	<b>(356.769.154,60)</b>

Segundo se verifica nas Contas, o déficit de R\$ 356.769.154,60 foi decorrente da não incorporação à Receita Prevista de recursos com destinação específica, com base no Artigo 112, Inciso V da Lei nº 207/80, referente ao Código de Administração Financeira do Município.

##### 3.1.2. Dos Créditos Adicionais Abertos

No exercício de 1999 foram abertos Créditos Adicionais no valor de R\$1.636.918.310,19, dos quais R\$ 1.342.525.181,19 referem-se a Créditos Suplementares, R\$ 270.697.508,00 a Créditos Especiais e R\$ 23.695.621,00 à redistribuição de dotação dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 2.737/98, como demonstrado no quadro a seguir:

Créditos Adicionais Em R\$		
<b>Saldo Inicial dos Créditos Autorizados</b>		<b>4.391.893.405,00</b>
<b>( + ) Créditos Adicionais</b>		<b>1.636.918.310,19</b>
a) Créditos abertos com base no Art.8º da Lei nº 2.737/98 Limite de R\$ 1.097.973.351,25 - (R\$ 4.391.893.405,00 x 25%)	338.891.502,70	
b) Créditos abertos extra-limite com base no Art.9º da Lei nº 2.737/98	1.003.633.678,49	
c) Créditos abertos com base em leis específicas	294.393.129,00	
- Créditos Especiais	270.697.508,00	
- Redistribuição de Dotação	23.695.621,00	
<b>( - ) Cancelamentos</b>		<b>(1.280.149.155,59)</b>
<b>Total</b>		<b>4.748.662.559,60</b>



### 3.1.3. Das Despesas Fixadas

O Orçamento inicial da Despesa, no total de R\$ 4.391.893.405,00, subdividido em Fiscal - R\$ 2.991.549.388,00 e Seguridade - R\$ 1.400.344.017,00, quando fixado, atingiu o total de R\$ 4.748.662.559,60, dividido em R\$ 3.051.762.507,01 - Fiscal e R\$ 1.696.900.052,59 - Seguridade, conforme está demonstrado no quadro a seguir, por Órgão de Governo :

Orçamento da Despesa - 1999						
Órgão	Orçamento Inicial			Orçamento Final		
	Fiscal Em R\$	Seguridade Em R\$	Total Em R\$	Fiscal Em R\$	Seguridade Em R\$	Total Em R\$
SMG	19.176.649,00	1,00	19.176.650,00	12.153.756,00	1,00	12.153.757,00
GBP	454.370.539,00	4.576.747,00	458.947.286,00	443.481.606,00	8.869.736,00	452.351.342,00
CGM	13.965.317,00	0,00	13.965.317,00	13.214.679,00	0,00	13.214.679,00
SMA	19.253.937,00	1,00	19.253.938,00	18.553.911,00	198.973.509,00	217.527.420,00
SMF	94.649.517,00	0,00	94.649.517,00	83.779.626,00	0,00	83.779.626,00
SMO	304.633.292,00	13.206.979,00	317.840.271,00	295.773.384,50	12.029.549,00	307.802.933,50
SME	622.478.221,00	2,00	622.478.223,00	625.486.915,00	221.562,00	625.708.477,00
SMDS	0,00	98.669.637,00	98.669.637,00	0,00	96.436.099,00	96.436.099,00
SMS	994.000,00	456.064.197,00	457.058.197,00	0,00	757.110.816,71	757.110.816,71
SEDECT	4.179.740,00	0,00	4.179.740,00	2.397.070,50	0,00	2.397.070,50
CMRJ	119.599.299,00	33.730.445,00	153.329.744,00	119.144.299,00	21.958.477,00	141.102.776,00
TCMRJ	34.950.034,00	7.266.140,00	42.216.174,00	36.813.034,00	4.814.145,00	41.627.179,00
PGMRJ	38.488.120,00	0,00	38.488.120,00	37.783.605,00	0,00	37.783.605,00
SMU	24.373.974,00	0,00	24.373.974,00	43.965.698,01	1,00	43.965.699,01
SMAC	37.754.171,00	5,00	37.754.176,00	34.096.034,00	5,00	34.096.039,00
SMEL	17.861.700,00	3,00	17.861.703,00	45.004.450,00	3,00	45.004.453,00
SMTB	13.978.753,00	0,00	13.978.753,00	8.822.242,00	0,00	8.822.242,00
SETP	10.349.368,00	0,00	10.349.368,00	4.724.394,02	0,00	4.724.394,02
SEPE	470.572,00	0,00	470.572,00	413.242,00	0,00	413.242,00
SMTR	49.095.126,00	245.222,00	49.340.348,00	37.122.974,98	302.898,00	37.425.872,98
SMC	78.233.672,00	91.556,00	78.325.228,00	75.929.423,00	527.914,00	76.457.337,00
EGM	1.029.754.308,00	572.417.690,00	1.602.171.998,00	1.111.276.285,00	374.238.500,00	1.485.514.785,00
SMH	0,00	214.075.392,00	214.075.392,00	0,00	221.416.836,88	221.416.836,88
SETUR	1.008.261,00	0,00	1.008.261,00	254.905,00	0,00	254.905,00
SEAE	1.167.822,00	0,00	1.167.822,00	914.402,00	0,00	914.402,00
SEMP	713.296,00	0,00	713.296,00	628.871,00	0,00	628.871,00
RC	49.700,00	0,00	49.700,00	27.700,00	0,00	27.700,00
<b>Total</b>	<b>2.991.549.388,00</b>	<b>1.400.344.017,00</b>	<b>4.391.893.405,00</b>	<b>3.051.762.507,01</b>	<b>1.696.900.052,59</b>	<b>4.748.662.559,60</b>

### 3.2. Da Gestão Financeira

#### 3.2.1. Da Receita

##### 3.2.1.1. Da Receita Prevista x Receita Arrecadada

No Exercício de 1999 a Receita Arrecadada atingiu o montante de R\$ 4.385.936.585,54, menor que a Receita Prevista de R\$ 4.391.893.405,00, gerando um déficit de arrecadação da ordem de R\$ 5.956.819,46, conforme o quadro a seguir:



Receita Prevista x Receita Arrecadada				
Categorias Econômicas	Previsão Em R\$	Arrecadação Em R\$	Varição Em R\$	Varição Em %
<b>RECEITAS CORRENTES - "C"</b>				
Receita Tributária	1.682.435.630,00	1.647.949.457,64	(34.486.172,36)	(2,05%)
Receita Patrimonial	115.826.854,00	187.688.969,91	71.862.115,91	62,04%
Receita de Serviços	85.055.178,00	10.280.164,54	(74.775.013,46)	(87,91%)
Transferências Correntes	1.293.372.257,00	1.689.610.815,97	396.238.558,97	30,64%
Outras Receitas Correntes	260.245.131,00	198.516.836,70	(61.728.294,30)	(23,72%)
<b>Total</b>	<b>3.436.935.050,00</b>	<b>3.734.046.244,76</b>	<b>297.111.194,76</b>	<b>8,64%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL - "K"</b>				
Operações de Crédito	949.763.710,00	650.913.024,18	(298.850.685,82)	(31,47%)
Alienação de Bens	5.069.401,00	434.381,76	(4.635.019,24)	(91,43%)
Amortização de Empréstimos	125.244,00	0,00	(125.244,00)	(100,00%)
Transferências de Capital	0,00	542.934,84	542.934,84	0,00%
<b>Total</b>	<b>954.958.355,00</b>	<b>651.890.340,78</b>	<b>(303.068.014,22)</b>	<b>(31,74%)</b>
<b>Total Geral da Receita - "C" + "K"</b>	<b>4.391.893.405,00</b>	<b>4.385.936.585,54</b>	<b>(5.956.819,46)</b>	<b>(0,14%)</b>

### 3.2.1.2. Dos Recursos Arrecadados

Os recursos arrecadados no exercício, pelo Município, tiveram como origem:

Recursos	Em R\$	Em %
Receitas Próprias	2.044.869.810,55	46,62%
Operações de Crédito	650.913.024,18	14,84%
Transferências do Estado	1.100.417.026,91	25,09%
Transferências da União	551.791.103,95	12,58%
Transferências de Convênios	37.945.619,95	0,87%
<b>Total</b>	<b>4.385.936.585,54</b>	<b>100,00%</b>

### 3.2.1.3. Das Receitas Próprias

A Composição das Receitas Próprias pode ser assim demonstrada:

Composição das Receitas Próprias	Em R\$	
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>1.647.949.457,64</b>	<b>80,59%</b>
Impostos	1.510.036.102,66	73,85%
Taxas	137.913.354,98	6,74%
<b>Receitas Patrimoniais</b>	<b>187.688.969,91</b>	<b>9,18%</b>
Receitas Imobiliárias	3.534.450,45	0,17%
Receitas de Concessões e Permissões	5.960.526,86	0,29%
Rendas de Aplicações Financeiras	178.193.992,60	8,71%
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>10.280.164,54</b>	<b>0,50%</b>
Serviços Hospitalares	10.238.552,35	0,50%
Outros Serviços Hospitalares	41.612,19	0,00%
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>198.516.836,70</b>	<b>9,71%</b>
Multas e Juros de Mora	64.107.391,12	3,14%
Indenizações e Restituições	111.227,96	0,01%
Receitas da Dívida Ativa	75.121.756,59	3,67%
Receitas Diversas	59.176.461,03	2,89%
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>434.381,76</b>	<b>0,02%</b>
Alienação de Bens	434.381,76	0,02%
<b>Total Geral</b>	<b>2.044.869.810,55</b>	<b>100,00%</b>



### 3.2.1.4. Dos Recursos Arrecadados

Os Recursos Arrecadados, segundo suas principais rubricas, podem ser assim demonstrados:

Recursos Arrecadados		
Principais Rubricas	Em R\$	Em %
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	796.806.994,62	18,17%
Cota-Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	738.565.483,58	16,84%
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	594.117.370,24	13,55%
Operações de Crédito Internas	592.332.085,34	13,51%
Transferências do Fundo Nacional de Saúde - FNS	384.476.137,12	8,77%
Transferências do FUNDEF	235.678.409,14	5,37%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	178.193.992,60	4,06%
Imposto Sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis - ITBI	118.913.687,78	2,71%
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	117.698.537,48	2,68%
Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo - TCDL	98.881.015,26	2,25%
Transferências do Imposto Retido na Fonte - IRRF	81.207.239,83	1,85%
Operações de Crédito Externas	58.580.938,84	1,34%
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	45.674.118,35	1,04%
Transferências de Convênios	37.402.685,11	0,85%
Multas de Trânsito	36.675.139,03	0,84%
Receita da Dívida Ativa do IPTU	33.974.994,87	0,77%
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	27.733.043,92	0,63%
Multas e Juros de Mora de Tributos	25.078.597,70	0,57%
Desoneração ICMS Exportação - LC.87	14.236.103,71	0,32%
Royalties do Petróleo	12.437.786,76	0,28%
Contrapartida em Regularização de Obras	12.080.844,70	0,28%
Receitas de Serviços	10.280.164,54	0,23%
Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	10.279.223,57	0,23%
Contrapartida em Operações Interligadas	10.151.505,54	0,23%
Receita da Dívida Ativa de ISS	9.320.694,15	0,21%
Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Urbana - TCLLP	8.836.982,53	0,20%
Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI	8.474.596,71	0,19%
Taxa de Obras em Áreas Particulares	7.101.181,82	0,16%
Outras Receitas	80.747.030,70	1,84%
<b>Total</b>	<b>4.385.936.585,54</b>	<b>100,00%</b>

### 3.2.2. Da Despesa

No Exercício de 1999, dos Créditos Autorizados, realizou-se uma despesa total de R\$ 4.221.793.902,53, menor que a despesa fixada da ordem de R\$ 4.748.662.559,60, gerando um Superávit Orçamentário de R\$ 526.868.657,07, conforme se demonstra a seguir:

Despesa por Categorias e Subcategorias Econômicas					
Categorias Subcategorias	Despesas			Saldos Não Utilizados	
	Autorizada Final Em R\$	Realizada Em R\$	Em %	Em R\$	Em %
<b>Despesas Correntes</b>					
Custeio	2.087.737.264,67	1.924.229.688,02	92,17%	163.507.576,65	7,83%
Transferências Correntes	1.406.302.440,69	1.366.637.561,14	97,18%	39.664.879,55	2,82%
<b>Subtotal</b>	<b>3.494.039.705,36</b>	<b>3.290.867.249,16</b>	<b>94,19%</b>	<b>203.172.456,20</b>	<b>5,81%</b>
<b>Despesas de Capital</b>					
Investimentos	315.176.199,45	212.657.217,05	67,47%	102.518.982,40	32,53%
Inversões Financeiras	20.746.706,00	16.258.055,87	78,36%	4.488.650,13	21,64%
Transferências de Capital	918.672.248,79	702.011.380,45	76,42%	216.660.868,34	23,58%
<b>Subtotal</b>	<b>1.254.595.154,24</b>	<b>930.926.653,37</b>	<b>74,20%</b>	<b>323.668.500,87</b>	<b>25,80%</b>
<b>Reservas de Contingência</b>					
Reservas de Contingência	27.700,00	0,00	0,00%	27.700,00	100,00%
<b>Subtotal</b>	<b>27.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>27.700,00</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>4.748.662.559,60</b>	<b>4.221.793.902,53</b>	<b>88,90%</b>	<b>526.868.657,07</b>	<b>11,10%</b>



### 3.2.2.1. Da Despesa por Funções de Governo, separando Orçamento Fiscal e Seguridade

A Despesa por Funções de Governo, separando Orçamento Fiscal e Seguridade, pode ser assim demonstrada:

Despesa por Funções de Governo Separando Orçamento Fiscal e Seguridade						
Funções de Governo	Despesas			Saldos Não Utilizados		
	Autorizada Final Em R\$	Realizada Em R\$	Em %	Em R\$	Em %	
<b>Legislativa</b>						
	Fiscal	155.957.333,00	153.037.298,01	98,13%	2.920.034,99	1,87%
	Seguridade	40.562.585,00	39.962.949,74	98,52%	599.635,26	1,48%
	<b>Subtotal</b>	<b>196.519.918,00</b>	<b>193.000.247,75</b>	<b>98,21%</b>	<b>3.519.670,25</b>	<b>1,79%</b>
<b>Judiciária</b>						
	Fiscal	26.380.853,00	26.041.721,01	98,71%	339.131,99	1,29%
	<b>Subtotal</b>	<b>26.380.853,00</b>	<b>26.041.721,01</b>	<b>98,71%</b>	<b>339.131,99</b>	<b>1,29%</b>
<b>Administração e Planejamento</b>						
	Fiscal	1.317.621.102,00	1.116.477.086,83	84,73%	201.144.015,17	15,27%
	Seguridade	57.487.832,00	55.581.068,11	96,68%	1.906.763,89	3,32%
	<b>Subtotal</b>	<b>1.375.108.934,00</b>	<b>1.172.058.154,94</b>	<b>85,23%</b>	<b>203.050.779,06</b>	<b>14,77%</b>
<b>Defesa Nacional e Segurança Pública</b>						
	Fiscal	73.547.985,00	72.224.633,46	98,20%	1.323.351,54	1,80%
	Seguridade	2.325.264,00	1.765.481,29	75,93%	559.782,71	24,07%
	<b>Subtotal</b>	<b>75.873.249,00</b>	<b>73.990.114,75</b>	<b>97,52%</b>	<b>1.883.134,25</b>	<b>2,48%</b>
<b>Educação e Cultura</b>						
	Fiscal	723.536.562,00	658.996.250,43	91,08%	64.540.311,57	8,92%
	Seguridade	371.961.715,00	351.705.422,71	94,55%	20.256.292,29	5,45%
	<b>Subtotal</b>	<b>1.095.498.277,00</b>	<b>1.010.701.673,14</b>	<b>92,26%</b>	<b>84.796.603,86</b>	<b>7,74%</b>
<b>Habitação e Urbanismo</b>						
	Fiscal	489.879.235,52	467.198.880,27	95,37%	22.680.355,25	4,63%
	Seguridade	8.079.596,00	7.463.593,13	92,38%	616.002,87	7,62%
	<b>Subtotal</b>	<b>497.958.831,52</b>	<b>474.662.473,40</b>	<b>95,32%</b>	<b>23.296.358,12</b>	<b>4,68%</b>
<b>Indústria, Comércio e Serviços</b>						
	Fiscal	75.773.040,50	74.369.985,22	98,15%	1.403.055,28	1,85%
	Seguridade	577.541,00	368.170,51	63,75%	209.370,49	36,25%
	<b>Subtotal</b>	<b>76.350.581,50</b>	<b>74.738.155,73</b>	<b>97,89%</b>	<b>1.612.425,77</b>	<b>2,11%</b>
<b>Saúde e Saneamento</b>						
	Fiscal	85.078.159,99	62.447.686,92	73,40%	22.630.473,07	26,60%
	Seguridade	843.533.745,71	749.899.852,33	88,90%	93.633.893,38	11,10%
	<b>Subtotal</b>	<b>928.611.905,70</b>	<b>812.347.539,25</b>	<b>87,48%</b>	<b>116.264.366,45</b>	<b>12,52%</b>
<b>Trabalho</b>						
	Fiscal	8.587.081,00	8.030.578,53	93,52%	556.502,47	6,48%
	<b>Subtotal</b>	<b>8.587.081,00</b>	<b>8.030.578,53</b>	<b>93,52%</b>	<b>556.502,47</b>	<b>6,48%</b>
<b>Assistência e Previdência</b>						
	Fiscal	5.684.965,00	5.101.585,26	89,74%	583.379,74	10,26%
	Seguridade	372.068.875,88	294.447.029,12	79,14%	77.621.846,76	20,86%
	<b>Subtotal</b>	<b>377.753.840,88</b>	<b>299.548.614,38</b>	<b>79,30%</b>	<b>78.205.226,50</b>	<b>20,70%</b>
<b>Transportes</b>						
	Fiscal	89.688.490,00	76.401.232,23	85,19%	13.287.257,77	14,81%
	Seguridade	302.898,00	273.397,42	90,26%	29.500,58	9,74%
	<b>Subtotal</b>	<b>89.991.388,00</b>	<b>76.674.629,65</b>	<b>85,20%</b>	<b>13.316.758,35</b>	<b>14,80%</b>
<b>SUBTOTAL</b>						
	Fiscal	3.051.734.807,01	2.720.326.938,17	89,14%	331.407.868,84	10,86%
	Seguridade	1.696.900.052,59	1.501.466.964,36	88,48%	195.433.088,23	11,52%
<b>Reservas de Contingência</b>						
	Reservas de Contingência	27.700,00	0,00	0,00%	27.700,00	100,00%
	<b>Total</b>	<b>4.748.662.559,60</b>	<b>4.221.793.902,53</b>	<b>88,90%</b>	<b>526.868.657,07</b>	<b>11,10%</b>



### 3.2.2.2. Despesa Realizada por Categorias Econômicas e Elementos

A Despesa realizada por Categorias Econômicas e Elementos assim demonstrada:

<b>Despesa Realizada</b> por Categorias Econômicas e Elementos				
Categorias Elementos	Em 1998		Em 1999	
	Em R\$	Em %	Em R\$	Em %
<b>Despesas Correntes</b>				
Pessoal Civil	977.490.108,41	26,56%	1.012.497.286,61	23,98%
Obrigações Patronais	10.306.239,28	0,28%	15.817.381,70	0,37%
Material de Consumo	129.707.947,83	3,52%	141.206.998,39	3,34%
Serviços de Terceiros e Encargos	418.586.940,70	11,37%	689.333.815,33	16,33%
Diversas Despesas de Custeio	62.605.581,13	1,70%	65.374.205,99	1,55%
Transferências Intragovernamentais	510.292.338,00	13,87%	768.480.581,47	18,20%
Transferências Intergovernamentais	365.472,54	0,01%	104.006,01	0,00%
Transferências a Instituições Privadas	1.911.929,90	0,05%	2.115.934,00	0,05%
Transferências a Pessoas	538.913.986,16	14,64%	367.870.966,72	8,71%
Encargos da Dívida Interna	55.165.879,00	1,50%	147.449.631,79	3,49%
Encargos da Dívida Externa	25.224.642,74	0,69%	42.004.848,52	0,99%
PASEP	26.451.767,17	0,72%	31.690.181,55	0,75%
Diversas Transferências Correntes	4.399.604,27	0,12%	6.921.411,08	0,16%
<b>Total</b>	<b>2.761.422.437,13</b>	<b>75,04%</b>	<b>3.290.867.249,16</b>	<b>77,95%</b>
<b>Despesas de Capital</b>				
Obras e Instalações	188.012.539,32	5,11%	170.925.090,67	4,05%
Equipamento e Mat.Permanente	28.225.833,22	0,77%	18.385.125,85	0,44%
Investimentos - Reg.Ex.Especial	10.343.290,08	0,28%	15.380.935,16	0,36%
Diversos Investimentos	11.345.238,43	0,31%	7.966.065,37	0,19%
Aquisição de Imóveis	1.296.714,00	0,04%	2.313.422,75	0,05%
Aquisição de Outros Bens	329.147,69	0,01%	290.292,20	0,01%
Aumento de Capital em Empresas	9.748.611,18	0,26%	12.674.395,92	0,30%
Concessão de Empréstimos	0,00	0,00%	948.345,00	0,02%
Diversas Inversões Financeiras	0,00	0,00%	31.600,00	0,00%
Transferências Intragovernamentais	85.451.144,29	2,32%	99.398.241,78	2,35%
Amortização da Dívida Interna	583.791.993,76	15,86%	380.738.138,67	9,02%
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00%	221.875.000,00	5,26%
<b>Total</b>	<b>918.544.511,97</b>	<b>24,96%</b>	<b>930.926.653,37</b>	<b>22,05%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>3.679.966.949,10</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.221.793.902,53</b>	<b>100,00%</b>



### 3.2.2.3. Da Despesa Realizada por Órgão de Governo, separando as Transferências a Órgãos Vinculados

Despesa Realizada por Órgão de Governo						
Separando as Transferências a Órgãos Vinculados						
Órgãos de Governo	Em 1998			Em 1999		
	Em R\$	Em R\$	Em %	Em R\$	Em R\$	Em %
Secretaria Municipal de Governo		11.730.780,87	0,32%		11.634.233,67	0,28%
Gabinete do Prefeito		400.505.215,32	10,88%		439.827.851,77	10,42%
Despesas do Órgão			27.228.102,73	0,74%		
	Transferências a Órgãos Vinculados		373.277.112,59	10,14%	46.351.838,12	
	IplanRIO	54.087.129,21		1,47%	39.832.472,19	0,94%
	Guarda Municipal	59.284.340,27		1,61%	73.990.114,75	1,75%
	Comlurb	259.905.643,11		7,06%	278.412.333,71	6,59%
RioCentro	0,00		0,00%	1.241.093,00	0,03%	
Controladoria Geral do Município		12.755.082,17	0,35%		13.076.875,16	0,31%
Secretaria Municipal de Administração		16.701.420,77	0,45%		203.638.587,10	4,82%
Despesas do Órgão			16.429.590,21	0,45%		
	Transferências a Órgãos Vinculados		271.830,56	0,01%	17.865.009,58	
	Fundação João Goulart	271.830,56		0,01%	0,00	0,00%
	Previ-Rio	0,00		0,00%	185.773.577,52	4,40%
Secretaria Municipal de Fazenda		77.572.804,14	2,11%		79.058.421,15	1,87%
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		238.506.447,17	6,48%		259.922.352,44	6,16%
Despesas do Órgão			143.832.561,09	3,91%		
	Transferências a Órgãos Vinculados		94.673.886,08	2,57%	152.656.671,69	
	RioUrbe	53.568.870,89		1,46%	55.658.554,30	1,32%
	Geo-Rio	10.747.712,28		0,29%	15.441.822,17	0,37%
	RioLuz	30.022.020,66		0,82%	27.162.215,10	0,64%
	RioCop	183.340,00		0,00%	0,00	0,00%
Rio-Águas	151.942,25		0,00%	9.003.089,18	0,21%	
Secretaria Municipal de Educação		575.914.074,13	15,65%		565.120.595,54	13,39%
Despesas do Órgão			567.003.980,59	15,41%		
	Transferências a Órgãos Vinculados		8.910.093,54	0,24%	555.732.223,59	
	MultiRio	8.910.093,54		0,24%	9.388.371,95	0,22%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social		61.487.638,92	1,67%		79.891.520,78	1,89%
Despesas do Órgão			27.436.794,89	0,75%		
	Transferências a Órgãos Vinculados		34.050.844,03	0,93%	38.366.455,88	
	FundoRio	27.676.377,09		0,75%	33.265.750,52	0,79%
	Funlar	6.374.466,94		0,17%	8.259.314,38	0,20%
Secretaria Municipal de Saúde		420.041.272,37	11,41%		679.601.653,26	16,10%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Eco.Ciência e Tecno.		1.631.776,68	0,04%		2.326.533,76	0,06%
Câmara Municipal		143.877.502,94	3,91%		138.590.329,07	3,28%
Tribunal de Contas do Município		39.687.359,93	1,08%		41.218.650,94	0,98%
Procuradoria Geral do Município		28.533.601,44	0,78%		33.367.648,17	0,79%
Secretaria Municipal de Urbanismo		14.594.888,53	0,40%		38.453.663,98	0,91%
Despesas do Órgão			14.594.888,53	0,40%		
	Transferências a Órgãos Vinculados		0,00	0,00%	13.955.577,20	
	MultiRio	0,00		0,00%	24.498.086,78	0,58%

(Continua)



Órgãos de Governo	Em 1998			Em 1999		
	Em R\$	Em R\$	Em %	Em R\$	Em R\$	Em %
Secretaria Municipal de Meio Ambiente		22.457.145,25	0,61%		27.443.809,44	0,65%
Despesas do Órgão		11.699.658,81	0,32%		13.351.167,07	0,32%
Transferências a Órgãos Vinculados		10.757.486,44	0,29%		14.092.642,37	0,33%
Fundação RioZôo	1.957.704,93		0,05%	2.217.303,76		0,05%
Fundação Parques e Jardins	8.799.781,51		0,24%	11.875.338,61		0,28%
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer		32.975.441,03	0,90%		44.437.651,57	1,05%
Despesas do Órgão		13.771.485,06	0,37%		18.914.913,22	0,45%
Transferências a Órgãos Vinculados		19.203.955,97	0,52%		25.522.738,35	0,60%
Fundação Rio Esportes	19.203.955,97		0,52%	25.522.738,35		0,60%
Secretaria Municipal de Trabalho		7.398.238,02	0,20%		8.215.935,50	0,19%
Secretaria Especial de Transportes		995.789,76	0,03%		4.646.203,04	0,11%
Secretaria Especial de Projetos Especiais		361.242,68	0,01%		399.167,00	0,01%
Secretaria Municipal de Trânsito		25.090.295,33	0,68%		30.598.959,64	0,72%
Despesas do Órgão		13.488.931,28	0,37%		15.835.641,15	0,38%
Transferências a Órgãos Vinculados		11.601.364,05	0,32%		14.763.318,49	0,35%
SMTU	638.959,62		0,02%	0,00		0,00%
Cet-Rio	10.962.404,43		0,30%	14.763.318,49		0,35%
Secretaria Municipal de Cultura		63.516.824,45	1,73%		74.947.547,42	1,78%
Despesas do Órgão		10.771.304,24	0,29%		10.699.823,01	0,25%
Transferências a Órgãos Vinculados		52.745.520,21	1,43%		64.247.724,41	1,52%
Fundação Planetário	1.665.961,15		0,05%	1.313.579,85		0,03%
RioArte	10.964.195,51		0,30%	16.425.438,99		0,39%
Fundação Rio	721.653,77		0,02%	900.891,29		0,02%
RioFilme	4.898.795,07		0,13%	4.472.297,73		0,11%
Riotur	34.494.914,71		0,94%	41.135.516,55		0,97%
Encargos Gerais do Município		1.325.284.110,05	36,01%		1.299.120.166,55	30,77%
Secretaria Municipal de Habitação		157.010.785,16	4,27%		144.676.413,30	3,43%
Secretaria Especial de Turismo		206.346,44	0,01%		217.124,88	0,01%
Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos		586.472,48	0,02%		783.456,92	0,02%
Secretaria Especial de Monumentos Públicos		544.393,07	0,01%		578.550,48	0,01%
<b>Total Geral</b>		<b>3.679.966.949,10</b>	<b>100,00%</b>		<b>4.221.793.902,53</b>	<b>100,00%</b>

### 3.2.3. Dos Restos a Pagar

Da Despesa Realizada no Exercício de 1999 no total de R\$ 4.221.793.902,53, foram pagos R\$ 3.906.519.575,78, sendo que o valor de R\$ 315.274.326,75 foi levado à conta de Restos a Pagar, conforme quadro abaixo:

Despesas Realizadas					
Categorias Econômicas	Paga		Restos a Pagar		Total Em R\$
	Em R\$	Em %	Em R\$	Em %	
Despesas Correntes	3.038.940.587,60	92,34%	251.926.661,56	7,66%	3.290.867.249,16
Despesas de Capital	867.578.988,18	93,20%	63.347.665,19	6,80%	930.926.653,37
<b>Total</b>	<b>3.906.519.575,78</b>	<b>92,53%</b>	<b>315.274.326,75</b>	<b>7,47%</b>	<b>4.221.793.902,53</b>



Comparando-se o Valor dos Restos a Pagar nos exercícios de 1998 e 1999, verifica-se que houve um decréscimo da ordem de 17,21%, conforme quadro a seguir:

Restos a Pagar	1998 Em R\$	Varição Em %	1999 Em R\$	Varição Em %	Varição Em %
Processados	305.100.546,38	80,12%	308.708.851,90	97,92%	1,18%
Não-Processados	75.719.366,71	19,88%	6.565.474,85	2,08%	(91,33%)
<b>Total</b>	<b>380.819.913,09</b>	<b>100,00%</b>	<b>315.274.326,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>(17,21%)</b>

### 3.2.4. Do Resultado Orçamentário e Financeiro

No Exercício de 1999 verificou-se um Superávit Orçamentário da ordem de R\$ 164.142.683,01, provocado pela diferença entre a Receita Arrecadada no valor de R\$ 4.385.936.585,54 e a Despesa Realizada no valor de R\$ 4.221.793.902,53, gerando assim uma disponibilidade de R\$ 447.080.258,25 demonstrado no quadro abaixo:

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
<b>Disponibilidades no Início do Exercício</b>	<b>253.552.723,24</b>	<b>437.809.982,67</b>
+ Receita Orçamentária	3.805.518.375,73	4.385.936.585,54
- Despesa Orçamentária	(3.679.966.949,10)	(4.221.793.902,53)
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>125.551.426,63</b>	<b>164.142.683,01</b>
+ Receita Extra-Orçamentária	791.978.307,08	674.197.076,92
- Despesa Extra-Orçamentária	(733.272.474,28)	(829.069.484,35)
<b>Resultado Extra-Orçamentário</b>	<b>58.705.832,80</b>	<b>(154.872.407,43)</b>
<b>Disponibilidades no Final do Exercício</b>	<b>437.809.982,67</b>	<b>447.080.258,25</b>

Assim, em função do Superávit Orçamentário e do resultado Extra-Orçamentário, as disponibilidades aumentaram em R\$ 9.270.275,58, conforme quadros a seguir:

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
Disponibilidades no Final do Exercício	437.809.982,67	447.080.258,25
Disponibilidades Transferidas dos Exercícios Anteriores	(253.552.723,24)	(437.809.982,67)
<b>Acréscimo no Período</b>	<b>184.257.259,43</b>	<b>9.270.275,58</b>

### 3.2.5. Da Gestão Patrimonial

O Balanço Patrimonial da Administração Direta no exercício de 1999 apresentou um Superávit Financeiro de R\$ 5.222.245,52, motivado pela diferença entre o Ativo Financeiro de R\$ 517.741.779,14 e o Passivo Financeiro de R\$ 512.519.533,62, conforme quadro a seguir:

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
<b>I - Ativo Real</b>	<b>4.340.055.604,00</b>	<b>5.334.880.840,70</b>
Financeiro	502.141.177,71	517.741.779,14
Permanente	3.837.914.426,29	4.817.139.061,56
<b>II - Passivo Real</b>	<b>3.628.625.376,90</b>	<b>4.582.569.858,35</b>
Financeiro	572.784.584,71	512.519.533,62
Permanente	3.055.840.792,19	4.070.050.324,73
<b>III - Saldo Patrimonial</b>	<b>711.430.227,10</b>	<b>752.310.982,35</b>



O Resultado Econômico foi negativo em R\$ 362.500.598,81, decorrente da diferença entre as Variações Ativas de R\$ 7.493.043.065,63 e as Variações Passivas de R\$ 7.855.543.664,44 e que, resumidamente, são demonstradas:

Especificações	1998 Em R\$		1999 Em R\$	
<b>I - Variações Ativas</b>	<b>5.362.261.415,31</b>		<b>7.493.043.065,63</b>	
Resultado da Execução Orçamentária	4.567.665.150,54		5.284.591.520,79	
Independente da Execução Orçamentária	794.596.264,77		2.208.451.544,84	
<b>II - Variações Passivas</b>	<b>5.729.828.861,36</b>		<b>7.855.543.664,44</b>	
Resultado da Execução Orçamentária	4.397.661.289,34		4.947.850.943,75	
Independente da Execução Orçamentária	1.332.167.572,02		2.907.692.720,69	
<b>III - Saldo Patrimonial</b>	<b>(367.567.446,05)</b>		<b>(362.500.598,81)</b>	

#### 4. Da Administração Indireta

##### 4.1. Das Autarquias e Fundações

###### 4.1.1. Da Receita Total

A Receita Prevista das Autarquias e Fundações no Exercício de 1999 totalizaram a importância de R\$ 745.622.575,00, contra uma arrecadação de R\$ 575.365.861,14, conforme se verifica a seguir:

Resumo das Receitas Autarquias e Fundações				
Categorias Econômicas	Previsão Em R\$	Arrecadação Em R\$	Variação Em R\$	Variação Em %
Receitas Correntes	625.663.407,00	452.648.560,47	(173.014.846,53)	(27,65%)
Receitas de Capital	119.959.168,00	122.717.300,67	2.758.132,67	2,30%
<b>Total Geral</b>	<b>745.622.575,00</b>	<b>575.365.861,14</b>	<b>(170.256.713,86)</b>	<b>(22,83%)</b>

###### 4.1.1.1 Da Receita Por Órgão

As Receitas das Autarquias e Fundações podem ser assim demonstradas:

Receitas Arrecadadas Autarquias e Fundações					
Entidades	Prevista Em R\$	Arrecadada Em R\$	Em %	Diferença Em R\$	Em %
Fundação João Goulart	2.596.630,00	1.886.020,67	72,63%	(710.609,33)	(27,37%)
Fundação Geo-Rio	20.492.394,00	17.825.348,58	86,99%	(2.667.045,42)	(13,01%)
FUNLAR	10.124.830,00	8.259.408,24	81,58%	(1.865.421,76)	(18,42%)
Fundação Rio-Zôo	6.224.178,00	5.445.979,99	87,50%	(778.198,01)	(12,50%)
Fundação Parques e Jardins	13.979.727,00	11.373.283,57	81,36%	(2.606.443,43)	(18,64%)
Fundação Rio-Esportes	10.176.970,00	29.237.546,61	287,29%	19.060.576,61	187,29%
Fundação RIO	807.924,00	816.680,33	101,08%	8.756,33	1,08%
Fundação Planetário	2.285.568,00	2.101.119,30	91,93%	(184.448,70)	(8,07%)
Fundação Rio-Águas	29.335.818,00	7.203.303,06	24,55%	(22.132.514,94)	(75,45%)
Previ-Rio	575.946.060,00	406.844.530,09	70,64%	(169.101.529,91)	(29,36%)
Fundo Rio	50.766.752,00	41.101.590,45	80,96%	(9.665.161,55)	(19,04%)
SMTU	6.942.996,00	3.934.718,30	56,67%	(3.008.277,70)	(43,33%)
RioArte	15.942.728,00	16.742.593,84	105,02%	799.865,84	5,02%
Instituto Pereira Passos	0,00	22.593.738,39	0,00%	22.593.738,39	0,00%
<b>Total</b>	<b>745.622.575,00</b>	<b>575.365.861,42</b>	<b>77,17%</b>	<b>(170.256.713,58)</b>	<b>(22,83%)</b>

###### 4.1.2. Da Despesa Total



A Despesa Autorizada no Exercício de 1999 para as Autarquias e Fundações totalizou a quantia de R\$ 780.890.956,16. A Realizada somou a importância de R\$ 551.994.336,23, gerando uma Economia Orçamentária da ordem de R\$ 228.896.619,93, conforme quadro a seguir:

Categorias Subcategorias	Despesas			Saldos Não Utilizados	
	Fixada Final Em R\$	Realizada Em R\$	Em %	Em R\$	Em %
Despesas Correntes	478.279.942,01	400.832.166,46	83,81%	77.447.775,55	16,19%
Despesas de Capital	302.611.014,15	151.162.169,77	49,95%	151.448.844,38	50,05%
<b>Total</b>	<b>780.890.956,16</b>	<b>551.994.336,23</b>	<b>70,69%</b>	<b>228.896.619,93</b>	<b>29,31%</b>

#### 4.1.2.1 Da Despesa por Órgão

A discriminação das Despesas por Autarquia e Fundação pode ser assim visualizada:

Entidades	Fixada Em R\$	Realizada Em R\$	Em %	Diferença Em R\$	Em %
Fundação João Goulart	2.983.043,00	2.155.441,72	72,26%	(827.601,28)	(27,74%)
Fundação Geo-Rio	23.692.180,00	15.535.346,70	65,57%	(8.156.833,30)	(34,43%)
FUNLAR	10.038.338,00	8.338.867,48	83,07%	(1.699.470,52)	(16,93%)
Fundação Rio-Zôo	5.966.999,98	5.686.961,67	95,31%	(280.038,31)	(4,69%)
Fundação Parques e Jardins	13.533.715,00	12.143.416,11	89,73%	(1.390.298,89)	(10,27%)
Fundação Rio-Esportes	26.927.314,00	25.528.417,12	94,80%	(1.398.896,88)	(5,20%)
Fundação RIO	1.025.260,35	946.477,77	92,32%	(78.782,58)	(7,68%)
Fundação Planetário	1.964.266,55	1.885.207,61	95,98%	(79.058,94)	(4,02%)
Fundação Rio-Águas	17.735.308,00	9.036.422,58	50,95%	(8.698.885,42)	(49,05%)
Previ-Rio	575.946.060,00	384.313.449,75	66,73%	(191.632.610,25)	(33,27%)
Fundo Rio	47.939.224,00	37.912.027,43	79,08%	(10.027.196,57)	(20,92%)
SMTU	7.541.616,00	6.907.668,49	91,59%	(633.947,51)	(8,41%)
RioArte	16.743.878,65	16.685.009,86	99,65%	(58.868,79)	(0,35%)
Instituto Pereira Passos	28.853.752,63	24.919.621,94	0,00%	(3.934.130,69)	0,00%
<b>Total</b>	<b>780.890.956,16</b>	<b>551.994.336,23</b>	<b>70,69%</b>	<b>(228.896.619,93)</b>	<b>(29,31%)</b>

#### 4.1.3. Do Resultado Orçamentário e Financeiro

No Exercício de 1999 a Receita Arrecadada somou a quantia de R\$ 575.365.861,14 e a Despesa Realizada totalizou a importância de R\$ 551.994.336,23, resultando um Superávit Orçamentário total de R\$ 23.371.524,91, conforme quadro a seguir:

Entidades	Receita Arrecadada Em R\$	Despesa Realizada Em R\$	Resultado Orçamentário Em R\$
Fundação João Goulart	1.886.020,67	2.155.441,72	(269.421,05)
Fundação Geo-Rio	17.825.348,58	15.535.346,70	2.290.001,88
FUNLAR	8.259.408,24	8.338.867,48	(79.459,24)
Fundação Rio-Zôo	5.445.979,99	5.686.961,67	(240.981,68)
Fundação Parques e Jardins	11.373.283,57	12.143.416,11	(770.132,54)
Fundação Rio-Esportes	29.237.546,61	25.528.417,12	3.709.129,49
Fundação RIO	816.680,33	946.477,77	(129.797,44)
Fundação Planetário	2.101.119,02	1.885.207,61	215.911,41
Fundação Rio-Águas	7.203.303,06	9.036.422,58	(1.833.119,52)
Previ-Rio	406.844.530,09	384.313.449,75	22.531.080,34
Fundo Rio	41.101.590,45	37.912.027,43	3.189.563,02
SMTU	3.934.718,30	6.907.668,49	(2.972.950,19)
RioArte	16.742.593,84	16.685.009,86	57.583,98
Instituto Pereira Passos	22.593.738,39	24.919.621,94	(2.325.883,55)
<b>Total</b>	<b>575.365.861,14</b>	<b>551.994.336,23</b>	<b>23.371.524,91</b>

##### 4.1.3.1. Das Disponibilidades





A soma do Superávit Orçamentário do Exercício com o resultado extra-orçamentário gerou uma disponibilidade da ordem de R\$ 424.013.110,14, conforme se verifica a seguir:

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
<b>Disponibilidades no Início do Exercício</b>	<b>190.310.168,51</b>	<b>357.493.195,25</b>
+ Receita Orçamentária	410.268.504,77	575.365.861,14
- Despesa Orçamentária	(263.593.507,59)	(551.994.336,23)
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>146.674.997,18</b>	<b>23.371.524,91</b>
+ Receita Extra-Orçamentária	306.604.591,15	356.377.514,45
- Despesa Extra-Orçamentária	(286.096.561,59)	(313.229.124,47)
<b>Resultado Extra-Orçamentário</b>	<b>20.508.029,56</b>	<b>43.148.389,98</b>
<b>Disponibilidades no Final do Exercício</b>	<b>357.493.195,25</b>	<b>424.013.110,14</b>

Desta forma, as disponibilidades aumentaram em R\$ 66.519.914,89, conforme quadro abaixo:

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
Disponibilidades no Final do Exercício	357.493.195,25	424.013.110,14
Disponibilidades Transferidas do Exercício Anterior	(190.310.168,51)	(357.493.195,25)
<b>Acréscimo do Período</b>	<b>167.183.026,74</b>	<b>66.519.914,89</b>

#### 4.1.4. Da Gestão Patrimonial

##### 4.1.4.1. Do Balanço Patrimonial

O Balanço da Administração Indireta apresentou um Superávit Financeiro da ordem de R\$ 411.571.199,02, gerado pela diferença entre o Ativo Financeiro de R\$ 467.800.411,39 e o Passivo Financeiro de R\$ 56.229.212,37.

Resumidamente, pode ser assim demonstrado:

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
<b>I - Ativo Real</b>	<b>1.121.850.007,09</b>	<b>1.402.856.228,08</b>
Financeiro	404.164.413,10	467.800.411,39
Permanente	717.685.593,99	935.055.816,69
<b>II - Passivo Real</b>	<b>27.451.210,95</b>	<b>56.229.212,37</b>
Financeiro	27.451.210,95	56.229.212,37
Permanente	0,00	0,00
<b>III - Saldo Patrimonial</b>	<b>1.094.398.796,14</b>	<b>1.346.627.015,71</b>

##### 4.1.4.2. Do Resultado Econômico

O Resultado Econômico foi positivo, totalizando a importância de R\$ 156.838.415,61, em virtude da diferença entre as Variações Ativas de R\$ 961.699.282,82 e as Variações Passivas de R\$ 804.860.867,21, e que pode ser demonstrado no quadro a seguir:



Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
<b>I - Variações Ativas</b>	<b>652.959.904,28</b>	<b>961.699.282,82</b>
Resultado da Execução Orçamentária	486.969.376,08	679.485.138,02
Independente da Execução Orçamentária	165.990.528,20	282.214.144,80
<b>II - Variações Passivas</b>	<b>550.347.525,52</b>	<b>804.860.867,21</b>
Resultado da Execução Orçamentária	331.864.959,88	615.504.075,00
Independente da Execução Orçamentária	218.482.565,64	189.356.792,21
<b>III - Resultado Patrimonial</b>	<b>102.612.378,76</b>	<b>156.838.415,61</b>

## 5. Da Consolidação das Contas da Administração Direta e Indireta

Conforme se verifica na Prestação de Contas foi feita a consolidação dos Balanços das Entidades cuja contabilidade é regida pela Lei Federal nº 4.320/64, dando assim origem aos Balanços Consolidados do Município. Para as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista foi usado o método da equivalência patrimonial de forma a ajustar os investimentos da Direta nas Entidades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76.

### 5.1. Da Execução Orçamentária e Gestão Financeira

O Exercício de 1999, após a Consolidação dos Balanços, com as respectivas eliminações, resultou em um Superávit Orçamentário de R\$ 223.399.170,38, em virtude da diferença entre a Receita Arrecadada de R\$ 4.661.599.494,55 e a Despesa Realizada no valor de R\$ 4.438.200.324,17.

Assim, o Superávit Orçamentário do Exercício, somado ao Resultado Extra-Orçamentário, gerou um acréscimo de disponibilidades, conforme se verifica, resumidamente, a seguir:

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
<b>Disponibilidades no Início do Exercício</b>	<b>443.862.891,75</b>	<b>795.303.177,92</b>
+ Receita Orçamentária	4.094.368.445,68	4.661.599.494,55
- Despesa Orçamentária	(3.823.934.502,96)	(4.438.200.324,17)
Resultado Orçamentário	270.433.942,72	223.399.170,38
+ Receita Extra-Orçamentária	1.082.063.418,00	979.881.603,78
- Despesa Extra-Orçamentária	(1.001.057.074,55)	(1.127.490.583,69)
Resultado Extra-Orçamentário	81.006.343,45	(147.608.979,91)
<b>Disponibilidades no Final do Exercício</b>	<b>795.303.177,92</b>	<b>871.093.368,39</b>

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
Disponibilidades no Final do Exercício	795.303.177,92	871.093.368,39
Disponibilidades Transferidas dos Exercícios Anteriores	(443.862.891,75)	(795.303.177,92)
<b>Acréscimo no Período</b>	<b>351.440.286,17</b>	<b>75.790.190,47</b>

### 5.2. Da Gestão Patrimonial

#### 5.2.1. Resultado Financeiro

No Exercício de 1999, o Balanço Patrimonial Geral do Município apresentou um Superávit Financeiro de R\$ 532.819.113,54 em função da diferença do Ativo Financeiro de R\$ 970.866.744,26 e do Passivo Financeiro de R\$



438.047.630,72. Resumidamente, a posição consolidada do Patrimônio Público do Município do Rio de Janeiro em 31 de dezembro era a seguinte:

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
<b>I - Ativo Real</b>	<b>5.366.227.508,67</b>	<b>6.644.107.368,65</b>
Financeiro	886.348.326,80	970.866.744,26
Permanente	4.479.879.181,87	5.673.240.624,39
<b>II - Passivo Real</b>	<b>3.560.735.884,27</b>	<b>4.508.097.955,45</b>
Financeiro	504.895.092,08	438.047.630,72
Permanente	3.055.840.792,19	4.070.050.324,73
<b>III - Saldo Patrimonial</b>	<b>1.805.491.624,40</b>	<b>2.136.009.413,20</b>

### 5.2.2. Resultado Econômico

O Resultado Econômico Geral no exercício de 1999 foi negativo em R\$ 168.590.768,06, decorrente da diferença entre as Variações Ativas de R\$ 8.122.114.531,88 e as Variações Passivas de R\$ 8.290.705.299,94. Resumidamente, o Resultado Patrimonial Consolidado do Município pode se assim demonstrado:

Especificações	1998 Em R\$	1999 Em R\$
<b>I - Variações Ativas</b>	<b>5.822.542.286,66</b>	<b>8.122.114.531,88</b>
Resultado da Execução Orçamentária	4.932.612.231,80	5.664.373.706,68
Independente da Execução Orçamentária	889.930.054,86	2.457.740.825,20
<b>II - Variações Passivas</b>	<b>6.087.834.752,79</b>	<b>8.290.705.299,94</b>
Resultado da Execução Orçamentária	4.591.588.334,17	5.205.877.245,92
Independente da Execução Orçamentária	1.496.246.418,62	3.084.828.054,02
<b>III - Resultado Patrimonial</b>	<b>(265.292.466,13)</b>	<b>(168.590.768,06)</b>

## 6. Da Análise dos Balanços Gerais do Município

### 6.1. Considerações Iniciais

Os Balanços Consolidados do Município, previstos no § 1º do art. 41 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (Deliberação TCMRJ nº 034/93) e no Inciso VII do art. 30 do Regimento Interno da Controladoria Geral do Município (anexo ao Decreto nº 12.784/94), foram elaborados em conformidade com as técnicas contábeis de consolidação de Balanços, respeitando-se o princípio contábil da entidade e estão assim agrupados:

- Balanços e quadros da Administração Direta, incluindo os Poderes Executivo e Legislativo;
- Balanços consolidados da Administração Indireta, contemplando as Autarquias e Fundações;
- Balanços consolidados do Município, contemplando a Administração Direta, Autarquias e Fundações.

Desta forma, a Prestação de Contas do Município do Rio de Janeiro, referente ao Exercício de 1999, está de acordo com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, na Lei Municipal nº 207/80 e nos princípios fundamentais de contabilidade, buscando evidenciar e tornar transparente a composição patrimonial, a execução orçamentária e os resultados econômicos e financeiros da gestão municipal.



## **6.2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

### **6.2.1. Classificação de Ativos e Passivos Financeiros.**

Foram lançados pelo valor nominal e nas respectivas contas, estando registrados valores decorrentes da execução orçamentária, cuja realização ou pagamento no exercício seguinte independe de autorização legislativa nos termos do § 3º do artigo 105 da Lei Federal nº 4.320/64;

### **6.2.2. Aplicações Financeiras e Fundo de Liquidez da Dívida Pública.**

O Fundo de Liquidez é um fundo contábil criado pelo Decreto nº 3.525, de 04 de junho de 1982, conforme autorização consignada no artigo 4º da Lei nº 285, de 16 de novembro de 1981, com o objetivo de garantir a liquidez dos títulos municipais no mercado. Este fundo opera com recursos gerados com a negociação de títulos e aplicações no mercado financeiro de recursos disponíveis do Tesouro.

### **6.2.3. Cheques em Trânsito.**

Refere-se à provisão para os cheques entregues a fornecedores e ainda não descontados nos bancos, avaliados ao custo.

### **6.2.4. Almojarifados**

Estão demonstrados pelo preço médio ponderado das compras estocadas em 31/12/99, nos almojarifados de cada órgão.

### **6.2.5. Dívida Ativa**

As inscrições, atualizações e cancelamentos por processo dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 foram contabilizados com base nos relatórios da Procuradoria Geral do Município. As baixas por pagamento do exercício de 1999 foram contabilizadas de acordo com os relatórios de arrecadação do Tesouro Municipal. Os fatos relativos aos exercícios de 1997 e 1998 foram contabilizados como ajuste credor do Patrimônio da ordem de R\$ 408.482.593,11.

### **6.2.6. Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas pelo Município estão avaliados em 31/12/99 com base no valor percentual de participação no patrimônio líquido dessas empresas. Tal procedimento foi adotado no exercício anterior e impactou o resultado do exercício, com decréscimo na ordem de R\$ 2.903.288,20.

### **6.2.7. Bens Móveis**

Os do Poder Legislativo estão registrados pelo custo histórico. Aqueles do Poder Executivo estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente, deduzidos pela depreciação acumulada até a data do encerramento do exercício, nos termos do art. 55 das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município. As baixas de Bens Móveis a incorporar, de exercícios anteriores, foram contabilizadas como ajuste devedor do Patrimônio na ordem de R\$ 5.101.239,05.



#### **6.2.8. Bens Imóveis**

Estão eles registrados pelo custo de aquisição e/ou reavaliação, corrigidos monetariamente, deduzidos pela depreciação acumulada até a data do encerramento do exercício, nos termos do art. 55 das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município.

#### **6.2.9. Dívida Fundada Interna e Externa**

Está atualizada pela variação monetária e/ou cambial até a data do balanço, nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64. Durante o exercício ocorreu a renegociação da dívida fundada interna e externa. A dívida mobiliária foi renegociada com base na Medida Provisória nº 1.891-5, de 29/06/99, e a dívida contratual com base na Medida Provisória nº 1.891-8, de 24/09/99.

#### **6.2.10. Provisão para Precatórios**

Neste exercício foi constituída provisão para precatórios no valor de R\$ 12.659.317,00, tendo sido estornado o saldo da provisão realizada no exercício anterior.

#### **6.2.11. Ajuste de Exercícios Anteriores**

Os fatos relativos a exercícios anteriores detectados neste exercício, que deveriam ter impactado o resultado no ano de suas ocorrências, foram contabilizados como ajuste do patrimônio, acarretando um impacto na ordem de R\$ 403.381.354,06. Os ajustes referem-se a inscrições, atualizações e cancelamentos de dívida e a baixa de bens móveis a incorporar.

#### **6.2.12. Realização da Despesa e da Receita**

Estão sendo registradas como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do Art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. De acordo com o disposto no art. 100 e 105 da citada Lei, as alterações da situação líquida patrimonial estão sendo registradas à conta de variações patrimoniais.

#### **6.2.13. Balanço Consolidado**

Visando atender ao disposto no parágrafo único do artigo 110, da Lei Federal nº 4.320/64, as demonstrações contábeis da Administração Indireta, regidas pela citada Lei, foram consolidadas com as da Administração Direta, constituindo assim o Balanço Geral do Município. Tal procedimento gerou alguns ajustes nas demonstrações, conforme detalhamento do quadro complementar nº 30, que apresenta as demonstrações de consolidação dos balanços da Administração Direta com as Autarquias e Fundações.

### **6.3. Do Balanço Orçamentário**

Previsto no artigo 102, anexo 12 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 211 do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, instituído pela Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980, o



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO compara as previsões constantes do Orçamento com a sua execução, demonstrando, ainda, sinteticamente, o Resultado Financeiro do cumprimento da Lei de Meios e das Leis que a alteraram e a complementaram.

O Balanço Orçamentário abrange:

- A Administração Direta;
- A Administração Indireta regida pela Lei Federal nº 4.320/64 - Fundações e Autarquias;
- Consolidação Geral – Direta e Indireta, regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

### 6.3.1. Da Receita e da Despesa

O Balanço Orçamentário Geral abrange a Administração Direta, Indireta (Autarquias e Fundações) e está demonstrado nos quadros a seguir:

Balanço Orçamentário Administração Direta							
Receitas	Previstas Em R\$	Arrecadadas Em R\$	Diferença Em R\$	Despesas	Autorizadas Corrigidas Em R\$	Realizadas Em R\$	Diferença Em R\$
<b>1 - Receitas Correntes</b>				<b>3 - Despesas Correntes</b>			
Tributária	1.682.435.630,00	1.647.949.457,64	34.486.172,36	Custeio	2.087.737.264,67	1.924.229.688,02	163.507.576,65
Patrimonial	115.826.854,00	187.688.969,91	(71.862.115,91)	Pessoal	1.073.924.888,00	1.028.314.668,31	45.610.219,69
Receitas de Serviços	85.055.178,00	10.280.164,54	74.775.013,46	Material de Consumo	173.359.839,20	141.206.998,39	32.152.840,81
Transferências Correntes	1.293.372.257,00	1.689.610.815,97	(396.238.558,97)	Serviços de Terc.e Encargos	769.606.535,47	689.333.815,33	80.272.720,14
Outras Receitas Correntes	260.245.131,00	198.516.836,70	61.728.294,30	Diversas Desp.de Custeio	70.846.002,00	65.374.205,99	5.471.796,01
				Transferências Correntes	1.406.302.440,69	1.366.637.561,14	39.664.879,55
				Transf.Intra e Inter Governam.	803.102.946,69	768.584.587,48	34.518.359,21
				Transf.a Pessoas	371.184.431,00	367.870.966,72	3.313.464,28
				Encargos da Dívida Interna	148.018.600,00	147.449.631,79	568.968,21
				Encargos da Dívida Externa	42.461.720,00	42.004.848,52	456.871,48
				Outras Transf. Correntes	41.534.743,00	40.727.526,63	807.216,37
<b>Subtotal</b>	<b>3.436.935.050,00</b>	<b>3.734.046.244,76</b>	<b>(297.111.194,76)</b>	<b>Subtotal</b>	<b>3.494.039.705,36</b>	<b>3.290.867.249,16</b>	<b>203.172.456,20</b>
<b>2 - Receitas de Capital</b>				<b>4 - Despesas de Capital</b>			
Operações de Crédito	949.763.710,00	650.913.024,18	298.850.685,82	Investimentos	315.176.199,45	212.657.217,05	102.518.982,40
Alienações de Bens	5.069.401,00	434.381,76	4.635.019,24	Inversões Financeiras	20.746.706,00	16.258.055,87	4.488.650,13
Amortização de Empréstimos	125.244,00	0,00	125.244,00	Transferências de Capital	918.672.248,79	702.011.380,45	216.660.868,34
Transferências de Capital	0,00	542.934,84	(542.934,84)				
<b>Subtotal</b>	<b>954.958.355,00</b>	<b>651.890.340,78</b>	<b>303.068.014,22</b>	<b>Subtotal</b>	<b>1.254.595.154,24</b>	<b>930.926.653,37</b>	<b>323.668.500,87</b>
				<b>5 - Reserva de Contingência</b>			
				<b>Subtotal</b>			
				27.700,00			
				0,00			
				27.700,00			
<b>Soma</b>	<b>4.391.893.405,00</b>	<b>4.385.936.585,54</b>	<b>5.956.819,46</b>	<b>Soma</b>	<b>4.748.662.559,60</b>	<b>4.221.793.902,53</b>	<b>526.868.657,07</b>
Déficit	356.769.154,60	0,00	356.769.154,60	Superávit	0,00	164.142.683,01	(164.142.683,01)
<b>Total</b>	<b>4.748.662.559,60</b>	<b>4.385.936.585,54</b>	<b>362.725.974,06</b>	<b>Total</b>	<b>4.748.662.559,60</b>	<b>4.385.936.585,54</b>	<b>362.725.974,06</b>

Balanço Orçamentário Consolidado Administração Indireta							
Receitas	Previstas Em R\$	Arrecadadas Em R\$	Diferença Em R\$	Despesas	Autorizadas Corrigidas Em R\$	Realizadas Em R\$	Diferença Em R\$
<b>1 - Receitas Correntes</b>				<b>3 - Despesas Correntes</b>			
Patrimonial	330.568.651,00	195.631.330,46	134.937.320,54	Custeio	478.279.942,01	400.832.166,46	77.447.775,55
Transferências Correntes	278.821.060,00	240.477.258,58	38.343.801,42	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	16.273.696,00	16.539.971,43	(266.275,43)				
<b>Subtotal</b>	<b>625.663.407,00</b>	<b>452.648.560,47</b>	<b>173.014.846,53</b>	<b>Subtotal</b>	<b>478.279.942,01</b>	<b>400.832.166,46</b>	<b>77.447.775,55</b>
<b>2 - Receitas de Capital</b>				<b>4 - Despesas de Capital</b>			
Transferências de Capital	73.912.113,00	51.796.209,61	22.115.903,39	Investimentos	302.611.014,15	151.162.169,77	151.448.844,38
Outras Receitas de Capital	46.047.055,00	70.921.091,06	(24.874.036,06)				
<b>Subtotal</b>	<b>119.959.168,00</b>	<b>122.717.300,67</b>	<b>(2.758.132,67)</b>	<b>Subtotal</b>	<b>302.611.014,15</b>	<b>151.162.169,77</b>	<b>151.448.844,38</b>
				<b>5 - Reserva de Contingência</b>			
				<b>Subtotal</b>			
				0,00			
				0,00			
				0,00			
<b>Soma</b>	<b>745.622.575,00</b>	<b>575.365.861,14</b>	<b>170.256.713,86</b>	<b>Soma</b>	<b>780.890.956,16</b>	<b>551.994.336,23</b>	<b>228.896.619,93</b>
Déficit	35.268.381,16	0,00	35.268.381,16	Superávit	0,00	23.371.524,91	(23.371.524,91)
<b>Total</b>	<b>780.890.956,16</b>	<b>575.365.861,14</b>	<b>205.525.095,02</b>	<b>Total</b>	<b>780.890.956,16</b>	<b>575.365.861,14</b>	<b>205.525.095,02</b>



Balanco Orçamentário Consolidado Geral							
Receitas	Previstas Em R\$	Arrecadadas Em R\$	Diferença Em R\$	Despesas	Autorizadas Corrigidas Em R\$	Realizadas Em R\$	Diferença Em R\$
<b>1 - Receitas Correntes</b>				<b>3 - Despesas Correntes</b>			
Tributária	1.682.435.630,00	1.647.949.457,64	34.486.172,36	Custeio	3.694.472.707,37	3.402.871.835,30	291.600.872,07
Patrimonial	446.395.505,00	375.625.478,40	70.770.026,60	Transferências Correntes	0,00	0,00	-
Receitas de Serviços	0,00	0,00	-				
Transferências Correntes	1.294.346.377,00	1.690.882.132,43	(396.535.755,43)				
Outras Receitas Correntes	361.574.005,00	224.510.605,08	137.063.399,92				
Subtotal	3.784.751.517,00	3.938.967.673,55	(154.216.156,55)	Subtotal	3.694.472.707,37	3.402.871.835,30	291.600.872,07
<b>2 - Receitas de Capital</b>				<b>4 - Despesas de Capital</b>			
Transferências de Capital	949.763.710,00	650.913.024,18	298.850.685,82	Investimentos	1.483.294.055,39	1.035.328.488,87	447.965.566,52
Alienações de Bens	5.069.401,00	254.770,92	4.814.630,08	Inversões Financeiras	0,00	0,00	-
Transferências de Capital	0,00	542.934,84	(542.934,84)	Transferências de Capital	0,00	0,00	-
Outras Receitas de Capital	46.172.299,00	70.921.091,06	(24.748.792,06)				
Subtotal	1.001.005.410,00	722.631.821,00	278.373.589,00	Subtotal	1.483.294.055,39	1.035.328.488,87	447.965.566,52
				<b>5 - Reserva de Contingência</b>			
				Subtotal	27.700,00	0,00	27.700,00
<b>Soma</b>	<b>4.785.756.927,00</b>	<b>4.661.599.494,55</b>	<b>124.157.432,45</b>	<b>Soma</b>	<b>5.177.794.462,76</b>	<b>4.438.200.324,17</b>	<b>739.594.138,59</b>
Déficit	392.037.535,76	0,00	392.037.535,76	Superávit	0,00	223.399.170,38	(223.399.170,38)
<b>Total</b>	<b>5.177.794.462,76</b>	<b>4.661.599.494,55</b>	<b>516.194.968,21</b>	<b>Total</b>	<b>5.177.794.462,76</b>	<b>4.661.599.494,55</b>	<b>516.194.968,21</b>

### 6.3.1.1. Destaques da Receita e da Despesa

#### Receita Prevista e Receita Arrecadada

Comparando-se a Receita Prevista com a Receita Arrecadada, verifica-se uma arrecadação menor da ordem de R\$ 124.157.432,45.

#### Despesa Autorizada e Despesa Realizada

Confrontando-se a Despesa Fixada com a Despesa Realizada, constata-se que houve a realização de despesa, a menor, da ordem de R\$ 739.594.138,59.

#### Receita Arrecadada e Despesa Realizada

Do comparativo realizado, verifica-se um Superávit Orçamentário da Execução da ordem de R\$ 223.399.170,38

### 6.4. Do Balanço Financeiro

Estabelecido no art. 212 do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, instituído pela Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980, e no art. 103, anexo 13, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o BALANÇO FINANCEIRO ou BALANÇO GERAL DE RECEITA E DESPESA é a síntese de toda a Gestão Financeira, que envolve não só a Execução Orçamentária, como o movimento de Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias. Partindo das disponibilidades na abertura do exercício e abrangendo o complexo das operações mencionadas, que se realizam através da efetiva movimentação de numerário, de interveniência bancária e de transferência de contas, o BALANÇO FINANCEIRO aponta, do confronto, as disponibilidades a transferir para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro abrange:

- A Administração Direta;
- A Administração Indireta regida pela Lei Federal nº 4.320/64 - Autarquias e Fundações;
- A Consolidação Geral – Administração Direta e Indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.



Os quadros a seguir visualizam os Balanços Financeiros:

<b>Balanço Financeiro da Administração Direta</b>			
Exercício de 1999			
	<b>Em R\$</b>		<b>Em R\$</b>
<b>Receita Orçamentária</b>		<b>Despesa Orçamentária</b>	
Receitas Correntes		Legislativa	193.000.247,75
Receita Tributária	1.647.949.457,64	Judiciária	26.041.721,01
Receita Patrimonial	187.688.969,91	Administração e Planejamento	1.172.058.154,94
Receitas de Serviços	10.280.164,54	Defesa Nacional e Segurança Pública	73.990.114,75
Transferências Correntes	1.689.610.815,97	Educação e Cultura	1.010.701.673,14
Outras Receitas Correntes	198.516.836,70	Habituação e Urbanismo	474.662.473,40
Subtotal	3.734.046.244,76	Indústria, Comércio e Serviços	74.738.155,73
Receitas de Capital		Saúde e Saneamento	812.347.539,25
Operações de Crédito	650.913.024,18	Trabalho	8.030.578,53
Alienações de Bens	434.381,76	Assistência e Previdência	299.548.614,38
Transferências de Capital	542.934,84	Transporte	76.674.629,65
Subtotal	651.890.340,78		
<b>Total da Receita Orçamentária</b>	<b>4.385.936.585,54</b>	<b>Total da Despesa Orçamentária</b>	<b>4.221.793.902,53</b>
<b>Extra-Orçamentária</b>		<b>Extra-Orçamentária</b>	
Restos a Pagar	315.274.326,75	Restos a Pagar	347.828.396,18
Depósitos de Diversas Origens	11.994.962,82	Depósitos de Diversas Origens	5.739.369,60
Consignações	232.248.185,82	Consignações	279.828.456,53
Outros Créditos	108.103.810,81	Outros Débitos	186.430.945,11
Anulação de Despesa	254.906,90	Devoluções de Convênios	2.225.309,74
Depósito Judicial	6.320.883,82	Anulação de Despesas	254.906,90
		Outras Entidades Devedoras	6.728.579,16
		Depósito Judicial	33.521,13
<b>Total da Receita Extra-Orçamentária</b>	<b>674.197.076,92</b>	<b>Total da Despesa Extra-Orçamentária</b>	<b>829.069.484,35</b>
<b>Saldos das Disponibilidades em 31/12/98</b>		<b>Saldos das Disponibilidades em 31/12/99</b>	
Saldo em Poder de Órgãos Autônomos	42,32	Saldo em Poder de Órgãos Autônomos	667.987,43
Saldos de Suprim.Fund.Poder dos Órgãos	244.418,51	Saldos de Suprim.Fund.Poder dos Órgãos	344.994,94
Bancos e Correspondentes	14.430.594,81	Bancos e Correspondentes	26.174.929,48
Cheques em Trânsito	(466.134,50)	Cheques em Trânsito	(1.429.589,56)
Bancos com Fundos Especiais	1.413.870,35	Bancos com Fundos Especiais	250.948,64
Bancos com Convênios	119.999,76	Bancos com Convênios	105.313,51
Bancos com Guias de Importação	3.926,37	Bancos com Guias de Importação	3.926,37
Bancos com Projetos	1.614.089,53	Bancos com Projetos	9.373.007,05
Bancos com Seguridade Social	177,79	Bancos com Seguridade Social	13.999,40
Aplicações Financeiras - Tesouro	266.399.143,98	Bancos com Depósito Judicial	297,59
Aplicações Financeiras - Fundos Especiais	160.116.563,95	Aplicações Financeiras - Tesouro	182.929.137,44
Valores Oferecidos em Garantia	(6.066.710,20)	Aplicações Financeiras - Fundos Especiais	226.243.776,14
		Aplicações Financeiras - Depósito Judicial	6.287.065,10
		Valores Oferecidos em Garantia	(3.885.535,28)
<b>Total dos Saldos</b>	<b>437.809.982,67</b>	<b>Total dos Saldos</b>	<b>447.080.258,25</b>
<b>Total Geral</b>	<b>5.497.943.645,13</b>	<b>Total Geral</b>	<b>5.497.943.645,13</b>





<b>Balanco Financeiro da Administração Indireta</b> Exercício de 1999			
	Em R\$		Em R\$
<b>Receita Orçamentária</b>		<b>Despesa Orçamentária</b>	
Receitas Correntes		Administração e Planejamento	2.155.441,72
Receita Patrimonial	195.631.330,46	Educação e Cultura	79.015.603,21
Transferências Correntes	240.477.258,58	Habituação e Urbanismo	61.634.807,33
Outras Receitas Correntes	16.539.971,43	Assistência e Previdência	402.280.815,48
		Transporte	6.907.668,49
Subtotal	452.648.560,47		
Receitas de Capital			
Transferências de Capital	51.796.209,61		
Outras Receitas de Capital	70.921.091,06		
Subtotal	122.717.300,67		
Total da Receita Orçamentária	575.365.861,14	Total da Despesa Orçamentária	551.994.336,23
<b>Extra-Orçamentária</b>		<b>Extra-Orçamentária</b>	
Restos a Pagar	40.453.893,50	Restos a Pagar	22.676.023,78
Depósitos de Diversas Origens	101.756.657,41	Depósitos de Diversas Origens	102.100.518,45
Consignações	37.711.267,59	Consignações	27.177.621,53
Outros Créditos	169.404.676,13	Outros Débitos	4.146.431,27
Comissão Carioca	7.051.019,82	Outras Entidades Credoras	150.028.832,71
		Comissão Carioca	7.092.870,61
		Devolução de Convênios	6.826,12
Total da Receita Extra-Orçamentária	356.377.514,45	Total da Despesa Extra-Orçamentária	313.229.124,47
<b>Saldo das Disponibilidades em 31/12/98</b>		<b>Saldo das Disponibilidades em 31/12/99</b>	
Total das Disponibilidades	357.493.195,25	Total das Disponibilidades	424.013.110,14
<b>Total Geral</b>	<b>1.289.236.570,84</b>	<b>Total Geral</b>	<b>1.289.236.570,84</b>

<b>Balanco Financeiro Consolidado Geral</b> Exercício de 1999			
	Em R\$		Em R\$
<b>Receita Orçamentária</b>		<b>Despesa Orçamentária</b>	
Receitas Correntes		Legislativa	193.000.247,75
Receita Tributária	1.647.949.457,64	Judiciária	26.041.721,01
Receita Patrimonial	375.625.478,40	Administração e Planejamento	1.165.659.358,57
Receitas de Serviços	0,00	Defesa Nacional e Segurança Pública	73.990.114,75
Transferências Correntes	1.690.882.132,43	Educação e Cultura	1.020.169.718,76
Outras Receitas Correntes	224.510.605,08	Habituação e Urbanismo	475.477.707,99
Subtotal	3.938.967.673,55	Indústria, Comércio e Serviços	74.738.155,73
Receitas de Capital		Saúde e Saneamento	812.347.539,25
Operações de Crédito	650.913.024,18	Trabalho	8.030.578,53
Alienações de Bens	254.770,92	Assistência e Previdência	505.162.883,69
Transferências de Capital	542.934,84	Transporte	83.582.298,14
Outras Receitas de Capital	70.921.091,06		
Subtotal	722.631.821,00		
Total da Receita Orçamentária	4.661.599.494,55	Total da Despesa Orçamentária	4.438.200.324,17
<b>Extra-Orçamentária</b>		<b>Extra-Orçamentária</b>	
Restos a Pagar	305.035.232,66	Restos a Pagar	355.696.394,83
Depósitos de Diversas Origens	113.751.620,23	Depósitos de Diversas Origens	107.839.888,05
Consignações	269.959.453,41	Consignações	307.006.078,06
Outros Créditos	277.508.486,94	Outros Débitos	190.577.376,38
Outras Entidades Devedoras	0,00	Outras Entidades Credoras	156.757.411,87
Comissão Carioca	13.626.810,54	Devolução de Convênios	2.520.563,89
		Comissão Carioca	7.092.870,61
Total da Receita Extra-Orçamentária	979.881.603,78	Total da Despesa Extra-Orçamentária	1.127.490.583,69
<b>Saldo das Disponibilidades em 31/12/98</b>		<b>Saldo das Disponibilidades em 31/12/99</b>	
Total das Disponibilidades	795.303.177,92	Total das Disponibilidades	871.093.368,39
<b>Total Geral</b>	<b>6.436.784.276,25</b>	<b>Total Geral</b>	<b>6.436.784.276,25</b>



#### 6.4.1. Receitas e Despesas Orçamentárias

A Receita Orçamentária, que engloba os recursos auferidos no Exercício, se desdobra em Receitas Correntes, Receitas de Capital e Transferências Recebidas, no total de R\$ 4.661.599.494,55. A Despesa Orçamentária desdobrada em Despesas Correntes, Despesas de Capital e Transferências concedidas, totalizou a quantia de R\$ 4.438.200.324,17, demonstrando um superávit de R\$ 223.399.170,38.

#### 6.4.2. Demonstração da Despesa Realizada Segundo as Funções, Discriminada por Projetos e Atividades

O demonstrativo a seguir consolida a Despesa Geral realizada em cada Função de Governo, classificada por Projetos e Atividades, conforme anexo 07 da Lei Federal nº 4.320/64:

Demonstração da Despesa Realizada				
Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
<b>01</b>	<b>Legislativa</b>			
		<b>Fiscal</b>	<b>0,00</b>	<b>153.037.298,01</b>
		<b>Seguridade</b>	<b>0,00</b>	<b>39.962.949,74</b>
01.01	Processo Legislativo			
		Fiscal	0,00	116.631.852,07
		Seguridade	0,00	21.958.477,00
01.01.01.1	Legislativa			
		Fiscal	0,00	116.631.852,07
		Seguridade	0,00	21.958.477,00
01.02	Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa			
		Fiscal	0,00	36.405.445,94
		Seguridade	0,00	4.813.205,00
01.02.00.2	Controle Externo			
		Fiscal	0,00	36.405.445,94
		Seguridade	0,00	4.813.205,00
01.82	Previdência			
		Fiscal	0,00	0,00
		Seguridade	0,00	13.191.267,74
01.82.49.5	Previdência Social a Inativos e Pensionistas			
		Fiscal	0,00	0,00
		Seguridade	0,00	13.191.267,74
<b>02</b>	<b>Judiciária</b>			
		<b>Fiscal</b>	<b>0,00</b>	<b>26.041.721,01</b>
		<b>Seguridade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
02.04	Processo Judiciário			
		Fiscal	0,00	26.041.721,01
		Seguridade	0,00	0,00
02.04.01.4	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário			
		Fiscal	0,00	26.041.721,01
		Seguridade	0,00	0,00
<b>03</b>	<b>Administração e Planejamento</b>			
		<b>Fiscal</b>	<b>39.579.516,48</b>	<b>1.076.897.570,35</b>
		<b>Seguridade</b>	<b>362.080,41</b>	<b>55.218.987,70</b>
03.07	Administração			
		Fiscal	5.243.948,06	271.624.307,42
		Seguridade	362.080,41	8.592.229,84
03.07.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
		Fiscal	10.143,90	66.858.717,16
		Seguridade	0,00	8.457.387,04

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
03.07.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	1.897.965,32	154.837.691,80	156.735.657,12
	Seguridade	0,00	127.516,00	127.516,00
03.07.02.2	Documentação e Bibliografia			
	Fiscal	0,00	2.475.637,93	2.475.637,93
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.07.02.3	Divulgação Oficial			
	Fiscal	0,00	17.353.778,56	17.353.778,56
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.07.02.4	Informática			
	Fiscal	0,00	22.108.322,51	22.108.322,51
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.07.02.5	Edificações Públicas			
	Fiscal	415.517,19	0,00	415.517,19
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.07.03.0	Administração de Receitas			
	Fiscal	0,00	104.006,01	104.006,01
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.07.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	2.638.900,65	6.498.541,31	9.137.441,96
	Seguridade	362.080,41	0,00	362.080,41
03.07.17.8	Defesa contra Sinistros			
	Fiscal	281.421,00	1.279.018,53	1.560.439,53
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.07.21.7	Treinamento de Recursos Humanos			
	Fiscal	0,00	108.593,61	108.593,61
	Seguridade	0,00	7.326,80	7.326,80
03.08	Administração Financeira			
	Fiscal	6.035.389,43	801.663.139,60	807.698.529,03
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.08.03.0	Administração de Receitas			
	Fiscal	6.035.389,43	8.703.367,80	14.738.757,23
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.08.03.3	Dívida Interna			
	Fiscal	0,00	529.022.423,29	529.022.423,29
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.08.03.4	Dívida Externa			
	Fiscal	0,00	263.937.348,51	263.937.348,51
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.09	Planejamento Governamental			
	Fiscal	11.708.910,40	2.079.683,26	13.788.593,66
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.09.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
	Fiscal	111.964,65	620.808,89	732.773,54
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.09.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	3.515.350,63	449.850,38	3.965.201,01
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.09.04.0	Planejamento e Orçamentação			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.09.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	0,00	1.009.023,99	1.009.023,99
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.09.04.4	Informações Geográficas e Estatísticas			
	Fiscal	5.858.330,97	0,00	5.858.330,97
	Seguridade	0,00	0,00	0,00

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
03.09.32.3	Planejamento Urbano			
	Fiscal	2.223.264,15	0,00	2.223.264,15
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.10	Ciência e Tecnologia			
	Fiscal	0,00	219.290,00	219.290,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.10.03.1	Assistência Financeira			
	Fiscal	0,00	99.400,00	99.400,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.10.05.5	Pesquisa Aplicada			
	Fiscal	0,00	119.890,00	119.890,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.48	Cultura			
	Fiscal	18.507,41	660.043,07	678.550,48
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.48.18.3	Programação Especial			
	Fiscal	0,00	100.000,00	100.000,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.48.24.6	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico			
	Fiscal	18.507,41	560.043,07	578.550,48
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.57	Habitação			
	Fiscal	3.861.510,48	0,00	3.861.510,48
	Seguridade	0,00	26.181,10	26.181,10
03.57.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	26.181,10	26.181,10
03.57.31.6	Habitações Urbanas			
	Fiscal	1.190.862,41	0,00	1.190.862,41
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.57.32.3	Planejamento Urbano			
	Fiscal	2.670.648,07	0,00	2.670.648,07
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.58	Urbanismo			
	Fiscal	6.175.820,36	0,00	6.175.820,36
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.58.32.3	Planejamento Urbano			
	Fiscal	6.175.820,36	0,00	6.175.820,36
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.77	Proteção ao Meio Ambiente			
	Fiscal	6.535.430,34	0,00	6.535.430,34
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.77.44.8	Saneamento Geral			
	Fiscal	6.535.430,34	0,00	6.535.430,34
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.81	Assistência			
	Fiscal	0,00	651.107,00	651.107,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.81.03.1	Assistência Financeira			
	Fiscal	0,00	651.107,00	651.107,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
03.82	Previdência			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	46.600.576,76	46.600.576,76
03.82.49.5	Previdência Social a Inativos e Pensionistas			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	46.600.576,76	46.600.576,76

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$	
<b>06</b>	<b>Defesa Nacional e Segurança Pública</b>				
		<b>Fiscal</b>	<b>337.994,78</b>	<b>71.886.638,68</b>	<b>72.224.633,46</b>
		<b>Seguridade</b>	<b>0,00</b>	<b>1.765.481,29</b>	<b>1.765.481,29</b>
06.30	Segurança Pública				
		Fiscal	337.994,78	71.886.638,68	72.224.633,46
		Seguridade	0,00	1.765.481,29	1.765.481,29
06.30.02.5	Edificações Públicas				
		Fiscal	337.994,78	0,00	337.994,78
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
06.30.17.9	Serviços Especiais de Segurança				
		Fiscal	0,00	64.393.067,90	64.393.067,90
		Seguridade	0,00	1.765.481,29	1.765.481,29
06.30.57.3	Controle e Segurança de Tráfego Urbano				
		Fiscal	0,00	7.493.570,78	7.493.570,78
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
<b>08</b>	<b>Educação e Cultura</b>				
		<b>Fiscal</b>	<b>32.181.378,24</b>	<b>626.814.872,19</b>	<b>658.996.250,43</b>
		<b>Seguridade</b>	<b>5.618.772,90</b>	<b>346.086.649,81</b>	<b>351.705.422,71</b>
08.07	Administração				
		Fiscal	0,00	29.508.151,94	29.508.151,94
		Seguridade	0,00	90.139,72	90.139,72
08.07.02.0	Supervisão e Coordenação Superior				
		Fiscal	0,00	18.178.959,76	18.178.959,76
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.07.02.1	Administração Geral				
		Fiscal	0,00	6.691.614,52	6.691.614,52
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.07.02.3	Divulgação Oficial				
		Fiscal	0,00	131.636,98	131.636,98
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.07.04.3	Organização e Modernização Administrativa				
		Fiscal	0,00	0,00	0,00
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.07.18.8	Ensino Regular				
		Fiscal	0,00	1.489.955,12	1.489.955,12
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.07.23.7	Material de Apoio Pedagógico				
		Fiscal	0,00	3.015.985,56	3.015.985,56
		Seguridade	0,00	90.139,72	90.139,72
08.10	Ciência e Tecnologia				
		Fiscal	643.498,43	670.081,42	1.313.579,85
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.10.05.7	Informação Científica e Tecnológica				
		Fiscal	643.498,43	0,00	643.498,43
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.10.24.7	Difusão Cultural				
		Fiscal	0,00	670.081,42	670.081,42
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.17	Preservação de Recursos Naturais Renováveis				
		Fiscal	0,00	2.217.303,76	2.217.303,76
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.17.10.6	Jardins Botânicos e Zoológicos				
		Fiscal	0,00	2.217.303,76	2.217.303,76
		Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.40	Programas Integrados				
		Fiscal	31.417,13	1.337.559,94	1.368.977,07
		Seguridade	0,00	0,00	0,00

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
08.40.02.2	Documentação e Bibliografia			
	Fiscal	31.417,13	0,00	31.417,13
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.40.18.3	Programação Especial			
	Fiscal	0,00	1.337.559,94	1.337.559,94
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.41	Educação da Criança de 0 a 6 anos			
	Fiscal	0,00	1.415.026,95	1.415.026,95
	Seguridade	5.556.357,90	22.030.893,18	27.587.251,08
08.41.18.5	Creche			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	5.556.357,90	16.078.776,14	21.635.134,04
08.41.19.0	Pré-Escolar			
	Fiscal	0,00	1.415.026,95	1.415.026,95
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.41.42.7	Alimentação e Nutrição			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	5.952.117,04	5.952.117,04
08.42	Ensino Fundamental			
	Fiscal	21.243.288,91	487.254.191,04	508.497.479,95
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.42.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	17.816.083,90	17.816.083,90
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.42.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	3.134.269,51	0,00	3.134.269,51
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.42.18.8	Ensino Regular			
	Fiscal	11.751.548,23	468.778.831,04	480.530.379,27
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.42.21.7	Treinamento de Recursos Humanos			
	Fiscal	75.224,50	659.276,10	734.500,60
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.42.23.7	Material de Apoio Pedagógico			
	Fiscal	6.282.246,67	0,00	6.282.246,67
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.45	Ensino Supletivo			
	Fiscal	16.458,72	0,00	16.458,72
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.45.21.4	Cursos de Suprimento			
	Fiscal	16.458,72	0,00	16.458,72
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.46	Educação Física e Desportos			
	Fiscal	2.074.858,98	42.362.792,59	44.437.651,57
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.46.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
	Fiscal	0,00	1.354.454,80	1.354.454,80
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.46.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	6.878.757,03	6.878.757,03
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.46.22.3	Educação Física			
	Fiscal	2.074.858,98	18.164.261,70	20.239.120,68
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.46.22.8	Parques Recreativos e Desportivos			
	Fiscal	0,00	15.965.319,06	15.965.319,06
	Seguridade	0,00	0,00	0,00

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
08.47	Assistência a Educandos			
	Fiscal	0,00	42.623.692,74	42.623.692,74
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.47.23.7	Material de Apoio Pedagógico			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.47.42.7	Alimentação e Nutrição			
	Fiscal	0,00	42.623.692,74	42.623.692,74
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.48	Cultura			
	Fiscal	8.171.856,07	19.298.700,32	27.470.556,39
	Seguridade	0,00	18.444,30	18.444,30
08.48.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	1.126.549,69	1.126.549,69
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.48.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	13.783,00	0,00	13.783,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.48.21.7	Treinamento de Recursos Humanos			
	Fiscal	0,00	5.950,00	5.950,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.48.24.6	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico			
	Fiscal	8.000,00	20.049,55	28.049,55
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.48.24.7	Difusão Cultural			
	Fiscal	8.150.073,07	18.146.151,08	26.296.224,15
	Seguridade	0,00	18.444,30	18.444,30
08.49	Educação Especial			
	Fiscal	0,00	127.371,49	127.371,49
	Seguridade	62.415,00	7.679.051,38	7.741.466,38
08.49.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	62.415,00	19.730,00	82.145,00
08.49.18.8	Ensino Regular			
	Fiscal	0,00	127.371,49	127.371,49
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.49.19.0	Educação Pré-Escolar			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	7.659.321,38	7.659.321,38
08.75	Saúde			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	28.800,00	28.800,00
08.75.48.7	Assistência Comunitária			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	28.800,00	28.800,00
08.81	Assistência			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.81.02.5	Edificações Públicas			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.81.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.81.48.3	Assistência ao Menor			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
08.81.48.7	Assistência Comunitária			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
08.82	Previdência			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	316.239.321,23	316.239.321,23
08.82.49.2	Previdência Social a Assegurados			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	208.274.022,08	208.274.022,08
08.82.49.5	Previdência Social a Inativos e Pensionistas			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	107.965.299,15	107.965.299,15
<b>10</b>	<b>Habitação e Urbanismo</b>			
	Fiscal	<b>102.541.195,23</b>	<b>364.657.685,04</b>	<b>467.198.880,27</b>
	Seguridade	<b>103.718,02</b>	<b>7.359.875,11</b>	<b>7.463.593,13</b>
10.57	Habitação			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	103.718,02	0,00	103.718,02
10.57.02.5	Edificações Públicas			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	103.718,02	0,00	103.718,02
10.58	Urbanismo			
	Fiscal	83.644.958,86	28.195.272,05	111.840.230,91
	Seguridade	0,00	227.681,48	227.681,48
10.58.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
	Fiscal	0,00	2.994.420,97	2.994.420,97
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.58.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	10.771.570,87	10.771.570,87
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.58.02.5	Edificações Públicas			
	Fiscal	302.464,99	0,00	302.464,99
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.58.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	490.343,13	0,00	490.343,13
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.58.32.3	Planejamento Urbano			
	Fiscal	22.954.676,57	10.715.002,90	33.669.679,47
	Seguridade	0,00	227.681,48	227.681,48
10.58.32.8	Parques e Jardins			
	Fiscal	2.630.303,49	3.714.277,31	6.344.580,80
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.58.45.5	Defesa Contra Erosão			
	Fiscal	14.752.086,03	0,00	14.752.086,03
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.58.57.5	Vias Urbanas			
	Fiscal	42.515.084,65	0,00	42.515.084,65
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.60	Serviços de Utilidade Pública			
	Fiscal	11.025.390,66	331.186.332,91	342.211.723,57
	Seguridade	0,00	7.132.193,63	7.132.193,63
10.60.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	1.855.750,98	1.855.750,98
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.60.03.5	Participação Societária			
	Fiscal	485.894,85	0,00	485.894,85
	Seguridade	0,00	0,00	0,00

(Continua)





Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
10.60.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	227.203,38	0,00	227.203,38
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.60.32.5	Limpeza Pública			
	Fiscal	0,00	261.114.742,77	261.114.742,77
	Seguridade	0,00	6.080.681,74	6.080.681,74
10.60.32.7	Iluminação Pública			
	Fiscal	9.946.325,92	62.685.081,35	72.631.407,27
	Seguridade	0,00	1.051.511,89	1.051.511,89
10.60.32.8	Parques e Jardins			
	Fiscal	0,00	5.530.757,81	5.530.757,81
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.60.57.3	Controle e Segurança de Tráfego Urbano			
	Fiscal	365.966,51	0,00	365.966,51
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.77	Proteção ao Meio Ambiente			
	Fiscal	7.870.845,71	5.276.080,08	13.146.925,79
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.77.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
	Fiscal	0,00	4.322.458,63	4.322.458,63
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.77.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	3.926.005,15	0,00	3.926.005,15
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.77.04.0	Planejamento e Orçamentação			
	Fiscal	0,00	778.809,21	778.809,21
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.77.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	76.323,16	0,00	76.323,16
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.77.44.8	Saneamento Geral			
	Fiscal	45.967,90	0,00	45.967,90
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.77.45.5	Defesa Contra Erosão			
	Fiscal	3.137.905,26	0,00	3.137.905,26
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.60.32.8	Controle da Poluição			
	Fiscal	0,00	174.812,24	174.812,24
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
10.60.57.3	Vias Urbanas			
	Fiscal	684.644,24	0,00	684.644,24
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
<b>11</b>	<b>Indústria, Comércio e Serviços</b>			
	Fiscal	<b>30.945.970,16</b>	<b>43.424.015,06</b>	<b>74.369.985,22</b>
	Seguridade	<b>0,00</b>	<b>368.170,51</b>	<b>368.170,51</b>
11.07	Administração			
	Fiscal	0,00	879.840,12	879.840,12
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.07.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
	Fiscal	0,00	724.778,51	724.778,51
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.07.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	155.061,61	155.061,61
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.10	Ciência e Tecnologia			
	Fiscal	1.439.233,64	7.460,00	1.446.693,64
	Seguridade	0,00	0,00	0,00

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
11.10.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	15.762,50	0,00	15.762,50
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.10.21.7	Treinamento de Recursos Humanos			
	Fiscal	0,00	7.460,00	7.460,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.10.34.6	Promoção Industrial			
	Fiscal	1.423.471,14	0,00	1.423.471,14
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.58	Urbanismo			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.58.34.7	Promoção Industrial			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.62	Indústria			
	Fiscal	173.950,00	332.990,00	506.940,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.58.34.6	Promoção Industrial			
	Fiscal	173.950,00	332.990,00	506.940,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.63	Comércio			
	Fiscal	1.262.495,60	29.289.544,94	30.552.040,54
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.63.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	21.402,60	0,00	21.402,60
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.63.35.3	Comercialização			
	Fiscal	0,00	26.897.337,06	26.897.337,06
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.63.35.4	Promoção Interna do Comércio			
	Fiscal	0,00	2.392.207,88	2.392.207,88
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.63.36.3	Promoção do Turismo			
	Fiscal	1.241.093,00	0,00	1.241.093,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.65	Turismo			
	Fiscal	28.070.290,92	12.914.180,00	40.984.470,92
	Seguridade	0,00	368.170,51	368.170,51
11.65.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	217.124,88	217.124,88
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
11.65.36.3	Promoção do Turismo			
	Fiscal	28.070.290,92	12.697.055,12	40.767.346,04
	Seguridade	0,00	368.170,51	368.170,51
<b>13</b>	<b>Saúde e Saneamento</b>			
	Fiscal	<b>46.456.569,40</b>	<b>15.991.117,52</b>	<b>62.447.686,92</b>
	Seguridade	<b>22.224.107,09</b>	<b>727.675.745,24</b>	<b>749.899.852,33</b>
13.07	Administração			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	6.257.535,56	6.257.535,56
13.07.21.7	Treinamento de Recursos Humanos			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	6.257.535,56	6.257.535,56
13.57	Habitação			
	Fiscal	144.568,77	0,00	144.568,77
	Seguridade	2.016.806,91	0,00	2.016.806,91

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
13.57.31.6	Habitações Urbanas			
	Fiscal	144.568,77	0,00	144.568,77
	Seguridade	2.016.806,91	0,00	2.016.806,91
13.58	Urbanismo			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	5.969.115,15	5.969.115,15
13.58.32.3	Planejamento Urbano			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
13.58.44.8	Saneamento Geral			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	5.969.115,15	5.969.115,15
13.60	Serviços de Utilidade Pública			
	Fiscal	10.731.014,35	0,00	10.731.014,35
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
13.60.32.5	Limpeza Pública			
	Fiscal	10.731.014,35	0,00	10.731.014,35
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
13.75	Saúde			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	15.982.795,55	697.432.660,66	713.415.456,21
13.75.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	21.350.801,85	21.350.801,85
13.75.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	7.845.673,58	7.845.673,58
13.75.02.3	Divulgação Oficial			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	286.364,50	286.364,50
13.75.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	8.331.710,83	0,00	8.331.710,83
13.75.42.8	Assistência Médica e Sanitária			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	7.651.084,72	666.581.761,22	674.232.845,94
13.75.43.0	Fiscalização e Inspeção Sanitária			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	1.368.059,51	1.368.059,51
13.76	Saneamento			
	Fiscal	35.580.986,28	15.991.117,52	51.572.103,80
	Seguridade	4.224.504,63	0,00	4.224.504,63
13.73.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	1.403.120,43	0,00	1.403.120,43
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
13.76.44.8	Saneamento Geral			
	Fiscal	34.177.865,85	15.991.117,52	50.168.983,37
	Seguridade	4.224.504,63	0,00	4.224.504,63
13.82	Previdência			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	18.016.433,87	18.016.433,87
13.82.49.5	Previdência Social a Inativos e Pensionistas			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	18.016.433,87	18.016.433,87
14	Trabalho			
	Fiscal	5.102.878,51	2.927.700,02	8.030.578,53
	Seguridade	0,00	0,00	0,00

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
14.07	Administração			
	Fiscal	182.776,00	360,00	183.136,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
14.07.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	182.776,00	0,00	182.776,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
14.07.21.7	Treinamento de Recursos Humanos			
	Fiscal	0,00	360,00	360,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
14.78	Proteção ao Trabalhador			
	Fiscal	4.377.224,80	0,00	4.377.224,80
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
14.78.03.1	Assistência Financeira			
	Fiscal	948.345,00	0,00	948.345,00
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
14.78.21.6	Curso de Aprendizagem			
	Fiscal	3.428.879,80	0,00	3.428.879,80
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
14.81	Assistência			
	Fiscal	542.877,71	2.927.340,02	3.470.217,73
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
14.81.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
	Fiscal	0,00	1.110.983,02	1.110.983,02
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
14.81.48.7	Assistência Comunitária			
	Fiscal	542.877,71	1.816.357,00	2.359.234,71
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
<b>15</b>	<b>Assistência e Previdência</b>			
	Fiscal	<b>0,00</b>	<b>5.101.585,26</b>	<b>5.101.585,26</b>
	Seguridade	<b>122.542.000,42</b>	<b>171.905.028,70</b>	<b>294.447.029,12</b>
15.07	Administração			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	194.847,42	10.457.723,81	10.652.571,23
15.07.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	10.356.309,65	10.356.309,65
15.07.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	164.220,58	67.758,96	231.979,54
15.07.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	30.626,84	0,00	30.626,84
15.07.21.7	Treinamento de Recursos Humanos			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	33.655,20	33.655,20
15.57	Habitação			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	113.847.486,54	0,00	113.847.486,54
15.57.31.6	Habitações Urbanas			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	112.458.508,94	0,00	112.458.508,94
15.57.32.3	Planejamento Urbano			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	1.388.977,60	0,00	1.388.977,60
15.81	Assistência			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	8.499.666,46	36.205.465,67	44.705.132,13

(Continua)



Funções, Programas e Subprogramas		Projetos Em R\$	Atividades Em R\$	Total Em R\$
15.81.02.1	Administração Geral			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	4.888,00	2.277.809,00	2.282.697,00
15.81.42.7	Alimentação e Nutrição			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	7.261.695,87	7.261.695,87
15.81.48.3	Assistência ao Menor			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	1.024.717,23	4.523.888,68	5.548.605,91
15.81.48.5	Assistência à Velhice			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	0,00	3.340.778,39	3.340.778,39
15.81.48.6	Assistência Geral Social			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	153.370,51	18.801.293,73	18.954.664,24
15.81.48.7	Assistência Comunitária			
	Fiscal	0,00	0,00	0,00
	Seguridade	7.316.690,72	0,00	7.316.690,72
15.82	Previdência			
	Fiscal	0,00	5.101.585,26	5.101.585,26
	Seguridade	0,00	125.241.839,22	125.241.839,22
15.82.49.2	Previdência Social a Segurados			
	Fiscal	0,00	5.101.585,26	5.101.585,26
	Seguridade	0,00	125.241.839,22	125.241.839,22
<b>16</b>	<b>Transporte</b>			
	Fiscal	<b>23.379.115,80</b>	<b>53.022.116,43</b>	<b>76.401.232,23</b>
	Seguridade	<b>0,00</b>	<b>273.397,42</b>	<b>273.397,42</b>
16.88	Transporte Rodoviário			
	Fiscal	7.392.920,38	0,00	7.392.920,38
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
16.88.53.7	Construção e Pavimentação de Rodovias			
	Fiscal	7.197.733,08	0,00	7.197.733,08
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
16.88.57.4	Vias Expressas			
	Fiscal	195.187,30	0,00	195.187,30
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
16.91	Transporte Urbano			
	Fiscal	15.986.195,42	53.022.116,43	69.008.311,85
	Seguridade	0,00	273.397,42	273.397,42
16.91.02.0	Supervisão e Coordenação Superior			
	Fiscal	4.097.832,14	4.961.974,62	9.059.806,76
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
16.91.04.3	Organização e Modernização Administrativa			
	Fiscal	851.856,58	0,00	851.856,58
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
16.91.57.1	Serviços de Transporte Urbano			
	Fiscal	381.237,46	210.315,96	591.553,42
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
16.91.57.3	Controle e Segurança de Tráfego Urbano			
	Fiscal	2.713.829,93	11.883.506,64	14.597.336,57
	Seguridade	0,00	273.397,42	273.397,42
16.91.57.4	Vias Expressas			
	Fiscal	0,00	9.871.211,93	9.871.211,93
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
16.91.57.5	Vias Urbanas			
	Fiscal	7.941.439,31	26.095.107,28	34.036.546,59
	Seguridade	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>				
	Fiscal	<b>280.524.618,60</b>	<b>2.439.802.319,57</b>	<b>2.720.326.938,17</b>
	Seguridade	<b>150.850.678,84</b>	<b>1.350.616.285,52</b>	<b>1.501.466.964,36</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>431.375.297,44</b>	<b>3.790.418.605,09</b>	<b>4.221.793.902,53</b>



### 6.4.3. Destaques da Despesa

#### 6.4.3.1. Despesa de Pessoal

A Despesa total de Pessoal paga no Exercício de 1999 chegou a 51,49% do total das Receitas Correntes Arrecadadas, estando dentro dos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 96, de 31 de maio de 1999, que fixa um patamar máximo de 60% da Receita Corrente Líquida.

Para o cálculo do percentual foram consideradas todas as despesas de pessoal pagas com recursos do Tesouro Municipal e todas as receitas correntes arrecadadas, conforme Parecer Conjunto PG/PSE/PTR/PPE/PTA/02/99, de 24/09/99, da Procuradoria Geral do Município. O Riocentro não integrou a base de cálculo por se tratar de Sociedade de Economia Mista, que não recebeu transferência para pagamento de pessoal durante o exercício. O quadro a seguir demonstra essa despesa:

<b>Demonstrativo do Gasto com Despesas de Pessoal Sobre as Receitas Correntes</b>			
<b>Exercício 1999</b>	<b>Adm.Direta Em R\$</b>	<b>Adm.Indireta Em R\$</b>	<b>Total Em R\$</b>
<b>Receitas Arrecadadas ( A )</b>	<b>3.734.046.244,76</b>	<b>296.140.671,26</b>	<b>4.030.186.916,02</b>
1.1 - Tributárias	1.647.949.457,64	0,00	1.647.949.457,64
1.2 - Contribuições	0,00	126.626.847,13	126.626.847,13
1.3 - Patrimoniais	187.688.969,91	64.339.781,90	252.028.751,81
1.6 - Serviços	10.280.164,54	85.114.322,47	95.394.487,01
1.7 - Transferências	1.689.610.815,97	4.356.054,48	1.693.966.870,45
1.9 - Outras Correntes	198.516.836,70	15.703.665,28	214.220.501,98
<b>Despesas Pagas ( B )</b>	<b>1.501.060.998,70</b>	<b>574.011.857,22</b>	<b>2.075.072.855,92</b>
3.1.1.1 - Pessoal Civil	1.017.853.110,68	178.822.083,53	1.196.675.194,21
3.1.1.3 - Obrigações Patronais	15.476.194,10	66.038.383,74	81.514.577,84
3.1.9.2.90 - Exercícios Anteriores (Pessoal)	16.387.693,80	128.967,13	16.516.660,93
3.2.5.1 - Inativos	398.520.923,51	200.908.907,14	599.429.830,65
3.2.5.2 - Pensionistas	619.736,19	67.744.977,07	68.364.713,26
3.2.5.3 - Salário-família	7.961.888,66	2.039.256,28	10.001.144,94
3.2.5.5 - Assistência Médico-Hospitalar	0,00	5.712.870,49	5.712.870,49
3.2.5.6 - Benefícios Previdência Social	0,00	60.527,72	60.527,72
3.2.5.7 - Indenizações Acidentes de Trabalho	0,00	0,00	0,00
3.2.5.9 - Transferências a Pessoas	455.004,57	3.547.648,48	4.002.653,05
3.2.8.0. - Pasep	33.717.395,78	1.925.160,00	35.642.555,78
3.2.9.2.01 a 07 e 09 - Exercícios Anteriores (Pessoal)	6.736.882,01	2.590.087,20	9.326.969,21
3.1.3.2.34 - Vale-transporte	69.504,95	16.695.077,79	16.764.582,74
3.1.3.2.36 - Vale-refeição	3.262.664,45	27.797.910,65	31.060.575,10
<b>Despesas de Pessoal / Receitas ( B/A )</b>	<b>40,20%</b>	<b>193,83%</b>	<b>51,49%</b>

#### 6.4.3.2. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público

Às fls. 37 do Volume I da Prestação de Contas verifica-se que a despesa realizada na manutenção e desenvolvimento do ensino atingiu, no exercício, 31,31% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências. O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, uma vez que foi



deferida, em 19/07/99, a liminar de Representação de Inconstitucionalidade nº 61/98, relativa ao art. 323 da Lei Orgânica do Município.

O cálculo do gasto na manutenção e desenvolvimento do ensino em 1999 foi elaborado de acordo com o anexo à Lei de Orçamento nº 2.737, de 29/12/98, publicada no *D.O.RIO* nº 139, de 30/09/1999, e que segue demonstrada abaixo:

Quadro Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Discriminação	Em R\$	Discriminação	Em R\$
<b>1 - Impostos Próprios</b>		<b>1 - Secretaria Municipal de Educação</b>	
IPTU	594.117.370,24	Pessoal Ativo	443.399.510,81
ISS	796.806.994,62	Custeio / Manutenção da Rede	59.315.299,36
IVVC	198.050,02	Equipamentos Escolares	5.526.650,95
ITBI	118.913.687,78	MultiRio	9.408.963,74
<b>Subtotal</b>	<b>1.510.036.102,66</b>	<b>Subtotal</b>	<b>517.650.424,86</b>
<b>2 - Transferências do Estado</b>		<b>2 - Secretaria Municipal de Obras</b>	
Cota-Parte do ICMS	627.780.661,07	Construção / Obras em Escolas	6.233.020,66
Cota-Parte do IPVA	117.698.537,48	Construção / Obras em Creches	1.266.925,83
Cota-Parte do IPI	7.203.407,20	<b>Subtotal</b>	<b>7.499.946,49</b>
<b>Subtotal</b>	<b>752.682.605,75</b>	<b>3 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social</b>	
<b>3 - Transferências da União</b>		Educação Infantil	23.931.220,67
Cota-Parte do FPM	38.823.000,99	Equipamento Educação Infantil	958.964,90
Cota-Parte do IRRF	81.207.239,83	Obras em Creches	3.629.407,50
Cota-Parte do IPTR	46.426,62	<b>Subtotal</b>	<b>28.519.593,07</b>
Cota-Parte sobre Op.Créd.Comercialização do Ouro	5.368,77	<b>4 - Inativos da Educação</b>	
Seguro Receita do ICMS - Exportações	12.100.688,13	Inativos da Educação	316.239.321,23
<b>Subtotal</b>	<b>132.182.724,34</b>	<b>Subtotal</b>	<b>316.239.321,23</b>
<b>4 - Participação na Const.do FUNDEF</b>		<b>Total de Aplicações</b>	
<b>Subtotal</b>	<b>121.042.544,96</b>	( B )	869.909.285,65
<b>5 - Transferência Adicional FUNDEF</b>		<b>Valor Mínimo de Aplicação</b>	
<b>Subtotal</b>	<b>235.678.409,14</b>	Mínimo de 25%	694.587.917,63
<b>6 - Receita de Aplicações Financeiras - FUNDEF</b>		<b>Percentual Aplicado na MDE - (B) / (A)</b>	
<b>Subtotal</b>	<b>26.729.283,68</b>		31,31%
<b>Total das Receitas - ( A )</b>	<b>2.778.351.670,53</b>		

#### 6.4.3.3. Das Disponibilidades

Ao final do exercício de 1999, as disponibilidades somaram a quantia de R\$ 871.093.368,39, tendo, no exercício de 1998, totalizado a importância de R\$ 795.303.177,92, verificando-se, assim, um aumento de R\$ 75.790.190,47.

#### 6.5. Do Balanço Patrimonial

Previsto no art. 214 do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, instituído pela Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980, bem como no art. 105, anexo 14 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Balanço Patrimonial é a síntese do Patrimônio Público passível de contabilização, ou a súmula dos bens, direitos e obrigações do Município, registrados em sua contabilidade:

O Balanço Patrimonial abrange:

- Administração Direta;
- Administração Indireta regida pela Lei Federal nº 4.320/64 (Fundações e Autarquias).
- Consolidado Geral – Direta e Indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.



### 6.5.1. Balanço Patrimonial da Administração Direta

ATIVO	Dezembro de 1998 Em R\$	Dezembro de 1999 Em R\$	PASSIVO	Dezembro de 1998 Em R\$	Dezembro de 1999 Em R\$
<b>1.1 - Financeiro</b>			<b>2.1 - Financeiro</b>		
1.1.1 - Disponível			2.1.1 - Dívida Flutuante		
Saldo em Poder de Órgãos Autônomos	42,32	667.987,43	Restos a Pagar	384.383.781,32	336.833.400,36
Saldo de Suprim.Fundos em Poder dos Órgãos	244.418,51	344.994,94	Serviço da Dívida a Pagar	13.283.373,74	29.753.319,88
Bancos e Correspondentes	14.430.594,81	26.174.903,93	Consignações	59.607.730,47	12.027.463,18
Cheques em Trânsito	(466.134,50)	(1.429.589,56)	Depósitos de Diversas Origens	13.536.735,61	19.792.272,34
Bancos com Fundos Especiais	1.413.870,35	250.974,19	Outras Entidades Credoras	79.615.021,29	78.287.543,72
Bancos com Convênios	119.999,76	105.313,51	Depósitos Judiciais	0,00	6.287.362,69
Bancos com Guias de Importação	3.926,37	3.926,37	Autos de Infração	0,00	7.029.264,72
Bancos com Projetos	1.614.089,53	9.373.007,05	Financiamentos	0,00	1.611.225,00
Bancos com Seguridade Social	177,79	13.999,40	Certificados de Reconhecimento da Dívida	0,00	1.215.454,93
Bancos com Depósitos Judiciais	0,00	297,59	Subtotal	550.426.642,43	492.837.306,82
Aplicações Financeiras - Tesouro	266.399.143,98	182.929.137,44	2.1.2 - Provisões		
Aplicações Financeiras - Fundos Especiais	160.116.563,95	226.243.776,14	Precatórios	9.063.241,00	12.659.317,00
Aplicações Financeiras - Depósitos Judiciais	0,00	6.287.065,10	INSS - Autos de Infração	5.418.326,02	0,00
Valores Oferecidos em Garantia	(6.066.710,20)	(3.885.535,28)	PASEP - Autos de Infração	7.876.375,26	0,00
Subtotal	437.809.982,67	447.080.258,25	Subtotal	22.357.942,28	12.659.317,00
1.1.2 - Realizável			2.1.3 - Exigível a Longo Prazo		
Outras Entidades Devedoras	64.331.195,04	70.661.520,89	Autos de Infração	0,00	2.726.309,80
Subtotal	64.331.195,04	70.661.520,89	Financiamentos	0,00	4.296.600,00
Subtotal	64.331.195,04	70.661.520,89	Subtotal	0,00	7.022.909,80
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>502.141.177,71</b>	<b>517.741.779,14</b>	<b>Total do Passivo Financeiro</b>	<b>572.784.584,71</b>	<b>512.519.533,62</b>
<b>1.2 - Permanente</b>			<b>2.2 - Permanente</b>		
1.2.1 - Bens			Dívida Fundada Interna	2.739.105.022,83	3.767.318.616,39
Bens Móveis	73.385.696,97	93.605.984,66	Dívida Fundada Externa	316.735.769,36	302.731.708,34
Bens Intangíveis	2.123.630,29	1.810.565,17			
Bens Imóveis	606.405.049,20	694.305.446,97			
Subtotal	681.914.376,46	789.721.996,80	<b>Total do Passivo Permanente</b>	<b>3.055.840.792,19</b>	<b>4.070.050.324,73</b>
1.2.2 - Créditos			<b>2.3 - Patrimônio</b>		
Créditos Fiscais Inscritos	2.924.461.967,86	3.765.723.358,76	Patrimônio	711.430.227,10	752.310.982,35
Empréstimos Concedidos	0,00	948.345,00			
Subtotal	2.924.461.967,86	3.766.671.703,76			
1.2.3 - Valores					
Almoxnarifados	33.886.492,15	65.997.059,38			
Investimentos em Sociedades Economia Mista	197.651.589,82	194.748.301,62			
Subtotal	231.538.081,97	260.745.361,00			
<b>Total do Ativo Permanente</b>	<b>3.837.914.426,29</b>	<b>4.817.139.061,56</b>	<b>Total do Patrimônio</b>	<b>711.430.227,10</b>	<b>752.310.982,35</b>
<b>1.3 - Compensado</b>			<b>2.4 - Compensado</b>		
Responsáveis p/ Adiant./Suprimentos Fundos	763.760,47	112.186,69	Responsáveis p/ Adiant./Suprimentos Fundos	763.760,47	112.186,69
Valores e Obrigações Diversas	54.000.034,67	65.857.177,18	C / P de Valores e Obrigações Diversas	54.000.034,67	65.857.177,18
Bens de Terceiros	32.315,00	32.315,00	Contrapartida de Bens de Terceiros	32.315,00	32.315,00
Subtotal	54.796.110,14	66.001.678,87	Subtotal	54.796.110,14	66.001.678,87
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.394.851.714,14</b>	<b>5.400.882.519,57</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>4.394.851.714,14</b>	<b>5.400.882.519,57</b>

### 6.5.2. Balanço Patrimonial da Administração Indireta

ATIVO	Dezembro de 1998 Em R\$	Dezembro de 1999 Em R\$	PASSIVO	Dezembro de 1998 Em R\$	Dezembro de 1999 Em R\$
<b>1.1 - Financeiro</b>			<b>2.1 - Financeiro</b>		
1.1.1 - Disponível			2.1.1 - Dívida Flutuante		
			Restos a Pagar	24.540.042,74	42.083.489,88
			Serviço da Dívida a Pagar	0,00	0,00
			Consignações	1.399.164,81	11.897.304,60
			Depósitos de Diversas Origens	1.263.897,53	922.569,11
			Outras Entidades Credoras	153.412,96	1.231.155,87
			Subtotal	27.356.518,04	56.134.519,46
Subtotal	357.493.195,25	424.013.110,14	2.1.2 - Provisões		
1.1.2 - Realizável			Financiamentos	94.692,91	94.692,91
			Subtotal	94.692,91	94.692,91
Subtotal	46.671.217,85	43.787.301,25	<b>Total do Passivo Financeiro</b>	<b>27.451.210,95</b>	<b>56.229.212,37</b>
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>404.164.413,10</b>	<b>467.800.411,39</b>	<b>2.2 - Permanente</b>		
<b>1.2 - Permanente</b>			Dívida Fundada Interna	0,00	0,00
1.2.1 - Bens			Dívida Fundada Externa	0,00	0,00
Bens Móveis	11.928.977,50	13.262.348,79	<b>Total do Passivo Permanente</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Bens Imóveis	190.821.958,12	203.774.392,40	<b>2.3 - Patrimônio</b>		
Subtotal	202.750.935,62	217.036.741,19	Patrimônio	1.094.398.796,14	1.346.627.015,71
1.2.2 - Créditos					
Créditos Fiscais Inscritos	78.213.548,66	636.103.466,97			
Outros Créditos	929.411,84	1.510.639,81			
Subtotal	79.142.960,50	637.614.106,78			
1.2.3 - Valores					
Almoxnarifados	435.733.205,41	80.346.476,26			
Investimentos	58.492,46	58.492,46			
Outros Valores	0,00	0,00			
Subtotal	435.791.697,87	80.404.968,72	<b>Total do Patrimônio</b>	<b>1.094.398.796,14</b>	<b>1.346.627.015,71</b>
<b>Total do Ativo Permanente</b>	<b>717.685.593,99</b>	<b>935.055.816,69</b>	<b>2.4 - Compensado</b>		
<b>1.3 - Compensado</b>					
Subtotal	29.865.803,72	25.611.584,01	Subtotal	29.865.803,72	25.611.584,01
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.151.715.810,81</b>	<b>1.428.467.812,09</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>1.151.715.810,81</b>	<b>1.428.467.812,09</b>





### 6.5.3. Balanço Patrimonial Consolidado Geral

ATIVO	Dezembro de 1998 Em R\$	Dezembro de 1999 Em R\$	PASSIVO	Dezembro de 1998 Em R\$	Dezembro de 1999 Em R\$
<b>1.1 - Financeiro</b>			<b>2.1 - Financeiro</b>		
1.1.1 - Disponível			2.1.1 - Dívida Flutuante		
			Restos a Pagar	392.404.343,83	326.503.318,69
			Serviço da Dívida a Pagar	13.283.373,74	29.753.319,88
			Consignações	61.006.895,28	23.924.767,78
			Depósitos de Diversas Origens	14.800.633,14	20.714.841,45
			Outras Entidades Credoras	947.210,90	1.231.155,87
			Subtotal	482.442.456,89	402.127.403,67
Subtotal	795.303.177,92	871.093.368,39	2.1.2 - Provisões		
1.1.2 - Realizável			Financiamentos	22.452.635,19	35.920.227,05
			Subtotal	22.452.635,19	35.920.227,05
Subtotal	91.045.148,88	99.773.375,87	Subtotal	22.452.635,19	35.920.227,05
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>886.348.326,80</b>	<b>970.866.744,26</b>	<b>Total do Passivo Financeiro</b>	<b>504.895.092,08</b>	<b>438.047.630,72</b>
<b>1.2 - Permanente</b>			<b>2.2 - Permanente</b>		
1.2.1 - Bens			Dívida Fundada Interna	2.739.105.022,83	3.767.318.616,39
Bens Móveis	87.438.304,76	108.678.898,62	Dívida Fundada Externa	316.735.769,36	302.731.708,34
Bens Intangíveis	0,00	0,00			
Bens Imóveis	797.227.007,32	898.079.839,37			
Subtotal	884.665.312,08	1.006.758.737,99	<b>Total do Passivo Permanente</b>	<b>3.055.840.792,19</b>	<b>4.070.050.324,73</b>
1.2.2 - Créditos			<b>2.3 - Patrimônio</b>		
Créditos Fiscais Inscritos	3.002.675.516,52	4.400.819.420,69	Patrimônio	1.805.491.624,40	2.136.009.413,20
Outros Créditos	929.411,84	194.806.794,08			
Subtotal	3.003.604.928,36	4.595.626.214,77			
1.2.3 - Valores					
Almoxarifados	393.898.859,15	69.345.031,82			
Investimentos	197.710.082,28	1.510.639,81			
Outros Valores	0,00	0,00			
Subtotal	591.608.941,43	70.855.671,63			
<b>Total do Ativo Permanente</b>	<b>4.479.879.181,87</b>	<b>5.673.240.624,39</b>	<b>Total do Patrimônio</b>	<b>1.805.491.624,40</b>	<b>2.136.009.413,20</b>
<b>1.3 - Compensado</b>			<b>2.4 - Compensado</b>		
<b>Total do Ativo Compensado</b>	<b>84.661.913,86</b>	<b>91.613.262,88</b>	<b>Total do Passivo Compensado</b>	<b>84.661.913,86</b>	<b>91.613.262,88</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>5.450.889.422,53</b>	<b>6.735.720.631,53</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>5.450.889.422,53</b>	<b>6.735.720.631,53</b>

### 6.5.4. Das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais foram elaboradas nos termos do art. 104, anexo 15, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e conforme artigo 350 do Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro e são a síntese das duas características da gestão dos negócios públicos: a FINANCEIRA, que consubstancia o cumprimento da Lei Orçamentária e seus aditivos e a PATRIMONIAL, conseqüência daquela e que, com ela, se desenvolve concomitantemente.

A Gestão Patrimonial se decompõe:

- nas Variações Ativas, abrangendo a Execução Orçamentária da Receita e as mutações positivas do Patrimônio, delas decorrentes ou não;
- nas Variações Passivas, envolvendo a Execução Orçamentária da Despesa e as mutações negativas do Patrimônio, delas oriundas ou não;
- no Saldo Patrimonial, equivalente à soma algébrica do saldo da Execução Orçamentária e do saldo das Variações Patrimoniais, que consubstancia a incidência final, sobre o Patrimônio, da gestão dos negócios do Município.

A Demonstração das Variações Patrimoniais envolve:

- A Administração Direta;
- A Administração Indireta regida pela Lei Federal nº 4.320/64 – Fundações e Autarquias;
- Consolidado Geral – Direta e Indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.



A Demonstração da Conta Patrimônio evidencia a movimentação ocorrida no seu saldo durante o exercício.

Os quadros a seguir demonstram as Variações Patrimoniais da Administração Direta, Administração Indireta (Fundações e Autarquias) e Consolidado Geral (Direta e Indireta) :

VARIAÇÕES ATIVAS		Em R\$	VARIAÇÕES PASSIVAS		Em R\$
Variações Ativas		7.493.043.065,63	Variações Passivas		7.855.543.664,44
Resultantes da Execução Orçamentária			Resultantes da Execução Orçamentária		
Receita Orçamentária			Despesa Orçamentária		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Receita Tributária		1.647.949.457,64	Despesas de Custeio		1.924.229.688,02
Receita Patrimonial		187.688.969,91	Transferências Correntes		1.366.637.561,14
Receitas de Serviços		10.280.164,54			
Transferências Correntes		1.689.610.815,97			
Outras Receitas Correntes		198.516.836,70			
	Subtotal	3.734.046.244,76		Subtotal	3.290.867.249,16
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
Operações de Crédito		650.913.024,18	Investimentos		212.657.217,05
Alienações de Bens		434.381,76	Inversões Financeiras		16.258.055,87
Transferências de Capital		542.934,84	Transferências de Capital		702.011.380,45
	Subtotal	651.890.340,78		Subtotal	930.926.653,37
	Subtotal	4.385.936.585,54		Subtotal	4.221.793.902,53
Mutações Patrimoniais			Mutações Patrimoniais		
Aquisição de Bens Móveis / Intangíveis		18.633.575,55	Alienações de Bens Móveis		22.260,45
Construção ou Aquisição de Bens Imóveis		8.240.301,00	Cobrança de Dívida Ativa		75.121.756,59
Resgate de Empréstimos Tomados		602.613.138,67	Empréstimos Tomados		650.913.024,18
Inversões Financeiras em Empresas Públicas		66.987.233,97			
Acréscimos de Almoarifado		201.232.341,06			
Empréstimos Concedidos		948.345,00			
	Subtotal	898.654.935,25		Subtotal	726.057.041,22
	Subtotal	5.284.591.520,79		Subtotal	4.947.850.943,75
Independentes da Execução Orçamentária			Independentes da Execução Orçamentária		
Cancelamento de Restos a Pagar		27.596.291,66	Reinscrição de Restos a Pagar		12.599.980,13
Reversão de Provisão		1.055.180.084,67	Devolução de Convênios		2.225.309,74
Fundo de Liquidez da Dívida Pública		107.471.629,52	Provisões		1.066.358.931,41
Inscrição de Entidades Devedoras		26.261,00	Fundo de Liquidez da Dívida Pública		187.965.503,29
Baixa de Entidades Credoras		537.075,00	Inscrição de Entidades Credoras		11.680.926,10
Inscrição da Dívida Ativa		555.750.509,17	Baixa de Entidades Devedoras		519.798,84
Atualização Monetária da Dívida Ativa		10.964.055,65	Baixa da Dívida Ativa		58.814.010,44
Varição Monetária sobre Empréstimos Tomados		243.598.312,13	Varição Monetária de Empréstimos Tomados		1.209.507.959,16
Incorporação de Bens Móveis/Intangíveis		38.419.382,08	Baixa de Bens Móveis/Intangíveis		12.897.460,51
Incorporação de Bens Imóveis		1.506.544,84	Baixa de Bens Imóveis		5.157.836,34
Incorporação de Almoarifados		44.987.346,73	Baixa de Almoarifados		214.109.120,56
Correção Monetária de Bens Móveis/Intangíveis		2.717.099,93	Depreciação Acumulada de Bens Móveis		21.421.467,95
Correção Monetária de Bens Imóveis		57.682.250,83	Depreciação Acumulada de Bens Imóveis		4.485.927,75
Baixa da Depr/Amortiz. De Bens Móveis/Intangíveis		605.215,55	Amortização Acumulada de Bens Intangíveis		1.047.883,03
Reavaliação de Bens Imóveis		45.242.662,02	Baixa de Correção Monetária de Imóveis		15.105.336,38
Particip.no Capital de Emp.Púb.e Soc.Eco.Mista		7.969.306,72	Particip.no Capital de Emp.Púb.e Soc.Eco.Mista		77.859.828,89
Diversos		8.197.517,34	Diversos		5.935.440,17
	Subtotal	2.208.451.544,84			
Resultado Patrimonial					
Resultado verificado no Exer.da Adm.Direta (Déficit)		362.500.598,81			
	Subtotal	362.500.598,81		Subtotal	2.907.692.720,69
	<b>Total Geral</b>	<b>7.855.543.664,44</b>		<b>Total Geral</b>	<b>7.855.543.664,44</b>



<b>Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidadas</b>			
Administração Indireta - 1999			
<b>VARIAÇÕES ATIVAS</b>	<b>Em R\$</b>	<b>VARIAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>Em R\$</b>
Variações Ativas	961.699.282,82	Variações Passivas	804.860.867,21
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>		<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	
<b>Receita Orçamentária</b>		<b>Despesa Orçamentária</b>	
<b>Receitas Correntes</b>		<b>Despesas Correntes</b>	
Receita Patrimonial	195.631.330,46	Despesas de Custeio	400.832.166,46
Transferências Correntes	240.477.258,58	Transferências Correntes	0,00
Outras Receitas Correntes	16.539.971,43		
Subtotal	452.648.560,47	Subtotal	400.832.166,46
<b>Receitas de Capital</b>		<b>Despesas de Capital</b>	
Operações de Crédito	68.043.742,71	Investimentos	151.162.169,77
Transferências de Capital	51.796.209,61		
Outras Receitas de Capital	2.877.348,35		
Subtotal	122.717.300,67	Subtotal	151.162.169,77
Subtotal	575.365.861,14	Subtotal	551.994.336,23
<b>Mutações Patrimoniais</b>		<b>Mutações Patrimoniais</b>	
Aquisição de Bens Móveis	1.640.576,69	Alienações de Bens Móveis	0,00
Construção ou Aquisição de Bens Imóveis	750.446,88	Cobrança de Dívida Ativa / Restos a Receber	14.910.338,37
Diversos	101.728.253,31	Empréstimos Tomados	48.599.400,40
Subtotal	104.119.276,88	Subtotal	63.509.738,77
Subtotal	679.485.138,02	Subtotal	615.504.075,00
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>		<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	
Inscrição de Outros Créditos	22.617.669,12	Depreciação Acumulada de Bens Móveis	8.723.129,90
Incorporação de Bens Móveis	765.905,97	Devolução de Convênios	6.826,12
Cancelamento de Dívidas Passivas	28.435,71	Inscrição de Outros Débitos	0,00
Incorporação de Bens Imóveis	16.706,25	Desincorporação de Bens	1.294.071,15
Incorporação de Bens Doados	0,00	Desincorporação de Imóveis	0,00
Bens Móveis / Imóveis com Correção Monetária	20.514.521,08	Diversos	179.332.765,04
Valor.e Incorp.de Títulos e Valores Mobiliários	225.244.862,68		
Diversos	13.026.043,99		
Subtotal	282.214.144,80	Subtotal	189.356.792,21
		<b>Resultado Patrimonial</b>	
		Resultado verif.no Exer.da Adm.Indireta (Superávit)	156.838.415,61
		Subtotal	156.838.415,61
<b>Total Geral</b>	<b>961.699.282,82</b>	<b>Total Geral</b>	<b>961.699.282,82</b>



Demonstração das Variações Patrimoniais			
Consolidada - 1999			
VARIAÇÕES ATIVAS	Em R\$	VARIAÇÕES PASSIVAS	Em R\$
Variações Ativas	8.122.114.531,88	Variações Passivas	5.729.828.861,36
Resultantes da Execução Orçamentária		Resultantes da Execução Orçamentária	
Receita Orçamentária		Despesa Orçamentária	
Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Receita Tributária	1.647.949.457,64	Despesas de Custeio	2.316.326.769,55
Receita Patrimonial	375.625.478,40	Transferências Correntes	1.086.545.065,75
Receitas de Serviços	0,00		
Transferências Correntes	1.690.882.132,43		
Outras Receitas Correntes	224.510.605,08		
Subtotal	3.938.967.673,55	Subtotal	3.402.871.835,30
Receitas de Capital		Despesas de Capital	
Operações de Crédito	650.913.024,18	Investimentos	363.819.386,82
Alienações de Bens	254.770,92	Inversões Financeiras	16.258.055,87
Outras Receitas de Capital	542.934,84	Transferências de Capital	655.251.046,18
Transferências de Capital	70.921.091,06		
Subtotal	722.631.821,00	Subtotal	1.035.328.488,87
Subtotal	4.661.599.494,55	Subtotal	4.438.200.324,17
Mutações Patrimoniais		Mutações Patrimoniais	
Aquisição de Bens Móveis / Intangíveis	20.274.152,24	Alienações de Bens Móveis	22.260,45
Construção ou Aquisição de Bens Imóveis	8.990.747,88	Cobrança de Dívida Ativa	75.224.069,83
Resgate de Empréstimos Tomados	602.613.138,67	Empréstimos Tomados	692.430.591,47
Inversões Financeiras em Empresas Públicas	66.987.233,97		
Diversos	303.908.939,37		
Subtotal	1.002.774.212,13	Subtotal	767.676.921,75
Subtotal	5.664.373.706,68	Subtotal	5.205.877.245,92
Independentes da Execução Orçamentária		Independentes da Execução Orçamentária	
Inscrição de Outros Créditos	839.869.129,92	Restabelecimento de Dívidas Passivas	12.631.579,95
Incorporação de Bens Móveis / Intangíveis	39.185.288,05	Correção Monetária de Empréstimos Tomados	1.209.507.959,16
Cancelamento de Dívidas Passivas	1.055.208.520,38	Participação no Capital de Empresas Públicas	77.859.828,89
Incorporação de Bens Imóveis	1.523.251,09	Fundo de Liquidez	187.965.503,29
Part.no Capital de Empresas Públicas e Soc.Eco.Mista	7.969.306,72	Depreciação Acumulada de Bens Móveis	35.678.408,63
Bens Móveis/Intangíveis/Imóveis c/Corr.Monetária	126.761.749,41	Devolução de Convênios	2.232.135,86
Valoriz.Incorp.de Títulos e Valores	220.733.073,55	Varição Cambial	0,00
Diversos	166.490.506,08	Inscrição de Outros Débitos	3.951.819,60
Subtotal	2.457.740.825,20	Desincorporação de Imóveis	33.160.633,23
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
Resultado verificado no exercício (Déficit)	168.590.768,06	Provisões	1.067.653.002,56
Subtotal	168.590.768,06	Baixa da Dívida Ativa	58.814.010,44
		Diversos	395.373.172,41
		Subtotal	3.084.828.054,02
<b>Total Geral</b>	<b>8.290.705.299,94</b>	<b>Total Geral</b>	<b>8.290.705.299,94</b>



A seguir demonstra-se a Movimentação da Conta Patrimônio da Administração Direta, Indireta e o Consolidado Geral:

<b>Demonstração da Movimentação da Conta Patrimônio</b> Administração Direta - 1999		
<b>Saldo em 31/12/98</b>		<b>711.430.227,10</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>		<b>403.381.354,06</b>
Baixas de Bens Móveis a Incorporar - 1998	(5.101.239,05)	
Cancelamentos da Dívida Ativa - 1997	(91.379.060,48)	
Inscrições da Dívida Ativa - 1998	562.936.059,54	
Atualizações da Dívida Ativa - 1998	4.412.163,54	
Cancelamentos da Dívida Ativa - 1998	(67.486.569,49)	
<b>Resultado Patrimonial em 1999</b>		<b>(362.500.598,81)</b>
<b>Saldo em 31/12/99</b>		<b>752.310.982,35</b>

<b>Demonstração da Movimentação da Conta Patrimônio</b> Administração Indireta - 1999		
<b>Saldo em 31/12/98</b>		<b>1.094.398.796,14</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>		<b>95.389.803,96</b>
Atualização Monetária do Patrimônio - PreviRio	95.193.683,20	
Seguros Pagos - PreviRio	24.929,00	
Incorporação de Bens Móveis - RioZoo	174.395,76	
Atualização Monetária de Bens Moveis - RioZoo	(3.204,00)	
<b>Resultado Patrimonial em 1999</b>		<b>156.838.415,61</b>
<b>Saldo em 31/12/99</b>		<b>1.346.627.015,71</b>

<b>Demonstração da Movimentação da Conta Patrimônio</b> Geral - 1999		
<b>Saldo em 31/12/98</b>		<b>1.805.491.624,40</b>
<b>Ajustes da Consolidação de 1998</b>		<b>337.398,84</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores ao Patrimônio da Adm.Direta</b>		<b>403.381.354,06</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores ao Patrimônio da Adm.Indireta</b>		<b>95.389.803,96</b>
<b>Resultado Patrimonial de 1999</b>		<b>(168.590.768,06)</b>
<b>Saldo em 31/12/99</b>		<b>2.136.009.413,20</b>

#### 6.5.5. Destaques do Balanço Patrimonial

##### 6.5.5.1 Dívida Fundada Interna

O quadro a seguir, elaborado conforme o anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64, é o extrato sintético dos saldos de títulos e contratos de empréstimos e financiamentos internos, espelhando no Passivo Permanente a posição das obrigações assumidas pelo Município no valor total de R\$ 3.767.318.616,39, em 31 de dezembro de 1999.

A Dívida Fundada Interna abrange:

- Dívida em contratos no valor de R\$ 3.660.112.355,55;
- Dívida em contratos referentes à Resolução do Senado Federal nº 98, de 1992, que autoriza a conversão da Dívida Externa em Interna no valor de R\$ 107.206.260,84.



Dívida Fundada Interna Em R\$									
Discriminação	Saldo em 31/12/98	Acréscimo				Baixa			Saldo em 31/12/99
		Atualização Monetária	Renegociação da Dívida	Operações de Crédito	Total	Amortização	Renegociação da Dívida	Total	
<b>Em Títulos - LFTMRJ</b>									
LFTM - Lei 1.373/89	1.308.777.952,97	194.227.620,16	0,00	170.073.179,00	364.300.799,16	179.024.400,99	1.494.054.351,14	1.673.078.752,13	0,00
LFTM - CETIP	815.085.526,72	120.732.683,70	0,00	150.408.000,00	271.140.683,70	158.326.798,27	927.899.412,15	1.086.226.210,42	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>2.123.863.479,69</b>	<b>314.960.303,86</b>	<b>0,00</b>	<b>320.481.179,00</b>	<b>635.441.482,86</b>	<b>337.351.199,26</b>	<b>2.421.953.763,29</b>	<b>2.759.304.962,55</b>	<b>0,00</b>
<b>Em Contratos</b>									
Banerj S/A - Metrô	1.149.835,71	40.379,73	0,00	0,00	40.379,73	827.022,36	0,00	827.022,36	363.193,08
Banco do Brasil S/A	212.196.942,10	436.800.231,64	2.769.908.548,55	231.412.500,00	3.438.121.280,19	25.988.127,98	0,00	25.988.127,98	3.624.330.094,31
BNDES	6.936.463,75	377.137,78	0,00	1.500.000,00	1.877.137,78	0,00	7.288.637,97	7.288.637,97	1.524.963,56
Caixa Econômica Federal - GERUB/RJ	43.074.393,01	2.094.584,03	0,00	0,00	2.094.584,03	2.147.648,59	43.021.328,45	45.168.977,04	0,00
Caixa Econômica Federal - BIRD	266.737.168,17	25.435.667,28	0,00	20.808.622,17	46.244.289,45	10.052.232,54	284.938.043,84	294.990.276,38	17.991.181,24
Caixa Econômica Federal - FAS	3.269.438,65	148.978,03	0,00	0,00	148.978,03	501.313,91	2.917.102,77	3.418.416,68	0,00
Caixa Econômica Federal	6.916.844,17	648.582,00	0,00	18.129.784,17	18.778.366,17	2.614,75	9.789.672,23	9.792.286,98	15.902.923,36
<b>Subtotal</b>	<b>540.281.085,56</b>	<b>465.545.560,49</b>	<b>2.769.908.548,55</b>	<b>271.850.906,34</b>	<b>3.507.305.015,38</b>	<b>39.518.960,13</b>	<b>347.954.785,26</b>	<b>387.473.745,39</b>	<b>3.660.112.355,55</b>
<b>Convertida em Contratos</b>									
Bond Exchange Agreement	4.849.223,88	2.384.469,36	0,00	0,00	2.384.469,36	3.642.939,28	0,00	3.642.939,28	3.590.753,96
E I Bond	7.018.225,27	3.384.083,12	0,00	0,00	3.384.083,12	225.040,00	0,00	225.040,00	10.177.268,39
Debt Conversion Bond	14.213.958,10	6.836.349,06	0,00	0,00	6.836.349,06	0,00	0,00	0,00	21.050.307,16
New Money Bond	3.748.657,25	1.802.955,19	0,00	0,00	1.802.955,19	0,00	0,00	0,00	5.551.612,44
FLIRB	2.909.291,74	1.399.253,73	0,00	0,00	1.399.253,73	0,00	0,00	0,00	4.308.545,47
C.Bond	12.400.906,55	5.964.343,30	0,00	0,00	5.964.343,30	0,00	0,00	0,00	18.365.249,85
Discount Bond	12.255.841,46	5.894.572,75	0,00	0,00	5.894.572,75	0,00	0,00	0,00	18.150.414,21
Par Bond	17.564.353,33	8.447.756,03	0,00	0,00	8.447.756,03	0,00	0,00	0,00	26.012.109,36
<b>Subtotal</b>	<b>74.960.457,58</b>	<b>36.113.782,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36.113.782,54</b>	<b>3.867.979,28</b>	<b>0,00</b>	<b>3.867.979,28</b>	<b>107.206.260,84</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.739.105.022,83</b>	<b>816.619.646,89</b>	<b>2.769.908.548,55</b>	<b>592.332.085,34</b>	<b>4.178.860.280,78</b>	<b>380.738.138,67</b>	<b>2.769.908.548,55</b>	<b>3.150.646.687,22</b>	<b>3.767.318.616,39</b>

#### 6.5.5.2. Dívida Fundada Externa

O quadro a seguir espelha o extrato sintético dos saldos de títulos e contratos dos empréstimos de financiamentos externos, no Passivo Permanente, a posição das obrigações assumidas pelo Município, com base no anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64;

Dívida Fundada Externa Em US\$								
Títulos Contrato	Saldo em 31/12/98	Acréscimo			Baixa			Saldo em 31/12/99
		Operações de Crédito	Varição Cambial	Juros Devidos Estimados *	Juros Pagos	Amortização	Varição Cambial	
Fixed Rates Notes	125.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000.000,00	0,00
858 / OC - BR	17.274.947,62	5.529.242,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.804.190,01
898 / OC - BR	119.923.536,95	26.490.667,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.414.204,81
<b>Total</b>	<b>262.198.484,57</b>	<b>32.019.910,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>125.000.000,00</b>	<b>169.218.394,82</b>

Dívida Fundada Externa Em R\$								
Títulos Contrato	Saldo em 31/12/98	Acréscimo			Baixa			Saldo em 31/12/99
		Operações de Crédito	Varição Cambial	Juros Devidos Estimados *	Juros Pagos	Amortização	Varição Cambial	
Fixed Rates Notes	151.000.000,00	0,00	70.875.000,00	0,00	0,00	221.875.000,00	0,00	0,00
858 / OC - BR	20.868.136,72	9.982.975,73	9.945.583,48	0,00	0,00	0,00	0,00	40.796.695,93
898 / OC - BR	144.867.632,64	48.597.963,11	68.469.416,66	0,00	0,00	0,00	0,00	261.935.012,41
<b>Total</b>	<b>316.735.769,36</b>	<b>58.580.938,84</b>	<b>149.290.000,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>221.875.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>302.731.708,34</b>

\* FONTE - Superintendência do Tesouro Municipal  
Taxa do Dólar em 30.12.99 = 1,789



### 6.5.5.3. Dívida Flutuante

O quadro a seguir apresenta a Dívida Flutuante em sua totalidade, cujo pagamento independe de autorização legislativa, correspondendo ao PASSIVO FINANCEIRO em 31 de dezembro de 1999, conforme anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64 e composto dos seguintes relatórios:

- Dívida Flutuante;
- Restos a Pagar por Órgão de Governo;
- Restos a Pagar por Categorias Econômicas e elementos de Despesa.

Demonstração da Dívida Flutuante		
Contas	Saldo em 31.12.98 Em R\$	Saldo em 31.12.99 Em R\$
<b>Restos a Pagar - Processados</b>	<b>308.648.809,06</b>	<b>311.653.427,27</b>
Exercício de 1997	3.548.262,68	356.802,92
Exercício de 1998	305.100.546,38	2.587.772,45
Exercício de 1999	0,00	308.708.851,90
<b>Restos a Pagar - Não Processados</b>	<b>75.734.972,26</b>	<b>25.179.973,09</b>
Exercício de 1995	15.605,55	0,00
Exercício de 1998	75.719.366,71	18.614.498,24
Exercício de 1999	0,00	6.565.474,85
<b>Serviço da Dívida a Pagar</b>	<b>13.283.373,74</b>	<b>29.753.319,88</b>
<b>Consignações</b>	<b>59.607.730,47</b>	<b>12.027.463,18</b>
Diversas Entidades	20.830.872,43	10.008.699,70
IASSEM - Dec.15.729/97 e Dec.15.816/97	38.776.858,04	2.018.763,48
<b>Depósitos de Diversas Origens</b>	<b>13.536.735,61</b>	<b>19.792.272,34</b>
Cauções e Garantias Diversas	2.684.258,46	2.576.874,60
Depósitos para Recursos	10.747.949,21	17.091.425,23
Credores por Indébitos Fiscais	77.574,98	103.916,32
Depósitos para Quem de Direito	20.003,25	20.056,19
Credores por Infrações de Trânsito	6.949,71	0,00
<b>Outras Entidades Credoras</b>	<b>79.615.021,29</b>	<b>78.287.543,72</b>
COMLURB	793.797,94	0,00
PREVI-RIO	78.821.223,35	78.287.543,72
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>0,00</b>	<b>6.287.362,69</b>
<b>Auto de Infração</b>	<b>0,00</b>	<b>7.029.264,72</b>
Pasep	0,00	4.697.116,20
INSS	0,00	2.332.148,52
<b>Financiamentos</b>	<b>0,00</b>	<b>1.611.225,00</b>
<b>Certificados de Recolhimento da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>1.215.454,93</b>
<b>Total Geral</b>	<b>550.426.642,43</b>	<b>492.837.306,82</b>



#### 6.5.5.4. Das Disponibilidades

No quadro a seguir estão relacionadas todas as disponibilidades financeiras comparativamente ao exercício anterior, incluindo as contas bancárias vinculadas a alguma contraprestação:

Disponibilidades 1999		
Contas	Saldos em 31.12.98 Em R\$	Saldos em 31.12.99 Em R\$
<b>Saldo em Poder de Órgãos Autônomos</b>		
Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro	42,32	42,32
Câmara Municipal do Rio de Janeiro	0,00	667.945,11
Subtotal	42,32	667.987,43
<b>Saldo de Suprimentos de Fundos em Poder dos Órgãos</b>		
Saldo de Suprimentos de Fundos em Poder dos Órgãos	244.418,51	344.994,94
Subtotal	244.418,51	344.994,94
<b>Bancos e Correspondentes</b>		
Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A	382.013,56	643.101,54
Banco do Brasil S/A	11.726.715,77	8.324.907,65
Caixa Econômica Federal	99.900,43	39.472,02
Banco Crédito Real de Minas Gerais	4.924,24	1.420,12
Rede Bancária	2.217.040,81	17.166.002,60
Subtotal	14.430.594,81	26.174.903,93
<b>Cheques em Trânsito</b>		
Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A	(14.794,94)	(18.022,71)
Banco Crédito Real de Minas Gerais	(3.504,12)	0,00
Caixa Econômica Federal	(447.835,44)	(1.276.061,54)
Banco do Brasil S/A	0,00	(135.505,31)
Subtotal	(466.134,50)	(1.429.589,56)
<b>Bancos com Fundos Especiais</b>		
Fundo Municipal de Assistência Social	876,46	8.143,24
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	99.295,82	35.382,14
Fundo Municipal de Saúde	530.031,20	91.209,16
Fundo Especial da PGM	49.204,19	54.387,17
Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano	35,47	2.059,84
Fundo Municipal de Conservação Ambiental	3.227,69	28.486,48
Fundo Municipal de Habitação	16.592,49	12.103,62
FUNDEF	714.607,03	19.202,54
Subtotal	1.413.870,35	250.974,19
<b>Bancos com Convênio</b>		
Banco do Brasil S/A	62.526,17	105.301,77
Caixa Econômica Federal	57.473,59	11,74
Subtotal	119.999,76	105.313,51
<b>Bancos com Guias de Importação</b>		
Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A	3.924,24	3.924,24
Banco do Brasil S/A	2,13	2,13
Subtotal	3.926,37	3.926,37
<b>Bancos com Projetos</b>		
Caixa Econômica Federal	1.613.968,62	9.372.268,93
Banco do Brasil S/A	120,91	738,12
Subtotal	1.614.089,53	9.373.007,05
<b>Bancos com Seguridade Social</b>		
Banco do Brasil S/A	177,79	13.999,40
Subtotal	177,79	13.999,40
<b>Bancos com Depósito Judicial</b>		
Depósito Judicial	0,00	297,59
Subtotal	0,00	297,59





Contas	Saldos em 31.12.98 Em R\$	Saldos em 31.12.99 Em R\$
<b>Aplicações Financeiras - Tesouro</b>		
Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A	10.224.419,44	0,00
Banco do Brasil S/A	224.240.918,97	163.655.968,84
Caixa Econômica Federal - Mercado Aberto	31.933.805,57	19.273.168,60
Subtotal	266.399.143,98	182.929.137,44
<b>Aplicações Financeiras - Fundos Especiais</b>		
FUNDEF	88.715.119,22	95.570.532,24
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	1.368.663,43	886.334,89
Fundo Municipal de Assistência Social	1.394.609,92	1.744.194,05
Fundo Municipal de Saúde	35.115.191,52	87.635.774,60
Fundo Especial da PGM	12.805.226,85	16.115.384,52
Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano	7.502.563,07	1.307.734,05
Fundo Municipal de Conservação Ambiental	6.231.958,50	11.998.343,37
Fundo Municipal de Habitação	6.983.231,44	10.985.478,42
Subtotal	160.116.563,95	226.243.776,14
<b>Aplicações - Depósito Judicial</b>		
FLDP (BB-295.180-0)	0,00	6.287.065,10
Subtotal	0,00	6.287.065,10
<b>Valores Oferecidos em Garantia</b>		
Valores oferecidos em garantia	(6.066.710,20)	(3.885.535,28)
Subtotal	(6.066.710,20)	(3.885.535,28)
<b>Total Geral</b>	<b>437.809.982,67</b>	<b>447.080.258,25</b>

#### 6.5.5.5. Ativo Realizável

Todos os direitos conversíveis em bens numerários a curto prazo junto a terceiros estão relacionados no quadro abaixo:

Ativo Realizável - 1999	
Descrição	Em R\$
<b>Outras Entidades Devedoras</b>	
Pessoal à Disposição	
RioCentro	631.546,21
Cet-Rio	4.331.422,62
RioLuz	20.744.660,51
Comlurb	2.382.744,81
RioFilme	451.237,07
RioTur	966.691,07
Imprensa da Cidade	3.113.615,88
IplanRio	14.644.431,84
MultiRio	770.461,95
Rio-Urbe	15.210.035,45
Guarda Municipal	171.279,57
Agência Nacional do Petróleo	5.555,79

(Continua)



(Continuação - Ativo Realizável)

Descrição	Em R\$
Alerj	314.492,22
Câmara do Deputados	1.203,44
Colégio Pedro II	2.744,32
Fundo Nacional de Saúde	1.613,12
Fundo de Educação do Distrito Federal	5.166,00
Governo do Distrito Federal	1.341,62
INSS	607,52
Ministério da Educação e Desporto	2.661,82
Ministério da Justiça	22.334,67
Ministério da Saúde	6.492,22
Prefeituras Municipais	146.311,34
Telerj	868,56
Tribunal de Justiça do Estado	746,16
Tribunal Regional Federal	732,29
Subtotal	63.930.998,07
Contribuição Previdenciária	
Previ-Rio	6.728.579,16
Subtotal	6.728.579,16
Agentes Arrecadadores	
Banco Mercantil de Pernambuco	1.703,79
Banco Banesa	25,14
Subtotal	1.728,93
Imposto de Renda a Recuperar	
Banco do Brasil S/A	214,73
Subtotal	214,73
<b>Total</b>	<b>70.661.520,89</b>

#### 6.5.5.6. Almojarifados

O quadro a seguir constitui o extrato sintético da conta homônima que, no Ativo, consigna o valor do material de consumo e permanente existente no dia 31 de dezembro nos almojarifados pertencentes aos Órgãos Municipais.

Almojarifados - 1999			
Existências por Órgão			
Órgãos de Governo	Permanente Em R\$	Consumo Em R\$	Total Em R\$
Secretaria Municipal de Governo	0,00	60.322,16	60.322,16
Gabinete do Prefeito	27.915,22	174.214,49	202.129,71
Secretaria Municipal de Administração	0,00	61.521,87	61.521,87
Secretaria Municipal de Fazenda	2.450,40	225.115,70	227.566,10
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	0,00	711.822,47	711.822,47
Secretaria Municipal de Educação	508.462,74	1.152.237,47	1.660.700,21
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	0,00	55.067,27	55.067,27
Secretaria Municipal de Saúde	534.156,47	60.430.638,80	60.964.795,27
Câmara Municipal do Rio de Janeiro	163.459,66	299.187,67	462.647,33
Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro	4.095,92	87.690,74	91.786,66



(Continuação - Almoarifados)

Órgãos de Governo	Permanente Em R\$	Consumo Em R\$	Total Em R\$
Procuradoria Geral do Município	0,00	137.321,68	137.321,68
Secretaria Municipal de Urbanismo	12.582,59	113.753,69	126.336,28
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	9.922,60	155.217,71	165.140,31
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	0,00	1.413,85	1.413,85
Secretaria Municipal de Trabalho	0,00	21.507,91	21.507,91
Secretaria Especial de Projetos Especiais	2.950,00	0,00	2.950,00
Secretaria Municipal de Trânsito	0,00	7.474,08	7.474,08
Secretaria Municipal de Cultura	0,00	34.552,99	34.552,99
Secretaria Municipal de Habitação	0,00	993.547,03	993.547,03
Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos	0,00	6.601,26	6.601,26
Secretaria Especial de Monumentos Públicos	0,00	1.854,94	1.854,94
<b>Total</b>	<b>1.265.995,60</b>	<b>64.731.063,78</b>	<b>65.997.059,38</b>

#### 6.5.5.7. Dos Créditos do Município

O extrato sintético das contas Créditos Fiscais Inscritos e Empréstimos Concedidos que, no Ativo Permanente, consigna a existência e a movimentação dos créditos contra terceiros, devedores de tributos lançados, mas não arrecadados no exercício de lançamento, e devedores de empréstimos concedidos, está representado no quadro a seguir:

Créditos do Município - 1999								
Descrição	Saldo em 31.12.98 Em R\$	Mutações de Exercícios Anteriores			Mutações do Exercício			Saldo em 31.12.99 Em R\$
		Atualizações Em R\$	Inscrições Em R\$	Baixas Em R\$	Atualizações Em R\$	Inscrições Em R\$	Baixas Em R\$	
<b>Créditos Fiscais Inscritos</b>	<b>2.924.461.967,86</b>	<b>4.412.163,54</b>	<b>562.936.059,54</b>	<b>158.865.629,97</b>	<b>10.964.055,65</b>	<b>555.750.509,17</b>	<b>133.935.767,03</b>	<b>3.765.723.358,76</b>
Dívida Ativa Tributária	2.817.548.901,19	2.561,90	552.178.888,80	147.680.694,72	508.510,56	541.281.917,13	101.091.962,29	3.662.748.122,57
- IPTU	1.555.648.721,41	-	405.682.747,54	146.957.803,37	-	400.307.646,47	89.645.072,19	2.125.036.239,86
- ISS	1.234.778.189,36	2.393,11	143.771.391,96	556.028,70	502.539,20	123.331.859,09	10.381.313,61	1.491.449.030,41
- IVVC	24.052.330,74	-	2.181.081,57	159.189,85	310,08	17.005.126,13	407.917,30	42.671.741,37
- ITBI	3.069.659,68	168,79	543.667,73	7.672,80	5.661,28	637.285,44	657.659,19	3.591.110,93
Dívida Ativa Não Tributária	106.913.066,67	4.409.601,64	10.757.170,74	11.184.935,25	10.455.545,09	14.468.592,04	32.843.804,74	102.975.236,19
- Créditos Diversos Inscritos	106.913.066,67	4.409.601,64	10.757.170,74	11.184.935,25	10.455.545,09	14.468.592,04	32.843.804,74	102.975.236,19
<b>Empréstimos Concedidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>948.345,00</b>	<b>-</b>	<b>948.345,00</b>
- RioCred	-	-	-	-	-	574.657,00	-	574.657,00
- SindCred	-	-	-	-	-	323.688,00	-	323.688,00
- VivaCred	-	-	-	-	-	50.000,00	-	50.000,00
<b>Total Geral</b>	<b>2.924.461.967,86</b>	<b>4.412.163,54</b>	<b>562.936.059,54</b>	<b>158.865.629,97</b>	<b>10.964.055,65</b>	<b>556.698.854,17</b>	<b>133.935.767,03</b>	<b>3.766.671.703,76</b>

#### 6.5.5.8. Dos Investimentos

O quadro seguinte demonstra o montante escriturado de Ações e Inversões em Sociedades de Economia Mista, representativas das parcelas de seu capital, que correspondem às inversões efetuadas pelo Município.

Tal montante é composto pelos seguintes demonstrativos:

- Investimentos Avaliados pela Equivalência Patrimonial;
- Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição.



Investimentos - 1999							
Avaliados pela Equivalência Patrimonial							
Órgãos de Governo	Saldo em 31.12.98 Em R\$	Inversões Financeiras Em R\$	Total do Investimento Em R\$	Patrimônio Líquido da Controlada Em R\$	Participação Em %	Equivalência Patrimonial Em R\$	Saldo em 31.12.99 Em R\$
COMLURB	7.347.309,86	692.564,27	8.039.874,13	10.303.194,04	100,00000000	2.263.319,91	10.303.194,04
RIOTUR	17.118.727,09	0,00	17.118.727,09	26.757.872,00	63,82800000	(39.715,55)	17.079.014,54
RIOCENTRO	31.357.152,03	748.334,00	32.105.486,03	51.948.398,47	57,06160000	(2.462.898,69)	29.642.587,34
RIOLUZ	26.652.623,94	10.231.075,33	36.883.699,27	23.533.679,77	99,99600000	(13.350.960,85)	23.532.738,42
RIOFILME	11.600.606,60	3.314.355,01	14.914.961,61	10.622.776,77	100,00000000	(4.292.184,84)	10.622.776,77
IMPRESA DA CIDADE	2.424.196,66	0,00	2.424.196,66	3.409.208,05	100,00000000	985.011,39	3.409.208,05
GUARDA MUNICIPAL	0,00	517.308,78	517.308,78	(6.845.889,51)	100,00000000	(517.308,78)	0,00
CET-RIO	13.321.637,96	226.930,33	13.548.568,29	7.567.004,47	99,99988000	(5.981.572,90)	7.566.995,39
RIOURBE	0,00	49.655.168,63	49.655.168,63	(32.599.693,83)	100,00000000	(49.655.168,63)	0,00
RIOCOP	547.968,32	0,00	547.968,32	6.502.460,49	81,03000000	4.720.975,42	5.268.943,74
MULTIRIO	1.235.183,77	395.845,31	1.631.029,08	1.289.555,29	99,00000000	(354.369,34)	1.276.659,74
IPLANRIO	0,00	1.205.652,31	1.205.652,31	(7.104.065,28)	100,00000000	(1.205.652,31)	0,00
<b>Total</b>	<b>111.605.406,23</b>	<b>66.987.233,97</b>	<b>178.592.640,20</b>	<b>95.384.500,73</b>	<b>-</b>	<b>(69.890.525,17)</b>	<b>108.702.118,03</b>
Avaliados pelo Custo de Aquisição							
Órgãos de Governo	Saldo em 31.12.98 Em R\$						Saldo em 31.12.99 Em R\$
METRÔ	85.940.592,52						85.940.592,52
CEG	73.498,82						73.498,82
TELERJ	32.092,25						22.478,25
TELEFÔNICA CELULAR	0,00						9.614,00
<b>Total</b>	<b>86.046.183,59</b>						<b>86.046.183,59</b>
<b>Total Geral dos Investimentos</b>	<b>197.651.589,82</b>						<b>194.748.301,62</b>

#### 6.5.5.9. Bens Móveis e Intangíveis

No quadro a seguir, podem se verificados os Bens Móveis e os Bens Intangíveis de cada um dos Poderes. Os bens do Poder Legislativo estão apresentados pelo custo histórico. Já os bens do Poder Executivo estão registrados pelo custo histórico corrigido de acordo com o dispositivo da Lei Orgânica do Município e na Resolução CGM nº 149/98, apresentando o resumo do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais – SISBENS, que faz o controle individual dos bens móveis da Administração Direta do Poder Executivo.

A mutação patrimonial registrada foi de R\$ 18.633.575,55, e aponta-se um total de R\$ 1.827.510,95 referente a bens adquiridos e não inventariados, conforme critérios estabelecidos nos artigos 15, incisos I a IV da citada Resolução.

Bens Móveis e Intangíveis - 1999			
Existências por Órgão			
Descrição	Valor Original Corrigido Em R\$	Depreciação Acumulada Em R\$	Valor Contábil Em R\$
<b>Bens Móveis</b>			
Poder Executivo			
Secretaria Municipal de Governo	948.990,43	140.002,26	808.988,17
Gabinete do Prefeito	1.184.284,89	279.965,26	904.319,63
Controladoria Geral do Município	807.184,09	430.202,42	376.981,67
Secretaria Municipal de Administração	2.900.989,59	1.688.550,70	1.212.438,89
Secretaria Municipal de Fazenda	4.003.224,95	1.146.003,75	2.857.221,20
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	25.324.272,51	18.481.329,53	6.842.942,98
Secretaria Municipal de Educação	44.910.962,63	9.907.012,97	35.003.949,66



(Continuação - Bens Móveis e Intangíveis )

Descrição		Valor Original Corrigido Em R\$	Depreciação Acumulada Em R\$	Valor Contábil Em R\$	
Poder Executivo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	2.733.511,97	599.308,40	2.134.203,57	
	Secretaria Municipal de Saúde	51.796.818,39	20.676.225,57	31.120.592,82	
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Eco.Ciência e Tec.	101.781,78	13.423,68	88.358,10	
	Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro	1.104.397,67	637.319,43	467.078,24	
	Secretaria Municipal de Urbanismo	583.748,88	205.333,09	378.415,79	
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	785.832,16	342.144,80	443.687,36	
	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	23.608,77	19.261,63	4.347,14	
	Secretaria Municipal de Trabalho	1.215.146,34	121.457,13	1.093.689,21	
	Secretaria Especial de Transportes	4.313,14	445,83	3.867,31	
	Secretaria Especial de Projetos Especiais	16.260,56	3.983,84	12.276,72	
	Secretaria Municipal de Trânsito	1.124.847,59	100.923,55	1.023.924,04	
	Secretaria Municipal de Cultura	2.125.212,96	813.528,42	1.311.684,54	
	Secretaria Municipal de Habitação	892.621,29	174.565,89	718.055,40	
	Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos	153.814,91	17.466,40	136.348,51	
	Secretaria Especial de Monumentos Públicos	14.457,34	2.916,62	11.540,72	
	BENS EM TRANSFERÊNCIA	21.053,82	5.596,40	15.457,42	
	BENS MÓVEIS A INCORPORAR	259.657,29	0,00	259.657,29	
	Subtotal		143.036.993,95	55.806.967,57	87.230.026,38
	Poder Legislativo				
Câmara Municipal do Rio de Janeiro		4.840.406,37	0,00	4.840.406,37	
Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro		1.535.551,91	0,00	1.535.551,91	
Subtotal		6.375.958,28	0,00	6.375.958,28	
Subtotal		149.412.952,23	55.806.967,57	93.605.984,66	
Bens Intangíveis					
Poder Executivo					
Secretaria Municipal de Administração		210.696,22	42.139,21	168.557,01	
Secretaria Municipal de Fazenda		3.904.872,09	2.814.260,64	1.090.611,45	
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		254.078,16	127.980,57	126.097,59	
Secretaria Municipal de Educação		536.205,65	146.236,94	389.968,71	
Secretaria Municipal de Urbanismo		5.436,20	1.244,83	4.191,37	
Secretaria Municipal de Trabalho		2.657,53	119,80	2.537,73	
Secretaria Especial de Transportes		35.751,64	7.150,33	28.601,31	
Subtotal		4.949.697,49	3.139.132,32	1.810.565,17	
Subtotal		4.949.697,49	3.139.132,32	1.810.565,17	
Total		154.362.649,72	58.946.099,89	95.416.549,83	

#### 6.5.5.10. Bens Imóveis

O quadro é o extrato sintético da conta homônima que, em subcontas, registra a existência no Patrimônio Imobiliário do Município de todos os Bens Imóveis, corrigidos monetariamente e deduzidos da depreciação acumulada, conforme o disposto no artigo 55 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. A conta integra o ATIVO PERMANENTE e os valores nela indicados refletem a escrituração geral centralizada, baseada nas informações recebidas.



Bens Imóveis - 1999			
Descrição	Valor Original Corrigido Em R\$	Depreciação Acumulada Em R\$	Valor Contábil Em R\$
Bibliotecas e Museus	574.243,96	0,00	574.243,96
Prédios em Uso Especial	8.391.504,10	55.561,03	8.335.943,07
Terrenos Urbanizados	158.782.394,19	0,00	158.782.394,19
Usinas e Oficinas	1.536.985,55	0,00	1.536.985,55
Sede do Poder Executivo	14.742.947,20	0,00	14.742.947,20
Prédios para Fins Administrativos	24.107.652,08	316.861,36	23.790.790,72
Hospitais e Centros de Saúde	92.540.561,62	0,00	92.540.561,62
Escolas	315.116.981,85	11.352.443,80	303.764.538,05
Parques e Jardins	7.481.875,66	0,00	7.481.875,66
Terminais Rodoviários	603.644,35	0,00	603.644,35
Marinas	334.080,28	0,00	334.080,28
Postos de Salvamento	17.228,84	0,00	17.228,84
Centros de Esportes	12.456.510,59	0,00	12.456.510,59
Unidades Escolares em Construção	128.558,47	0,00	128.558,47
Diversos	18.798.561,60	0,00	18.798.561,60
Autódromo	47.216.088,79	3.588.422,76	43.627.666,03
Projetos para População de Baixa Renda	883.768,68	0,00	883.768,68
Projetos para População de Baixa Renda	5.905.148,11	0,00	5.905.148,11
<b>Total</b>	<b>709.618.735,92</b>	<b>15.313.288,95</b>	<b>694.305.446,97</b>

#### 6.5.5.11. Provisões e Passivo Exigível a Longo Prazo

Provisões 1999		
Descrição	Saldo em 31-12-1998 Em R\$	Saldo em 31-12-1999 Em R\$
<b>Provisões</b>		
Precatórios	9.063.241,00	12.659.317,00
INSS - Autos de Infração	5.418.326,02	0,00
PASEP - Autos de Infração	7.876.375,26	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>22.357.942,28</b>	<b>12.659.317,00</b>

No quadro a seguir verificam-se as obrigações com prazo de liquidação superior a 12 (doze) meses:

Provisões 1999		
Descrição	Saldo em 31-12-1998 Em R\$	Saldo em 31-12-1999 Em R\$
<b>Autos de Infração</b>		
INSS	0,00	782.852,70
PASEP	0,00	1.943.457,10
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>2.726.309,80</b>
<b>Financiamentos</b>		
Ministério do Exército	0,00	4.296.600,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>4.296.600,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>0,00</b>	<b>8.593.200,00</b>



#### 6.5.5.12. Projetos e Atividades

As Despesas Autorizadas e Realizadas no Exercício de 1999 estão discriminadas por Projetos e Atividades às fls. 323/394 - Quadro nº 27 do Volume II da Prestação de Contas.

#### 6.5.5.13. Fundo de Liquidez da Dívida Pública

O quadro a seguir é composto pelo Balanço e pela Demonstração de Resultado Operacional do Fundo de Liquidez da Dívida Pública, procurando evidenciar as operações realizadas por intermédio de recursos aportados pelo Tesouro Municipal, bem como dos títulos custodiados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC – e pela Central de Custódia e de Liquidação de Títulos – CETIP.

Balanço do Fundo de Liquidez da Dívida Pública 1999			
ATIVO	Em R\$	PASSIVO	Em R\$
Banco - C / C Banco do Brasil	515,84	Operações com Tesouro	184.868.960,27
Operações de Compra c/Revenda	6.836.634,16	Receita a Apropriar *	9.683.023,04
Estoque	119.386.434,12		
SELIC	123.271.969,40	<b>Total do Passivo</b>	<b>194.551.983,31</b>
Títulos cedidos em garantia	(3.885.535,28)	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(68.328.399,19)</b>
		Tesouro - Aporte de Capital	(62.260.477,12)
		Resultado Operacional	(6.067.922,07)
<b>Total do Ativo</b>	<b>126.223.584,12</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>126.223.584,12</b>

\* Pela variação de P.U. dos títulos em carteira

Demonstração do Resultado Operacional do Fundo de Liquidez da Dívida Pública 1999		Em R\$
<b>Receitas</b>		<b>103.201.675,80</b>
Negociações com Títulos *		1.388,24
Negociações com Títulos *		103.200.287,56
<b>Ganhos (Perdas) em Operações</b>		<b>(109.269.597,87)</b>
Operações Compromissadas		(100.863.735,88)
Deságio na Compra de Títulos		1.224.493,33
Deságio na Venda de Títulos		(9.630.355,32)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(6.067.922,07)</b>

\* Variação de P.U.

Demonstração do Cálculo do Investimento no Fundo de Liquidez da Dívida Pública 1999		Em R\$
Tesouro - Aporte de Capital ajustado em 31.12.98		(62.260.477,12)
Receita a Apropriar *		9.683.023,04
Operações com o Tesouro		184.868.960,27
Resultado Operacional do Exercício		(6.067.922,07)
<b>Total do Investimento Líquido</b>		<b>126.223.584,12</b>

\* Pela variação de P.U. dos títulos em carteira



#### 6.5.5.14. Demonstração dos Fundos Especiais

Às folhas 398/435 do Volume II da Prestação de Contas encontram-se os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, além das Demonstrações das Variações Patrimoniais dos Fundos Especiais:

- 6.5.5.14.01-Fundo de Conservação Ambiental;
- 6.5.5.14.02-Fundo de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Município do Rio de Janeiro;
- 6.5.5.14.03-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério;
- 6.5.5.14.04-Fundo Municipal de Assistência Social;
- 6.5.5.14.05-Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- 6.5.5.14.06-Fundo Municipal de Habitação;
- 6.5.5.14.07-Fundo Municipal de Saúde;
- 6.5.5.14.08-Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 6.5.5.14.09-Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município.

### 7. Das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

O grupo das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista é composto pelos seguintes Órgãos:

- 1 - RioCop
- 2 - RioLuz
- 3 - RioFilme
- 4 - Imprensa da Cidade
- 5 - IplanRio
- 6 - MultiRio
- 7 - RioUrbe
- 8 - Empresa de Vigilância
- 9 - RioCentro
- 10 - Cet-Rio
- 11 - Comlurb
- 12 - Riotur

Ao serem examinadas as Contas do Exercício de 1998, esta Corte recomendou que “com relação às empresas públicas e às sociedades de economia mista, os atos e fatos administrativos deverão ser escriturados de maneira que possibilitem, ao final de cada exercício, a apuração de balanços distintos, até porque são regidas por leis próprias”.

Já em atendimento à referida recomendação, verifica-se às fls. 460 a 512 do Volume II das Contas de 1999, os atos e fatos administrativos de cada Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista devidamente escriturados.

Consta ainda, às fls. 460, que a Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas – RIOCOP, apresenta as Demonstrações Contábeis do ano de 1998 alteradas em relação ao resultado constante da Prestação de Contas do referido ano, em função de modificações ocorridas após o encerramento do exercício.





### 7.1. Da Demonstração do Orçamento e suas Alterações Comparado com a Realização da Despesa

Demonstração do Orçamento e suas Alterações Comparado com a Realização da Despesa - 1999							
Empresa	Orçamento Inicial Em R\$	Alterações Em R\$	Orçamento Final Em R\$	Despesa Realizada		Saldos Não Utilizados	
				Em R\$	Em %	Em R\$	Em %
RioCop	441.534,00	(409.214,00)	32.320,00	0,00		32.320,00	100,00%
RioLuz	39.574.868,00	(4.717.443,63)	34.857.424,37	31.127.084,92	89,30%	3.730.339,45	10,70%
RioFilme	6.444.464,00	1.782.548,00	8.227.012,00	7.900.135,77	96,03%	326.876,23	3,97%
Imprensa da Cidade	6.957.585,00	(1.341.478,00)	5.616.107,00	4.491.295,06	79,97%	1.124.811,94	20,03%
IplanRio	61.930.027,00	(14.056.102,82)	47.873.924,18	45.276.673,29	94,57%	2.597.250,89	5,43%
MultiRio	11.484.684,00	(1.293.173,00)	10.191.511,00	9.452.444,26	92,75%	739.066,74	7,25%
RioUrbe	73.282.392,00	(3.045.239,50)	70.237.152,50	50.884.677,52	72,45%	19.352.474,98	27,55%
Empresa de Vigilância	81.665.275,00	(5.438.162,00)	76.227.113,00	73.923.064,39	96,98%	2.304.048,61	3,02%
RioCentro	9.246.772,00	1.829.956,00	11.076.728,00	10.890.072,33	98,31%	186.655,67	1,69%
Cet-Rio	32.348.947,00	(6.747.036,30)	25.601.910,70	23.376.218,34	91,31%	2.225.692,36	8,69%
Comlurb	304.244.881,00	(7.691.777,00)	296.553.104,00	286.120.149,05	96,48%	10.432.954,95	3,52%
Riotur	46.628.878,00	15.574.703,00	62.203.581,00	53.750.409,48	86,41%	8.453.171,52	13,59%
<b>Total</b>	<b>674.250.307,00</b>	<b>(25.552.419,25)</b>	<b>648.697.887,75</b>	<b>597.192.224,41</b>	<b>92,06%</b>	<b>51.505.663,34</b>	<b>7,94%</b>

### 7.2. Da Demonstração da Despesa Realizada Comparada com a Autorizada

Demonstração da Despesa Realizada Comparada com a Despesa Autorizada - 1999										
Empresa	Despesa Corrente			Saldos Não Utilizados		Despesa de Capital			Saldos Não Utilizados	
	Autorizada Em R\$	Realizada Em R\$	Em %	Em R\$	Em %	Autorizada Em R\$	Realizada Em R\$	Em %	Em R\$	Em %
RioCop	32.320,00	0,00	0,00%	32.320,00	100,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RioLuz	17.576.258,00	16.529.358,89	94,04%	1.046.899,11	5,96%	17.281.166,37	14.597.726,03	84,47%	2.683.440,34	15,53%
RioFilme	1.902.940,00	1.716.375,63	90,20%	186.564,37	9,80%	6.324.072,00	6.183.760,14	97,78%	140.311,86	2,22%
Imprensa da Cidade	5.366.970,00	4.273.329,74	79,62%	1.093.640,26	20,38%	249.137,00	217.965,32	87,49%	31.171,68	12,51%
IplanRio	44.505.571,18	43.020.907,73	96,66%	1.484.663,45	3,34%	3.368.353,00	2.255.765,56	66,97%	1.112.587,44	33,03%
MultiRio	9.761.109,00	9.069.418,02	92,91%	691.690,98	7,09%	430.402,00	383.026,24	88,99%	47.375,76	11,01%
RioUrbe	9.807.868,00	8.371.318,45	85,35%	1.436.549,55	14,65%	60.429.284,50	42.513.359,07	70,35%	17.915.925,43	29,65%
Empresa de Vigilância	75.594.272,00	73.302.121,65	96,97%	2.292.150,35	3,03%	632.841,00	620.942,74	98,12%	11.898,26	1,88%
RioCentro	8.426.569,00	8.240.592,90	97,79%	185.976,10	2,21%	2.650.159,00	2.649.479,43	99,97%	679,57	0,03%
Cet-Rio	24.787.158,25	22.823.504,38	92,08%	1.963.653,87	7,92%	814.752,45	552.713,96	67,84%	262.038,49	32,16%
Comlurb	285.173.148,00	281.520.893,24	98,72%	3.652.254,76	1,28%	11.379.956,00	4.599.255,81	40,42%	6.780.700,19	59,58%
Riotur	61.464.557,00	53.035.140,06	86,29%	8.429.416,94	13,71%	739.024,00	715.269,42	96,79%	23.754,58	3,21%
<b>Total</b>	<b>544.398.740,43</b>	<b>521.902.960,69</b>	<b>95,87%</b>	<b>22.495.779,74</b>	<b>4,13%</b>	<b>104.299.147,32</b>	<b>75.289.263,72</b>	<b>72,19%</b>	<b>29.009.883,60</b>	<b>27,81%</b>

### 7.3. Da Demonstração da Receita Prevista com a Arrecadada

Demonstração da Receita Prevista com a Arrecadada 1999					
Empresa	Receita			Diferença	
	Prevista Em R\$	Arrecadada Em R\$	Em %	Em R\$	Em %
RioCop	441.534,00	0,00	0,00%	(441.534,00)	(100,00%)
RioLuz	39.574.868,00	31.301.731,30	79,09%	(8.273.136,70)	(20,91%)
RioFilme	6.444.464,00	7.218.301,13	112,01%	773.837,13	12,01%
Imprensa da Cidade	6.957.585,00	4.238.107,17	60,91%	(2.719.477,83)	(39,09%)
IplanRio	61.930.027,00	47.039.193,26	75,96%	(14.890.833,74)	(24,04%)
MultiRio	11.484.684,00	9.656.749,24	84,08%	(1.827.934,76)	(15,92%)
RioUrbe	73.282.392,00	41.949.212,44	57,24%	(31.333.179,56)	(42,76%)
Empresa de Vigilância	81.665.275,00	73.326.361,99	89,79%	(8.338.913,01)	(10,21%)
RioCentro	9.246.772,00	7.675.746,45	83,01%	(1.571.025,55)	(16,99%)
Cet-Rio	32.348.947,00	23.250.509,78	71,87%	(9.098.437,22)	(28,13%)
Comlurb	304.244.881,00	290.882.659,53	95,61%	(13.362.221,47)	(4,39%)
Riotur	46.628.878,00	49.749.215,17	106,69%	3.120.337,17	6,69%
<b>Total</b>	<b>674.250.307,00</b>	<b>586.287.787,46</b>	<b>86,95%</b>	<b>(87.962.519,54)</b>	<b>(13,05%)</b>



#### 7.4. Da Demonstração da Composição da Receita Arrecadada

Demonstração da Composição da Receita Arrecadada 1999					
Empresa	Própria - A		Transferências - B		Total - C Em R\$
	Em R\$	Em % (A/C)	Em R\$	Em % (B/C)	
RioCop	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
RioLuz	4.420.556,49	14,12%	26.881.174,81	85,88%	31.301.731,30
RioFilme	2.868.540,04	39,74%	4.349.761,09	60,26%	7.218.301,13
Imprensa da Cidade	4.238.107,17	100,00%	0,00	0,00%	4.238.107,17
IplanRio	5.392.251,27	11,46%	41.646.941,99	88,54%	47.039.193,26
MultiRio	63.163,88	0,65%	9.593.585,36	99,35%	9.656.749,24
RioUrbe	2.497.909,20	5,95%	39.451.303,24	94,05%	41.949.212,44
Empresa de Vigilância	470.496,24	0,64%	72.855.865,75	99,36%	73.326.361,99
RioCentro	6.927.412,45	90,25%	748.334,00	9,75%	7.675.746,45
Cet-Rio	8.920.810,91	38,37%	14.329.698,87	61,63%	23.250.509,78
Comlurb	10.769.814,09	3,70%	280.112.845,44	96,30%	290.882.659,53
Riotur	13.304.370,98	26,74%	36.444.844,19	73,26%	49.749.215,17
<b>Total</b>	<b>59.873.432,72</b>	<b>10,21%</b>	<b>526.414.354,74</b>	<b>89,79%</b>	<b>586.287.787,46</b>

#### 7.5. Do Resultado Final das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista

No quadro a seguir, está demonstrado o Resultado Final do Exercício de 1999 das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista:

Empresas	Lucro / Prejuízo do Exercício Em R\$
RioCop	( 1.381.097,49)
RioLuz	( 13.470.560,42)
RioFilme	( 4.056.777,47)
Imprensa da Cidade	917.958,32
IplanRio	( 176.017,10)
MultiRio	( 344.341,32)
RioUrbe	( 15.806.091,67)
Empresa de Vigilância	( 1.319.313,09)
RioCentro	( 4.696.415,72)
Cet-Rio	( 5.981.429,99)
Comlurb	( 472.790,66)
Riotur	( 1.046.576,57)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>( 47.833.453,18)</b>





## 9. Considerações Finais

### 9.1. Recomendações feitas no relatório sobre as Contas do Exercício de 1998.

Quando do exame das Contas de Gestão de exercício de 1998, o nobre Conselheiro-Relator, Dr. Thiers Vianna Montebello, fez constar do seu Relatório as seguintes recomendações:

a - “ **com relação às Empresas Públicas e às Sociedades de Economia Mista, os atos e fatos administrativos deverão ser escriturados de maneira que possibilitem, ao final de cada exercício, a apuração de balanços distintos, até porque são regidas por leis próprias.** ”

**Observação:** Verifica-se, às fls. 460/512 do Volume II da Prestação de Contas ora em exame, que a recomendação foi plenamente atendida, visto que constam diversos quadros com as Demonstrações Contábeis padronizadas das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista preparadas com base nas Demonstrações Contábeis de cada entidade.

b - “ **os gastos com a Educação Especial de que trata o parágrafo 2º do artigo 323, da Lei Orgânica do Município, deverão ser demonstrados em quadros próprios.** ”

**Observação:** Tendo em vista que, em 19/07/97, foi deferida medida Liminar na Representação de Inconstitucionalidade nº 61/98, tendo por objeto o artigo 323 da Lei Orgânica do Município, ficou prejudicada tal recomendação.

c - “ **a Procuradoria Geral do Município deverá proceder, com a máxima urgência, à atualização dos valores dos créditos inscritos na dívida ativa.** ”

**Observação:** Conforme se verifica às f. 38 do Volume II das Contas em exame, item E – Dívida Ativa, a Procuradoria Geral do Município enviou os relatórios necessários à atualização dos saldos da Dívida Ativa, atendendo assim ao recomendado.

### 9.2. Pontos em destaque

- Nas Receitas Arrecadadas - Transferências Correntes - Transferências da União, é necessário destacar o seu reflexo no quadro dos recursos arrecadados, passando de 4,11% em 1998 para 12,58% em 1999, face às transferências para os fundos: Nacional de Assistência Social (FNAS); Nacional de Desenvolvimento à Educação (FNDE) e Nacional de Saúde (FNS).



- Do total arrecadado neste Município, do Imposto de Renda Pessoa Física foram transferidos no exercício de 1999 R\$ 81.207.239,83, valor este maior em 28,58% que os repassados no exercício de 1998.
- A Cota-Parte do IPVA, transferida do Estado para o Município, teve um acréscimo em 1999 de 1,67% em relação a 1998.
- Em relação ao FUNDEF, o Estado repassou para o Município menos 3,07% em recursos comparativamente a 1998. Este resultado decorre de uma participação maior do Município em 1999, consequência da política distributiva: quanto maior a arrecadação do Município, menor será a contribuição do Estado.

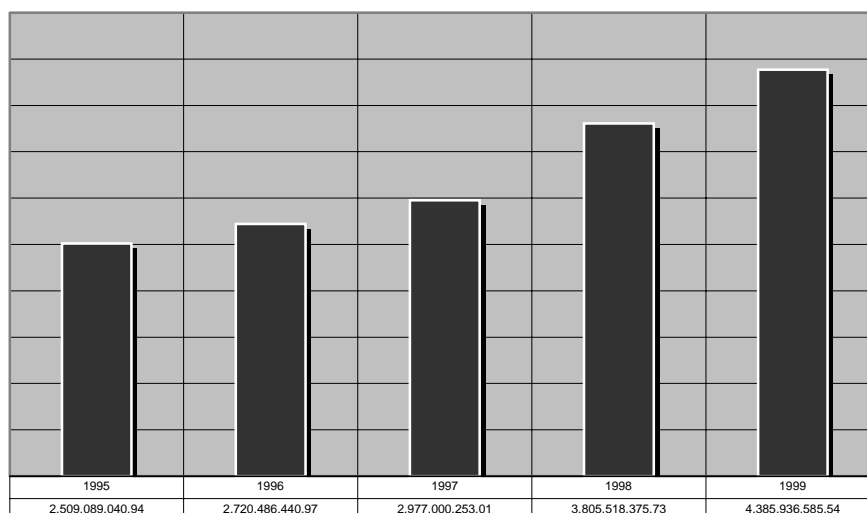
### 9.3. Evolução das Contas no Período de 1995 a 1999

Serão apresentados a seguir quadros referentes à evolução da Receita e da Despesa, abrangendo um período de 5 anos, a fim de que se possa realizar uma avaliação sobre o comportamento da gestão das contas públicas dentro do que é já conhecido como um tempo de economia estabilizada, a partir da implantação do Plano Real.

A arrecadação das Receitas Orçamentárias referentes à Administração Direta apresentou um crescimento de 74,80% no quinquênio 95/99. Este fato teve como causa preponderante o aprimoramento do processo fiscal ocorrido em 1997 e refletido na arrecadação de 1998.

Evolução da Receita Arrecadada - Administração Direta

Especificação / Categorias	1995		1996		1997		1998		1999		Variação % 1995-1999
	Em R\$	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior		
<b>1 - Receitas Correntes</b>	<b>2.198.650.460,92</b>	<b>2.307.831.799,90</b>	<b>4,97%</b>	<b>2.459.616.571,15</b>	<b>6,58%</b>	<b>3.138.093.170,80</b>	<b>27,58%</b>	<b>3.734.046.244,76</b>	<b>18,99%</b>	<b>69,83%</b>	
Receita Tributária	1.014.421.184,58	1.244.707.684,04	22,70%	1.406.176.012,36	12,97%	1.580.323.933,74	12,38%	1.647.949.457,64	4,28%	62,45%	
Receita de Contribuição	-	-	0,00%	-	0,00%	4.377.199,14	100,00%	-	(100,00%)	0,00%	
Receita Patrimonial	433.997.142,00	153.788.930,81	(64,56%)	81.475.526,57	(47,02%)	138.326.807,51	69,78%	187.688.969,91	35,69%	(56,75%)	
Receita de Serviços	-	-	0,00%	-	0,00%	80.282.848,28	100,00%	10.280.164,54	(87,20%)	100,00%	
Transferências Correntes	666.478.327,95	801.866.223,17	20,31%	825.784.357,92	2,98%	1.214.046.016,39	47,02%	1.689.610.815,97	39,17%	153,51%	
Outras Receitas Correntes	83.753.806,39	107.468.961,88	28,32%	146.180.674,30	36,02%	120.736.365,74	(17,41%)	198.516.836,70	64,42%	137,02%	
<b>2 - Receitas de Capital</b>	<b>310.438.580,02</b>	<b>412.654.641,07</b>	<b>32,93%</b>	<b>517.383.681,86</b>	<b>25,38%</b>	<b>667.425.204,93</b>	<b>29,00%</b>	<b>651.890.340,78</b>	<b>(2,33%)</b>	<b>109,99%</b>	
Operações de Crédito	307.383.612,80	411.063.544,04	33,73%	517.009.903,35	25,77%	665.354.354,96	28,69%	650.913.024,18	(2,17%)	111,76%	
Alienação de Bens	643.479,42	502.136,45	(21,97%)	227.139,09	(54,77%)	1.416.247,17	523,52%	434.381,76	(69,33%)	(32,49%)	
Transferências de Capital	2.411.487,80	1.088.960,58	(54,84%)	146.639,42	(86,53%)	654.602,80	346,40%	542.934,84	(17,06%)	(77,49%)	
<b>Total da Rec.Orçam.Arrecadada (1 + 2)</b>	<b>2.509.089.040,94</b>	<b>2.720.486.440,97</b>	<b>8,43%</b>	<b>2.977.000.253,01</b>	<b>9,43%</b>	<b>3.805.518.375,73</b>	<b>27,83%</b>	<b>4.385.936.585,54</b>	<b>15,25%</b>	<b>74,80%</b>	

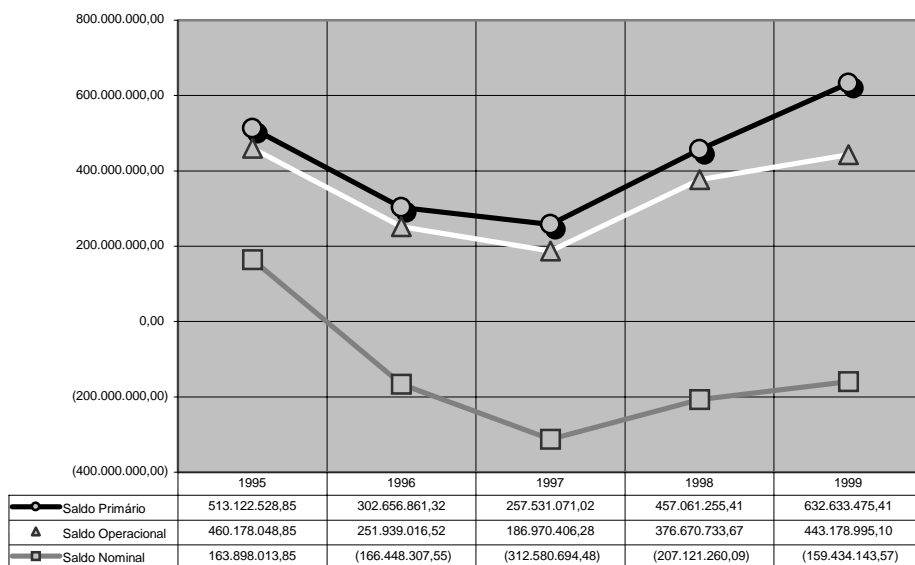




Os saldos operacional e nominal demonstram um superávit primário da ordem de 23,29%, um déficit operacional de 3,69% e um déficit nominal de 197,28%. É necessário destacar que, nos exercícios de 1998/1999, os saldos primário e operacional apresentaram uma posição superavitária, revertendo uma situação anterior de déficit.

**Evolução dos Saldos Primário, Operacional e Nominal**

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		Variação % 1995-1999
	Em R\$	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior		
1 - Receitas Correntes	2.198.650.460,92	2.307.831.799,90	4,97%	2.459.616.571,15	6,58%	3.138.093.170,80	27,58%	3.734.046.244,26	18,99%	69,83%	
2 - Despesas Correntes sem Juros	1.685.527.932,07	2.005.174.938,58	18,96%	2.202.085.500,13	9,82%	2.681.031.915,39	21,75%	3.101.412.768,85	15,68%	84,00%	
3 - Despesas Correntes	1.738.472.412,07	2.055.692.783,38	18,26%	2.272.646.164,87	10,54%	2.761.422.437,13	21,51%	3.290.867.249,16	19,17%	89,30%	
4 - Despesas Correntes c/ Amortização	2.034.752.447,07	2.474.280.107,45	21,60%	2.772.197.265,63	12,04%	3.345.214.430,89	20,67%	3.893.480.387,83	16,39%	91,35%	
<b>Saldo Primário (1 - 2)</b>	<b>513.122.528,85</b>	<b>302.656.861,32</b>	<b>(41,02%)</b>	<b>257.531.071,02</b>	<b>(14,91%)</b>	<b>457.061.255,41</b>	<b>77,48%</b>	<b>632.633.475,41</b>	<b>38,41%</b>	<b>23,29%</b>	
<b>Saldo Operacional (1 - 3)</b>	<b>460.178.048,85</b>	<b>251.939.016,52</b>	<b>(45,25%)</b>	<b>186.970.406,28</b>	<b>(25,79%)</b>	<b>376.670.733,67</b>	<b>101,46%</b>	<b>443.178.995,10</b>	<b>17,66%</b>	<b>(3,69%)</b>	
<b>Saldo Nominal (1 - 4)</b>	<b>163.898.013,85</b>	<b>(166.448.307,55)</b>	<b>(201,56%)</b>	<b>(312.580.694,48)</b>	<b>87,79%</b>	<b>(207.121.260,09)</b>	<b>(33,74%)</b>	<b>(159.434.143,57)</b>	<b>(23,02%)</b>	<b>(197,28%)</b>	



A evolução da Despesa Realizada por Função de Governo registra um incremento nas áreas de Saúde e Saneamento de 180,74%, Administração e Planejamento de 117%, Segurança Pública de 106,79%, Judiciário de 86,7% e Educação e Cultura de 84,72%. Em contrapartida, há um resultado negativo no setor de Transportes de 72,69% e em Habitação e Urbanismo de 29,20%.

**Evolução da Despesa Realizada - Por Função de Governo**

Função	1995		1996		1997		1998		1999		Variação % 1995-1999
	Em R\$	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior		
Legislativa	105.276.975,28	127.322.708,94	20,94%	169.732.040,19	33,31%	183.564.862,87	8,15%	193.000.247,75	5,14%	83,33%	
Judiciária	13.948.434,07	21.856.167,98	56,69%	25.431.405,62	16,36%	26.378.455,73	3,72%	26.041.721,01	(1,28%)	86,70%	
Administração e Planejamento	538.426.272,27	682.899.905,70	26,83%	867.772.801,06	27,07%	970.661.050,84	11,86%	1.172.058.154,94	20,75%	117,68%	
Defesa Nacional e Segurança Pública	35.780.590,23	46.939.690,00	31,19%	54.923.335,52	17,01%	59.284.340,27	7,94%	73.990.114,75	24,81%	106,79%	
Educação e Cultura	547.158.535,35	667.399.945,33	21,98%	687.900.217,01	3,07%	993.071.488,19	44,36%	1.010.701.673,14	1,78%	84,72%	
Habitação e Urbanismo	670.470.379,16	776.300.350,66	15,78%	461.672.811,19	(40,53%)	419.406.596,23	(9,16%)	474.662.473,40	13,17%	(29,20%)	
Indústria, Comércio e Serviços	74.639.308,95	88.486.940,83	18,55%	58.556.779,88	(33,82%)	65.981.333,41	12,68%	74.738.155,73	13,27%	0,13%	
Saúde e Saneamento	289.363.968,37	396.465.490,77	37,01%	511.310.220,65	28,97%	555.538.665,80	8,65%	812.347.539,25	46,23%	180,74%	
Trabalho	-	-	0,00%	1.892.576,15	100,00%	7.314.236,82	286,47%	8.030.578,53	9,79%	100,00%	
Assistência e Previdência	260.049.528,50	311.852.703,38	19,92%	343.623.195,33	10,19%	341.812.133,80	(0,53%)	299.548.614,38	(12,36%)	15,19%	
Transportes	280.770.666,44	415.851.892,00	48,11%	92.604.943,50	(77,73%)	56.953.765,14	(38,50%)	76.674.629,65	34,63%	(72,69%)	
<b>Total Geral</b>	<b>2.815.884.658,62</b>	<b>3.535.375.795,59</b>	<b>25,55%</b>	<b>3.275.420.326,10</b>	<b>(7,35%)</b>	<b>3.679.966.949,10</b>	<b>12,35%</b>	<b>4.221.793.902,53</b>	<b>14,72%</b>	<b>49,93%</b>	



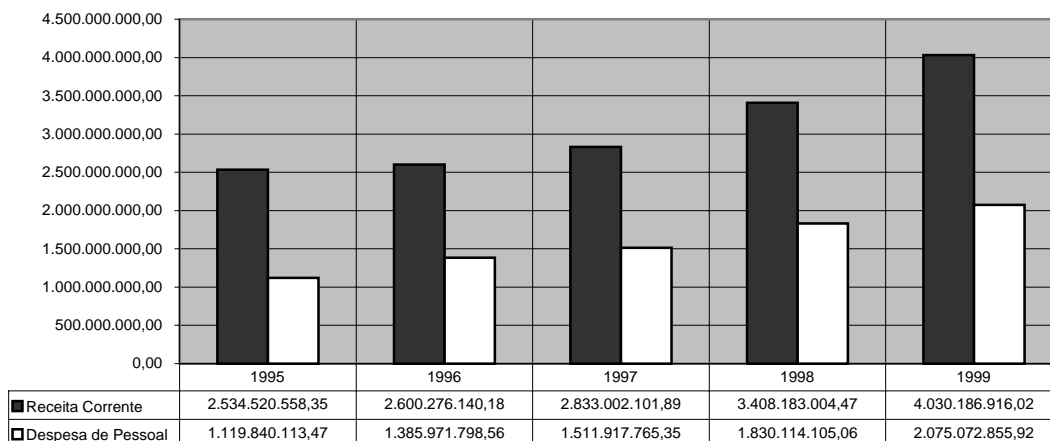
Os destaques destas Funções decorrem da realização das seguintes despesas:

- na Saúde e Saneamento: projetos de implantação de sistemas de meso e macrodrenagem, a cargo da Fundação Rio-Águas; Programa Guanabara/BID, a cargo da RIO-URBE; drenagem e saneamento em diversas Áreas de Planejamento; construção, reforma e ampliação de unidades hospitalares; administração dos órgãos; municipalização de Unidades Assistenciais – hospitalares e ambulatoriais;
- na Administração e Planejamento: manutenção dos órgãos e unidades; projeto de modernização da administração tributária a cargo da IPLANRIO; desenvolvimento da informática, e programas de assentamento populares (PROAP/RIO – BID);
- na Segurança Pública: projeto de reforma e ampliação das unidades da Empresa Municipal de Vigilância (Guarda Municipal); atividades e operações de trânsito a cargo da Guarda Municipal;
- no Judiciário: pagamentos de precatórios e despesas judiciais;
- na Educação e Cultura: despesas com informática; administração do órgão; manutenção e revitalização das Unidades de Ensino e pagamento de inativos da Educação.

Os gastos com pessoal mantiveram, no curso desse período, um comportamento dentro dos limites constitucionais estabelecidos pela Lei Complementar nº 82/95, como na versão da então vigente Lei Complementar nº 96/99 (60% das Receitas Correntes). Por exercício, o confronto desses gastos com aquelas receitas apresentam os seguintes percentuais: 44,18% em 1995, 53,30% em 1996, 53,37% em 1997, 53,70% em 1998 e 51,49% em 1999.

Evolução da Despesa de Pessoal comparada com a Receita Arrecadada

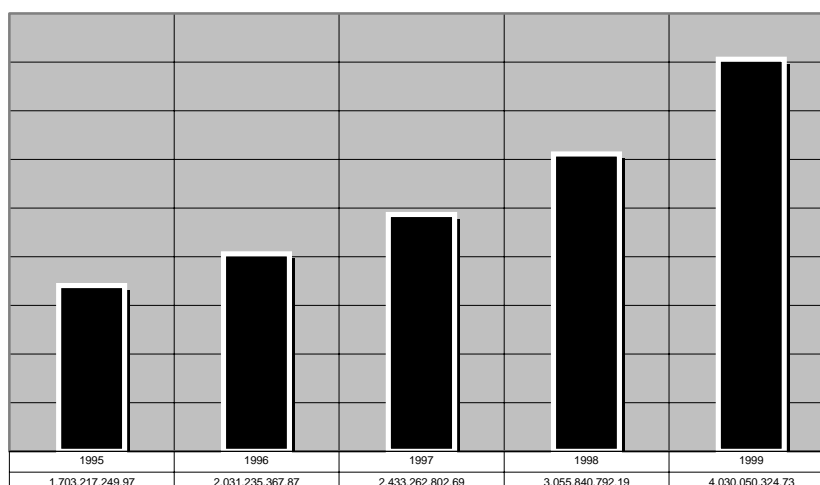
Ano	Receita Corrente	Despesa de Pessoal	Em %
1995	2.534.520.558,35	1.119.840.113,47	44,18%
1996	2.600.276.140,18	1.385.971.798,56	53,30%
1997	2.833.002.101,89	1.511.917.765,35	53,37%
1998	3.408.183.004,47	1.830.114.105,06	53,70%
1999	4.030.186.916,02	2.075.072.855,92	51,49%



No referido quinquênio, a Dívida Fundada Interna e a Externa, Mobiliária e Contratada apresentou um crescimento da ordem de 136,61%. Esses encargos, quando comparados com as Receitas Orçamentárias Arrecadadas, revelam graus paralelos de crescimento: em 1995, para uma arrecadação de R\$ 2,5 bilhões havia uma dívida de R\$ 1,7 bilhões; em 1996, para uma receita de R\$ 2,7 bilhões existia uma dívida de R\$ 2,03 bilhões; em 1997, para uma arrecadação de R\$ 2,9 bilhões, a dívida era de R\$ 2,4 bilhões; em 1998, para uma receita de R\$ 3,8 bilhões havia uma dívida de R\$ 3,05 bilhões e, em 1999, para uma arrecadação de R\$ 4,3 bilhões, uma dívida de R\$ 4,03 bilhões de Reais.

**Evolução da Dívida Fundada**

Discriminação	1995	1996		1997		1998		1999		Variação % 1995-1999
	Em R\$	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	
Dívida Fundada Interna	1.703.217.249,97	1.879.468.367,87	10,35%	2.224.088.382,85	18,34%	2.739.105.022,83	23,16%	3.727.318.616,39	36,08%	118,84%
Dívida Fundada Externa	-	151.767.000,00	100,00%	209.174.419,84	37,83%	316.735.769,36	51,42%	302.731.708,34	(4,42%)	100,00%
	1.703.217.249,97	2.031.235.367,87	19,26%	2.433.262.802,69	19,79%	3.055.840.792,19	25,59%	4.030.050.324,73	31,88%	136,61%



Tal comparação tem como objetivo demonstrar que a evolução da Dívida Fundada vem sendo acompanhada de um crescimento concomitante da Receita Arrecadada.

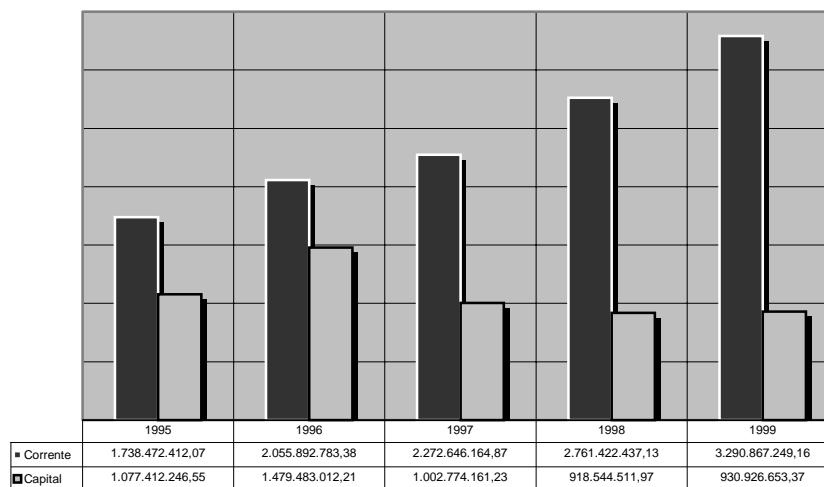




Os demais quadros a seguir espelham, detalhadamente, as posições geradas pelas respectivas Contas de Gestão Anuais que integram o quinquênio 95/99:

**Evolução da Despesa Realizada - Por Categoria Econômica**

Especificação / Categorias	1995	1996		1997		1998		1999		Variação % 1995-1999
	Em R\$	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	
<b>1 - Despesas Correntes</b>	<b>1.738.472.412,07</b>	<b>2.055.892.783,38</b>	<b>18,26%</b>	<b>2.272.646.164,87</b>	<b>10,54%</b>	<b>2.761.422.437,13</b>	<b>21,51%</b>	<b>3.290.867.249,16</b>	<b>19,17%</b>	<b>89,30%</b>
Despesas de Custeio	919.868.559,71	1.089.859.712,09	18,48%	1.195.533.279,09	9,70%	1.598.696.817,35	33,72%	1.924.229.688,02	20,36%	109,19%
Transferências Correntes	818.603.852,36	966.033.071,29	18,01%	1.077.112.885,78	11,50%	1.162.725.619,78	7,95%	1.366.637.561,14	17,54%	66,95%
<b>2 - Despesas de Capital</b>	<b>1.077.412.246,55</b>	<b>1.479.483.012,21</b>	<b>37,32%</b>	<b>1.002.774.161,23</b>	<b>(32,22%)</b>	<b>918.544.511,97</b>	<b>(8,40%)</b>	<b>930.926.653,37</b>	<b>1,35%</b>	<b>(13,60%)</b>
Investimentos	492.172.467,95	714.235.452,44	45,12%	372.932.308,41	(47,79%)	237.926.901,05	(36,20%)	212.657.217,05	(10,62%)	(56,79%)
Inversões Financeiras	62.823.319,20	57.347.869,62	(8,72%)	14.709.137,22	(74,36%)	11.374.472,87	(22,67%)	16.258.055,87	42,93%	(74,12%)
Transferências de Capital	522.416.459,40	707.899.690,15	35,50%	615.132.715,60	(13,10%)	669.243.138,05	8,80%	702.011.380,45	4,90%	34,38%
<b>Total da Desp. Orçam. Realizada (1 + 2)</b>	<b>2.815.884.658,62</b>	<b>3.535.375.795,59</b>	<b>25,55%</b>	<b>3.275.420.326,10</b>	<b>(7,35%)</b>	<b>3.679.966.949,10</b>	<b>12,35%</b>	<b>4.221.793.902,53</b>	<b>14,72%</b>	<b>49,93%</b>



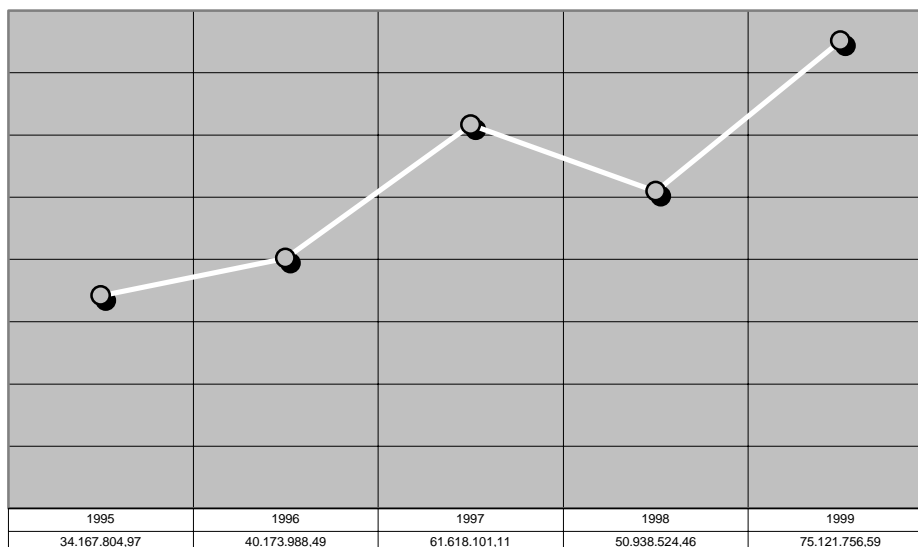
**Evolução da Despesa Realizada - Por Órgão de Governo**

Órgãos	1995	1996		1997		1998		1999		Variação % 1995-1999
	Em R\$	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	
Secretaria Municipal de Governo	7.229.028,78	7.925.787,29	9,64%	10.080.509,17	27,19%	11.730.780,87	16,37%	11.634.233,67	(0,82%)	60,94%
Gabinete do Prefeito	332.277.365,88	381.167.881,23	14,71%	387.318.786,52	1,61%	400.505.215,32	3,40%	439.827.851,77	9,82%	32,37%
Controladoria Geral do Município	11.582.659,90	14.198.357,05	22,58%	13.293.631,14	(6,37%)	12.755.082,17	(4,05%)	13.076.875,16	2,52%	12,90%
Secretaria Municipal de Administração	19.394.014,72	20.826.668,27	7,39%	23.976.453,61	15,12%	16.701.420,77	(30,34%)	203.638.587,10	1119,29%	950,01%
Secretaria Municipal de Fazenda	77.258.347,37	74.317.602,08	(3,81%)	84.309.977,77	13,45%	77.572.804,14	(7,99%)	79.058.421,15	1,92%	2,33%
Secretaria Municipal de Obras Serv. Públicos	765.576.037,37	1.036.595.434,85	35,40%	442.784.227,85	(57,28%)	238.506.447,17	(46,13%)	259.922.352,44	8,98%	(66,05%)
Secretaria Municipal de Educação	338.191.904,78	400.827.008,47	18,52%	417.295.004,40	4,11%	575.914.074,13	38,01%	565.120.595,54	(1,87%)	67,10%
Secretaria Municipal de Desenv. Social	39.691.339,22	39.779.887,21	0,22%	45.403.238,76	14,14%	61.487.638,92	35,43%	79.891.520,78	29,93%	101,28%
Secretaria Municipal de Saúde	210.277.854,62	252.746.936,47	20,20%	291.277.387,72	15,24%	420.041.272,37	44,21%	679.601.653,26	61,79%	223,19%
Secretaria Esp. Des. Econ., Ciência e Tecnol.	-	-	0,00%	2.401.203,28	100,00%	1.631.776,68	(32,04%)	2.326.533,76	42,58%	100,00%
Câmara Municipal	77.766.212,05	90.058.581,30	15,81%	131.087.805,82	45,56%	143.877.502,94	9,76%	138.590.329,07	(3,67%)	78,21%
Tribunal de Contas do Mun. do Rio de Janeiro	27.510.763,23	37.264.127,64	35,45%	38.644.234,37	3,70%	39.687.359,93	2,70%	41.218.650,94	3,86%	49,83%
Procuradoria Geral do Município	13.948.434,07	21.856.167,98	56,69%	25.431.405,62	16,36%	28.533.601,44	12,20%	33.367.648,17	16,94%	139,22%
Secretaria Municipal de Urbanismo	11.292.071,12	12.864.244,82	13,92%	11.898.232,38	(7,51%)	14.594.888,53	22,66%	38.453.663,98	163,47%	240,54%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	41.471.949,52	39.159.039,25	(5,58%)	23.340.196,54	(40,40%)	22.457.145,25	(3,78%)	27.443.809,44	22,21%	(33,83%)
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	11.529.018,89	11.097.154,50	(3,75%)	17.673.092,42	59,26%	32.975.441,03	86,59%	44.437.651,57	34,76%	285,44%
Secretaria Municipal de Trabalho	-	-	0,00%	1.892.576,15	100,00%	7.398.238,02	290,91%	8.215.935,50	11,05%	100,00%
Secretaria Especial de Transporte	-	-	0,00%	3.320.285,99	100,00%	995.789,76	(70,01%)	4.646.203,04	366,58%	100,00%
Secretaria Especial de Projetos Especiais	-	-	0,00%	304.925,38	100,00%	361.242,68	18,47%	399.167,00	10,50%	100,00%
Secretaria Municipal de Trânsito	62.741.913,46	65.076.523,45	3,72%	34.759.594,91	(46,59%)	25.090.295,33	(27,82%)	30.598.959,64	21,96%	(51,23%)
Secretaria Municipal de Cultura	66.212.525,33	64.829.327,85	(2,09%)	50.990.548,89	(21,35%)	63.516.824,45	24,57%	74.947.547,42	18,00%	13,19%
Encargos Gerais do Município	683.787.098,53	909.151.780,89	32,96%	1.091.852.480,47	20,10%	1.325.284.110,05	21,38%	1.299.120.166,55	(1,97%)	89,99%
Secretaria Municipal de Habitação	18.146.119,78	55.633.284,99	206,59%	125.482.438,30	125,55%	157.010.785,16	25,13%	144.676.413,30	(7,86%)	697,29%
Secretaria Especial de Turismo	-	-	0,00%	139.295,73	100,00%	206.346,44	48,14%	217.124,88	5,22%	100,00%
Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos	-	-	0,00%	216.032,34	100,00%	586.472,48	171,47%	783.456,92	33,59%	100,00%
Secretaria Especial de Monumentos Públicos	-	-	0,00%	246.760,57	100,00%	544.393,07	120,62%	578.550,48	6,27%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>2.815.884.658,62</b>	<b>3.535.375.795,59</b>	<b>25,55%</b>	<b>3.275.420.326,10</b>	<b>(7,35%)</b>	<b>3.679.966.949,10</b>	<b>12,35%</b>	<b>4.221.793.902,53</b>	<b>14,72%</b>	<b>49,93%</b>



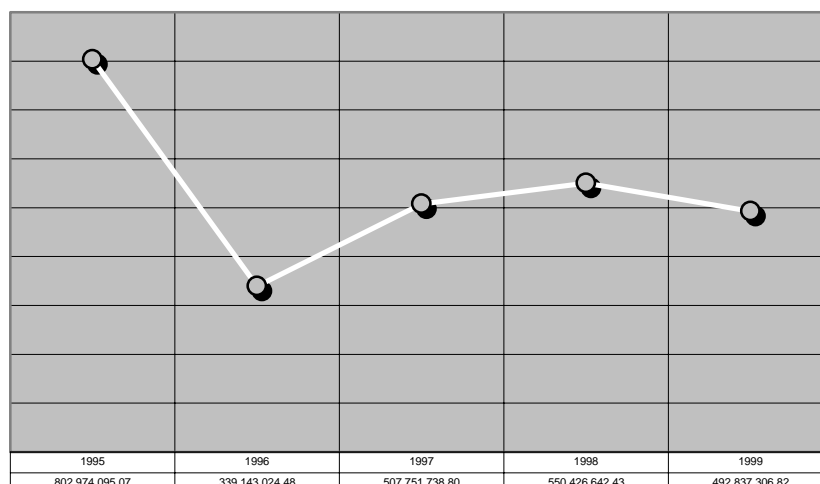
**Evolução da Dívida Ativa**

Discriminação	1995	1996		1997		1998		1999		Variação % 1995-1999
	Em R\$	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>34.167.804,97</b>	<b>40.173.988,49</b>	<b>17,58%</b>	<b>59.764.779,32</b>	<b>48,76%</b>	<b>47.632.501,16</b>	<b>(20,30%)</b>	<b>71.714.286,34</b>	<b>50,56%</b>	<b>109,89%</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	18.305.166,40	19.645.254,14	7,32%	35.059.939,12	78,47%	26.298.573,72	(24,99%)	33.974.994,87	29,19%	85,60%
ISS - Imposto Sobre Serviços	-	784.184,16	100,00%	3.257.762,41	315,43%	2.679.161,00	(17,76%)	9.320.694,15	247,90%	100,00%
IVVC - Imposto s/Vendas Varejo Combust.	-	-	0,00%	110.930,68	100,00%	333.297,23	200,46%	214.321,85	(35,70%)	100,00%
ITBI - Imposto s/Trans.Interv.Bens Imóveis	195.371,15	-	(100,00%)	18.699,23	100,00%	198.392,07	960,96%	471.231,55	137,53%	141,20%
Outros Créditos	<b>15.667.267,42</b>	<b>19.744.550,19</b>	<b>26,02%</b>	<b>21.317.447,88</b>	<b>7,97%</b>	<b>18.123.077,14</b>	<b>(14,98%)</b>	<b>27.733.043,92</b>	<b>53,03%</b>	<b>77,01%</b>
<b>Dívida Ativa Não Tributária</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.853.321,79</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.306.023,30</b>	<b>78,38%</b>	<b>3.407.470,25</b>	<b>3,07%</b>	<b>100,00%</b>
Créditos Diversos Inscritos	-	-	0,00%	1.853.321,79	100,00%	3.306.023,30	78,38%	3.407.470,25	3,07%	100,00%
<b>Total</b>	<b>34.167.804,97</b>	<b>40.173.988,49</b>	<b>17,58%</b>	<b>61.618.101,11</b>	<b>53,38%</b>	<b>50.938.524,46</b>	<b>(17,33%)</b>	<b>75.121.756,59</b>	<b>47,48%</b>	<b>119,86%</b>



**Evolução da Dívida Flutuante**

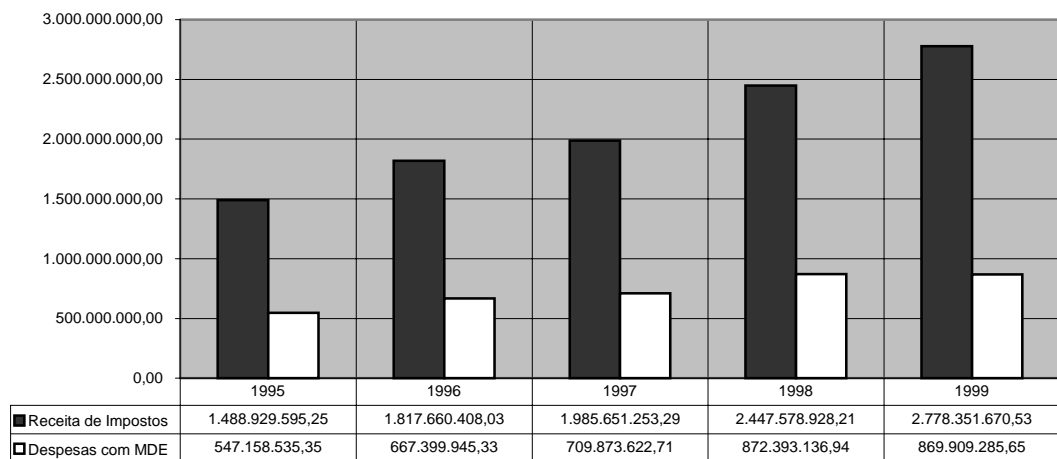
Discriminação	1995	1996		1997		1998		1999		Variação % 1995-1999
	Em R\$	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	Em R\$	Variação % Ano Anterior	
<b>Restos a Pagar</b>	<b>724.671.315,74</b>	<b>215.795.615,79</b>	<b>(70,22%)</b>	<b>360.974.239,74</b>	<b>67,28%</b>	<b>384.383.781,32</b>	<b>6,49%</b>	<b>336.833.400,36</b>	<b>(12,37%)</b>	<b>(53,52%)</b>
Serviço da Dívida a Pagar	-	10.822.494,66	100,00%	11.864.134,38	9,62%	13.283.373,74	11,96%	29.753.319,88	123,99%	100,00%
Consignações	42.773.901,06	51.349.408,84	20,05%	65.994.366,99	28,52%	59.607.730,47	(9,68%)	12.027.463,18	(79,82%)	(71,88%)
Depósitos de Diversas Origens - DDO	4.347.958,24	7.635.937,10	75,62%	9.861.025,38	29,14%	13.536.735,61	37,28%	19.792.272,34	46,21%	355,21%
Outras Dívidas	31.180.920,03	53.539.568,09	71,71%	59.057.972,31	10,31%	79.615.021,29	34,81%	94.430.851,06	18,61%	202,85%
<b>Total</b>	<b>802.974.095,07</b>	<b>339.143.024,48</b>	<b>(57,76%)</b>	<b>507.751.738,80</b>	<b>49,72%</b>	<b>550.426.642,43</b>	<b>8,40%</b>	<b>492.837.306,82</b>	<b>(10,46%)</b>	<b>(38,62%)</b>





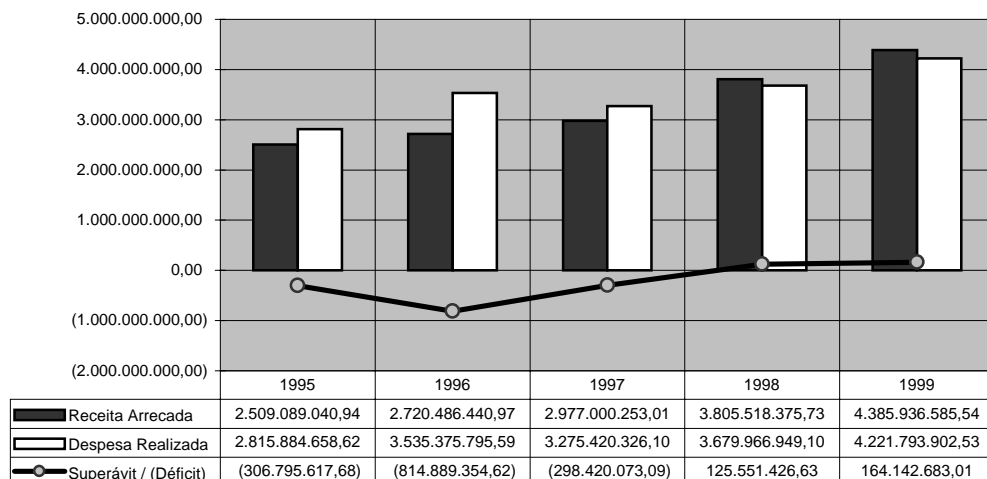
Evolução da Despesa com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino comparada com a Receita de Impostos

Ano	Receita de Impostos	Despesas com MDE	Em %
1995	1.488.929.595,25	547.158.535,35	36,75%
1996	1.817.660.408,03	667.399.945,33	36,72%
1997	1.985.651.253,29	709.873.622,71	35,75%
1998	2.447.578.928,21	872.393.136,94	35,64%
1999	2.778.351.670,53	869.909.285,65	31,31%



Evolução da Receita Arrecadada comparada com a Despesa Realizada

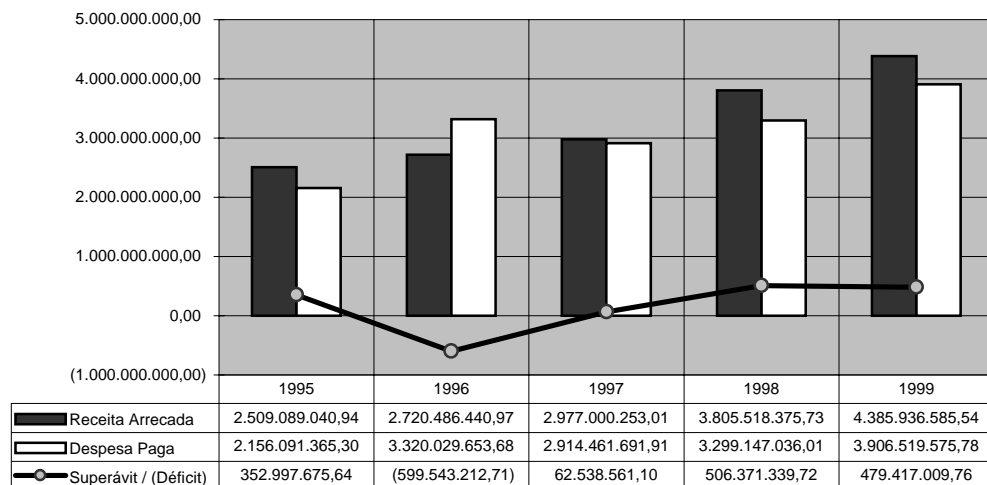
Ano	Receita Arrecadada	Despesa Realizada	Superávit / (Déficit)	
			Em R\$	Em %
1995	2.509.089.040,94	2.815.884.658,62	(306.795.617,68)	(10,90%)
1996	2.720.486.440,97	3.535.375.795,59	(814.889.354,62)	(23,05%)
1997	2.977.000.253,01	3.275.420.326,10	(298.420.073,09)	(9,11%)
1998	3.805.518.375,73	3.679.966.949,10	125.551.426,63	3,41%
1999	4.385.936.585,54	4.221.793.902,53	164.142.683,01	3,89%





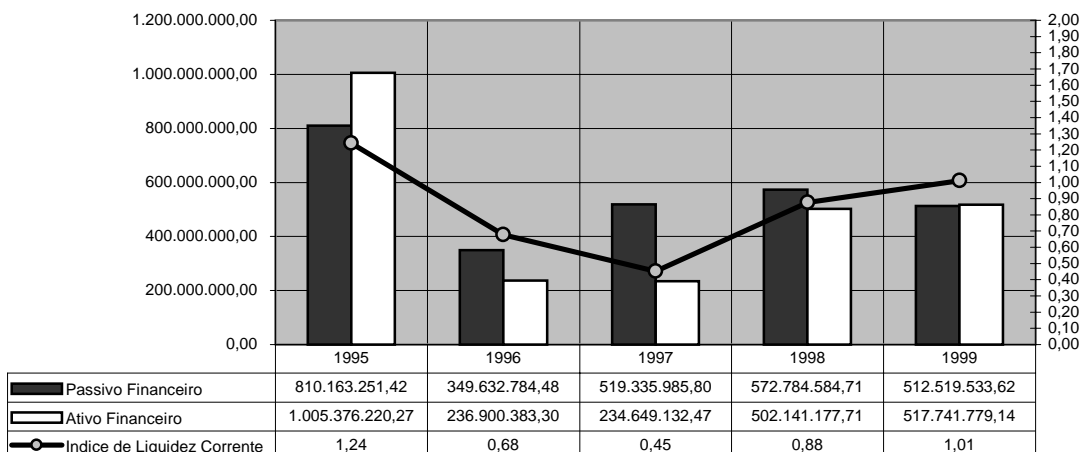
Evolução da Receita Arrecada comparada com a Despesa Paga

Ano	Receita Arrecadada	Despesa Paga	Superávit / (Déficit)	
			Em R\$	Em %
1995	2.509.089.040,94	2.156.091.365,30	352.997.675,64	16,37%
1996	2.720.486.440,97	3.320.029.653,68	(599.543.212,71)	(18,06%)
1997	2.977.000.253,01	2.914.461.691,91	62.538.561,10	2,15%
1998	3.805.518.375,73	3.299.147.036,01	506.371.339,72	15,35%
1999	4.385.936.585,54	3.906.519.575,78	479.417.009,76	12,27%



Liquidez Corrente

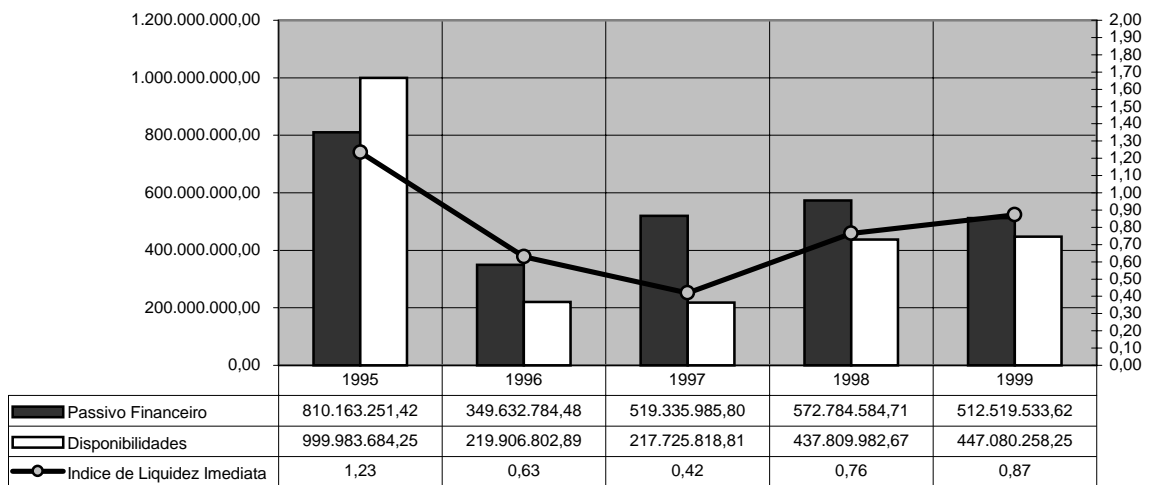
Ano	Passivo Financeiro	Ativo Financeiro	I . L . C
1995	810.163.251,42	1.005.376.220,27	1,24
1996	349.632.784,48	236.900.383,30	0,68
1997	519.335.985,80	234.649.132,47	0,45
1998	572.784.584,71	502.141.177,71	0,88
1999	512.519.533,62	517.741.779,14	1,01





Liquidez Imediata ou Instantânea

Ano	Passivo Financeiro	Disponibilidade Administração Direta	I . L . I
1995	810.163.251,42	999.983.684,25	1,23
1996	349.632.784,48	219.906.802,89	0,63
1997	519.335.985,80	217.725.818,81	0,42
1998	572.784.584,71	437.809.982,67	0,76
1999	512.519.533,62	447.080.258,25	0,87



Finalmente, encerrando este Relatório, gostaria de enfatizar a importância do trabalho que a Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento deste Tribunal realizou, criando uma série histórica de dados como fonte de referência para análises mais aprofundadas, que possam, no futuro, levar em conta, entre outros, fatores de correção.

É o Relatório

.....



## 10. Voto

# Voto

Pelo exposto, e tendo em vista as análises procedidas pelo Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder

Executivo, os pronunciamentos do Corpo Instrutivo desta Corte de Contas e da douda Procuradoria Especial,

**VOTO** pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação das Contas de Governo do Município do Rio de

Janeiro relativas ao exercício de 1999, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Prefeito, Doutor Luiz

Paulo Fernandez Conde, ressalvada de prévia quitação a responsabilidade dos ordenadores de despesa e

demais responsáveis por bens e valores do Município do Rio de Janeiro, cujas contas serão objeto de

juízo por este Tribunal.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2000.

**Fernando Bueno Guimarães**

Conselheiro-Relator



## 11. Projeto de Parecer Prévio

# Projeto de Parecer Prévio

O TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista o disposto no art. 71 da Constituição Federal e no art. 88 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, e

**CONSIDERANDO** que as Contas de Gestão do exercício financeiro de 1999 do Prefeito do Município do Rio de Janeiro são constituídas pela documentação prevista na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no § 1º do art. 29 da Lei Municipal nº 207/80 e demais atinentes aos processos de prestação de contas, e que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais, espelham a posição dos respectivos Sistemas em 31 de dezembro de 1999;

**CONSIDERANDO** que as informações prestadas pelo Corpo Instrutivo e a d. Proc. Procuradoria Especial não apontam irregularidades ou impropriedades capazes de comprometer a exatidão das contas;

**CONSIDERANDO** que fica ressalvada de prévia quitação a responsabilidade dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores do Município, cujas contas pendem de julgamento por este Tribunal,

**É DE PARECER** que sejam aprovadas as Contas referentes ao exercício econômico-financeiro de 1999, de responsabilidade do Prefeito do Município do Rio de Janeiro, o Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Paulo Fernandez Conde.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2000.

**Fernando Bueno Guimarães**

Conselheiro-Relator